

Manaus, Santarém, Rio Branco, Almirante,  
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 590,00

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

**NICARAGUA:  
entre o bloqueio  
e a invasão**

Agosto - 1983 - Cr\$ 450,00 - Ano VI - Nº 57



**ÁLCOOL**  
alternativa energética  
para o 3.º Mundo?

*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

aos leitores

## Em todos os continentes

A diversidade dos temas desta edição, relacionados com a América Latina, África e Ásia, reflete a preocupação de nossa equipe em oferecer, sempre com maior amplitude, uma visão do Terceiro Mundo, suas realidades, aspirações e problemas. Da Gâmbia à Indonésia, do Nepal à Costa Rica, nos empenhamos em estar presentes, para dar aos nossos leitores uma informação atualizada e confiável de fatos de interesse mundial. O tema de capa, o álcool — embora analisado principalmente a partir da experiência brasileira —, é, igualmente, um assunto do interesse imediato da maioria dos países emergentes. A crise do petróleo pesando sobre a economia mundial torna ainda mais atual o metuculoso e documentado estudo que, sob a coordenação de Octavio Tostes, publicamos nesta edição. Outro tema de especial interesse para os leitores de todas as nossas edições é a entrevista de Eduardo Galeano que abre a seção *Cultura*: "As raízes profundas da América Latina". O processo de alienação das classes dominantes e outros temas de interesse são examinados não apenas no último livro de Galeano, sobre o qual nos fala amplamente, mas também na entrevista que nos concedeu.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

**Editor Geral**  
Neiva Moreira

**Editores Associados**  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

**Conselho Editorial Internacional**  
Darcy Ribeiro - Juan Somavia  
Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

Revista Mensal nº 57  
Agosto - 1983  
Preço de Capa: Cr\$ 450,00  
NQS atrasados: ao preço do  
último exemplar

● *Edições em português*

**BRASIL**

**Diretor e Editor**

Neiva Moreira

**Diretor Administrativo**

Antônio Neiva

**Secretário de Redação**

José C. Gondim

**Arte**

Samaral (editor de arte)

Sonia Freitas

**Revisão**

Cláudia Guimarães

**Documentação e Arquivo**

Lídia Freitas

Eunice H. Senna

**Composição**

Ronaldo Fonseca

**Distribuição e Assinaturas**

Inácio D. Santos

Maria José S. Santos

**Divulgação**

Henrique Menezes

**Representantes**

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60086 - CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)

18 East, 18th Street ap. 3E

Nova York - NY 10003

Tels.: (212) - 691-9142/929-5783

**Fotolito e Impressão**

Ébano Gráfica e Editora Ltda.

Rua do Senado, 349

Tels.: 250-2505/232-0123

*Circulação em 70 países*

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 - grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 21 33054CTMB/BR

CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ

Registrado na Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291

C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual nº 81.341.400

Registro no SCDP/SR/DPF

nº 2.195 - P. 209/73

**ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**Editor**

Altair L. Campos

**Redação**

Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

**tricontinental editora ltda.**

Calçada do Combro, 10/19

telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

**Birô Africano**

Angola

Eduardo Segui - Luis Henrique

Caixa Postal 3.593 - Luanda

**Moçambique**

Etevaldo Hipólito - João Escadinha

Rua do Kongwa, 153 - Maputo

● *Edições em espanhol*  
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

**Editor**

Roberto Remo

**Gerente Geral**

Gerónimo Cardoso

**editora periodistas del tercer mundo a. c.**

calle California, 98A - Coyoacán

México, 21 DF - telephone: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572

México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA  
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru - Teléfono: 724-712

● *Edições em inglês*  
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

**Editor**

Fernando Molina

**Editor Consultivo**

Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

**DISTRIBUIDORES**

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Pesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uccita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódicos, Humbolt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Seyrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, A. P., nº 2705, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramés, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGUAL: Dijnoral, Rua Joaquim António de Aguiar 68, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH. Osterstr. 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngron-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraqe), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

#### 4 Cartas

#### 6 Panorama Tricontinental

#### 15 Editorial – O longo impasse do diálogo Norte/Sul

##### Matéria de Capa

- 18 Álcool: Combustível do terceiro milênio?, *Octavio Tostes*  
22 Proálcool: Viável, mas quem garante?  
31 Riscos ocultos e alternativas ignoradas  
35 Da terra para o tanque  
37 Micro e minidestilarias  
38 O ressurgimento da agroindústria canvieira  
39 A tecnologia do álcool, *Paulo Cannabrava/O. Tostes*  
40 Quem ganha com o Proálcool  
44 O jogo de pressões na África, *Carlos Castilho*  
46 As fontes da energia do futuro

##### América Latina

- 48 Opinião: Nicarágua – Entre o bloqueio e a invasão, *Neiva Moreira*  
50 República Dominicana: “Fui derrotado pela missão militar norte-americana”, entrevista com o ex-presidente Juan Bosch, *Mark Fried*  
54 Venezuela: As comemorações bolivarianas, *Theotonio dos Santos*  
56 Costa Rica: Sinal verde para os “contras”, *Henry Jauberth/Marcial Salas*

##### África

- 59 Gâmbia: A soberania roubada, *José Cabral*  
63 Saara Ocidental: Para quando a paz?, *Carolina Quina*  
66 Moçambique: Até onde Pretória pretende chegar?, *Etevaldo Hipólito*  
74 Malawi: Assassinato e eleições no país de Banda  
76 Egito: Uma plataforma para o Pentágono

##### Oriente Médio

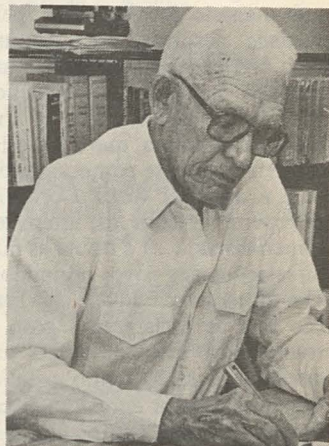
- 78 Líbano: Continua o impasse, *Mohamed Salem*

##### Ásia

- 81 Indonésia: Ontem, bonança. Hoje, crise, *Narinder Koshla*  
83 Nepal: Troca da guarda real

##### Cultura

- 84 As raízes profundas da América Latina, entrevista com Eduardo Galeano, *Beatriz Bissio*  
92 A História, motor do avanço social  
94 Projeto Feitoria: 200 anos de presença negra, *Henrique Menezes*  
95 Notas  
96 Humor: *Wassermann*



*Juan Bosch*



*Moçambique: novas agressões*

## CARTAS



### A questão palestina

Li no nº 55 uma carta enviada pela sra. Eliciane Mendonça, alusiva ao confronto Israel/Palestina. Apesar da leitora definir-se contra o atual governo israelense, diz sentir inclinação de cadernos para o lado palestino, “uma tendência anti-sionista”. Inicialmente, gostaria de deixar claro que o anseio da remetente “pela verdade absoluta, para formar uma boa consciência crítica” me pareceu sincero. (...) Partamos para uma análise objetiva. Um setor da imprensa, que é maioria, está efetivamente comprometido — e é algumas vezes o próprio porta-voz — com os interesses imperialistas, (...) e refuta as manifestações dos povos oprimidos. Um outro setor é aquele cuja função é a de esclarecer o povo e transmitir o grito de defesa daqueles que estão sendo espoliados. Neste setor enquadra-se cadernos, (...) que não precisa lançar mão de sofismas nem de ocultar notícias para mostrar o imperialismo com o seu verdadeiro rosto, pois para isso basta destinar-se a relatar precisamente os acontecimentos. (...) Não deturpa, informa. (...) A realidade dos ditos “países do Terceiro Mundo” é aquela estampada em cadernos, não a outra. (...) Portanto, cadernos não possui uma tendência anti-sionista. (...) Ocorre que o sionismo está servindo como mercenário e ponta-de-lança do imperialismo norte-americano, para levar a cabo o projeto do “Grande Israel”, do Nilo ao Eufrates. O governo Be-

gin não é precursor dessa corrente, mas apenas sua manifestação mais furibunda. O sionismo é uma concepção chauvinista, racista e imperialista, e é em seu nome que os governantes de Israel vêm cometendo toda gama de crimes. (...) Não devemos nos portar contra o semitismo, o que seria racismo, mas devemos combater tenazmente o sionismo por tratar-se de uma expressão reacionária e fascista. **Waldir L. Júnior, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.**

### O Líbano

Venho por meio desta pedir que publiquem uma matéria de capa sobre o Líbano, pois esse país deve ter muito o que contar sobre essas constantes guerras. Espero ansiosamente pela referida matéria. **Monir S. M. Ghadieh, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.**

*Frequentemente publicamos artigos sobre o Líbano, que foi matéria de capa no nº 46. Mais informações, também nos nºs 47 e 48.*

### Nºs atrasados sobre América Latina

(...) Chamou-me atenção o enfoque dado à América Latina. Preocupado como estou neste assunto, recorro aos amigos no sentido de me fornecerem todas as informações dos títulos já publicados. **José Armando Paschoal, Porto Alegre, RS, Brasil.**

*Por falta de espaço, enviaremos a relação dos títulos diretamente ao leitor.*

### Congresso nacional dos aposentados petroleiros

(...) cadernos é para mim e os companheiros aposentados do Petróleo o melhor livro de informações (...) Nós, da Diretoria dos Aposentados Petroleiros da Baixada Paulista — diretoria quase toda ela atingida em 64 — já organizamos aqui a União dos Aposentados da Baixada Paulista e já formamos também a Federação dos Aposentados do Estado de São Paulo. Em outubro próximo (de 23 a 24), será realizado em Ipatinga, Minas Gerais, 8º Congresso Nacional dos Aposentados do Brasil e lá vamos aprovar e organizar a Confederação dos Aposentados do Brasil (...) Estamos à disposição de vocês. Vocês chegam a mexer com nosso coração com tantas reportagens sinceras e verdadeiras (...) Continuem orientando. A vitória é certa. **Maurinho, União dos Aposentados Petroleiros, Santos, SP, Brasil.**

### “Che” Guevara

(...) Venho pedir-lhes, se for possível, realizar uma reportagem biográfica do grande mártir da luta e libertação da nossa América, que é o comandante Ernesto “Che” Guevara. (...) Gostaria também de ver realizada uma entrevista com Luis Carlos Prestes, pois é uma das pessoas que mais se destacaram e se destacam na luta pela democracia e independência no Brasil. **Vitor R. A. Vargas, São José dos Campos, SP, Brasil.**

## CARTAS



### Programa sobre o Terceiro Mundo

Estamos organizando um programa sobre "Panorama do Terceiro Mundo" no qual não pode faltar a principal publicação editada em espanhol sobre o Terceiro Mundo, que é sem dúvida a vossa. Portanto, agradeceríamos muito que nos remetessem, de forma regular e permanente, exemplares de cadernos. À espera de vossas remessas, estou à sua disposição e espero iniciar dessa forma uma estreita e mutuamente benéfica relação de imprensa. **Rubén Luraschi, Radio Fortaleza - CW 132 - Rocha, Uruguai.**

### Sistema cooperativista

(...) Ainda não tivemos oportunidade de encontrar em cadernos reportagens e análises sobre o movimento cooperativista na área das nações pobres, razão porque sentimos e constatamos muita falta de conhecimento acerca desse assunto. (...) As informações que temos a esse respeito, assinalam que todos os países de regime socialista adotam o sistema cooperativista como forma de desenvolvimento sócio-econômico, com resultados bastante positivos, enquanto que em outros o cooperativismo não tem a mesma dimensão, ou seja, revela-se incapaz de atender às necessidades coletivas. (...) Em consequência, sugerimos reportagens a esse respeito. **A. de Melo Freire, Natal, RN, Brasil.**

### Intercâmbio

Troco ou compro selos postais, principalmente os de língua portuguesa e espanhola.

#### J. Pedro da Rocha

Estrada de Jacarepaguá, 7544/  
apto. 303 - 22700 - Rio  
de Janeiro - RJ - Brasil

Sou colecionador de selos, moedas e cédulas.

#### Arno José Pellenz

Rua Ten. Jung, 802 - Centro  
98960 - Santo Cristo - RS -  
Brasil

Gostaria de me corresponder em português, para fins de amizade, troca de selos e postais.

#### Isabel Cristina Borotto

Av. São Geraldo, 1.160  
Araraquara - SP - CEP 14800  
Brasil

#### Rubismar Marques Galvão

Rua Epifânio Sobreira, 61  
Cajazeiras - PB - CEP 58900  
Brasil

#### Sonia Maria Santagnéli

Caixa Postal 299 - Araraquara  
SP - CEP 14800 - Brasil

#### Domingos Kessongo

Caixa Postal 163 - Hufla  
Lubango - Angola

#### Jorge Luiz C. Andrade

Caixa Postal 90354  
Petrópolis - CEP 25600  
RJ - Brasil

#### Joaquim Augusto Ramos

Caixa Postal 27  
Kaala - Huambo - Angola

#### Avelino da Costa Lobo

Caixa Postal 16397  
Luanda - Angola

#### Ivanilton Tristão Pereira

R. Mario Carpenters, 83/ap. 202  
CEP 20750 - Pilares - Rio de  
Janeiro - RJ - Brasil

#### Claudia Santa-Bárbara

Rua Cidade João Belo, 3/2ºD  
1800 - Lisboa - Portugal

#### Reinaldo Manuel L. D. Ferreira

Rua do Bonjardim, 582/2º  
4000 - Porto - Portugal

#### Rui Manuel Alves Rijo

Quinta das Pretas, Rua C -  
Lote 23/2º - Esq. Famões,  
2675 - Odivelas - Portugal

#### Nuno Tasso de Figueiredo

Rua José Relvas, 16/2º E  
2775 - Parede - Portugal

#### Teresa Lobo

Caixa Postal 16397  
Luanda - Angola

#### Kenytra Viqueira Ramos

Caixa Postal 27 - Kaala  
Huambo - Angola

#### Gianpaolo Dorigo

Rua Pires da Mota, 647/ap. 32B  
São Paulo - SP - CEP 01529  
Brasil

## Índia: crueldade contra mulheres

□ Foi motivo de uma denúncia pública a crescente crueldade contra mulheres recém-casadas que não trazem os dotes exigidos pelo marido.



Protesto de mulheres na Índia

Só no primeiro semestre desse ano foram mencionados aproximadamente 1.200 casos de mulheres nessa situação, que morreram em aparentes acidentes domésticos, mas depois se descobriu terem sido causados por agressões cometidas pelos maridos, sogras ou cunhados.

Tanto o presidente da Índia, Zail Singh como a primeira-ministra Indira Gandhi têm feito pronunciamentos públicos condenando o crescente número de mortes provocadas por conflitos relacionados com os do-

tes, e sublinhando a necessidade de se criar um dispositivo legal mais severo para evitar tais situações trágicas.

Recentemente, o governo central da Índia aprovou algumas reformas às leis relativas às sanções contra os culpados de exercerem crueldade sobre suas mulheres. Uma dessas reformas é a imposição de três anos de prisão aos responsáveis de crueldade física ou mental, ou hostilização às mulheres durante os primeiros sete anos de casada. "Crueldade" é definida no texto da lei como aquela conduta voluntária que cause danos graves à saúde física ou mental de uma pessoa, ou induza-a ao suicídio. "Hostilização" abrange todo tipo de pressão ou ação exercida contra uma mulher ou seus familiares, com o propósito de satisfazer demandas ilegais de dinheiro ou presente, em forma de dote extra.

Uma das mudanças mais destacadas nessa reforma é a capacidade dos tribunais de presumir ações de ataque em caso de suicídio de uma mulher recém-casada. Os assistentes sociais do país concordaram em estabelecer escritórios de voluntários em todos os estados para oferecer auxílio, abrigo e assessoria jurídica às mulheres vítimas de tais situações.

O elevado número de crimes relacionados com o dote, está intimamente ligado à estrutura patriarcal da sociedade indiana,

aos hábitos matrimoniais tradicionais e ao sistema de propriedade que exclui a mulher. Por outro lado, as mulheres não dispõem de oportunidades iguais às do homem no mercado de trabalho e no setor da educação.

Em alguns casos, já se começa a observar uma mudança de atitude a respeito dos crimes cometidos contra as mulheres casadas. Recentemente, pela primeira vez, um juiz condenou um marido, sua mãe e seu irmão, que mataram uma mulher de 21 anos, no oitavo mês de gravidez, porque não completou o dote prometido de mil dólares.

Até agora, muitos homens culpados de assassinar sua mulher, foram inocentados pelas autoridades, alegando-se falta de testemunhas oculares.

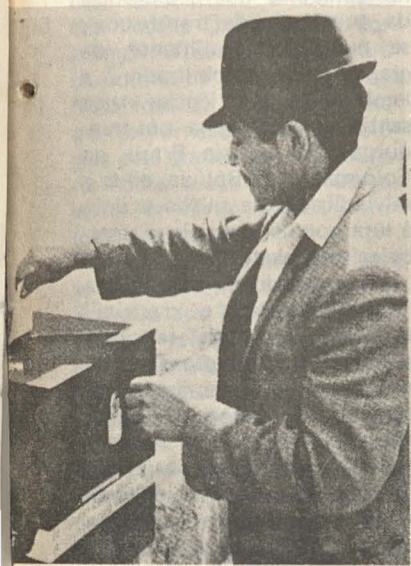
## IRÃ: 5.195 condenados à morte

A Anistia Internacional denunciou o aumento das execuções no Irã, havendo recebido informações de que foram realizadas 5.195 desde fevereiro de 1979. Essa cifra deve ser considerada mínima, já que numerosos fuzilamentos ocorreram secretamente, enquanto que outras mortes foram oficialmente anunciadas como ocasionadas por choques com as forças de segurança. Outra grande quantidade nem sequer foi considerada pelos meios de comunicação iranianos. Durante o mês de junho passado informou-se que 77 pessoas foram submetidas à pena capital.



## Equador: campanha eleitoral domina cenário político

□ Apesar de faltarem ainda dois meses para o início oficial da campanha eleitoral, a mobilização popular e a proclamação de candidatos monopolizam o cenário político do país.



A campanha deve começar oficialmente a 29 de outubro próximo, três meses antes da consulta eleitoral de 29 de janeiro, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente da república, deputados federais e estaduais, prefeitos municipais e distritais.

Caso nenhum dos candidatos à presidência e vice-presidência consigam a maioria absoluta em janeiro próximo, como já se prevê, se realizará um segundo escrutínio em abril.

Para essas eleições, nas quais votarão três milhões e meio de equatorianos, há até o momento quatro candidatos proclamados oficialmente pelos seus par-

tidos: Julio César Trujillo, pelo Partido Democracia Popular—União Democrata-Cristã (situcionista); Francisco Huerta, ex-ministro de Saúde, Partido Democrata (centro-esquerdista); Jaime Hurtado, Movimento Popular Democrático (maoísta) e Rodrigo Borja, pela Esquerda Democrática, (tendência social-



democrata).

Os partidos da direita, liberais, conservadores e social-cristãos, uniram-se na chamada Frente de Reconstrução Nacional, e deverão proclamar oficialmente no fim do mês León Febrés Cordero como seu can-

didato.

Outros partidos e agrupamentos, como os centro-esquerdistas Frente Radical Alfarista e *Pueblo, Cambio y Democracia*, não proclamaram ainda seus candidatos, à espera de formar uma frente com a esquerda democrática e o Partido Democrata.

A União Democrática Popular (de esquerda), que se chamará em breve Frente Ampla de Esquerda, não designou ainda seu candidato à presidência, mas sabe-se que será o secretá-

rio-geral do Partido Comunista equatoriano, René Mauge.

Os partidos e a frente que vão se apresentar a estas eleições ainda não escolheram seus candidatos à vice-presidência, pois pensam negociar suas alianças através desse cargo.

### Militares nacionalistas

Foi fundada no Rio de Janeiro a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (Adnam), sucessora da Associação de Militares Cassados (Amic).

O almirante Paulo Mário Cunha Rodrigues, ministro da Marinha em 1964, será o presidente de honra.

A Associação pretende alcançar três objetivos básicos:

“congregar oficiais das três forças armadas e polícias militares que aspiram à plena democracia; lutar pela preservação do patrimônio nacional, representado pelo seu território, suas riquezas, sua cultura e redenção do nosso homem; e, por último, promover a defesa dos direitos dos militares atingidos por atos cassatórios e lesivos, objetivando sua completa reparação”.

## Anistia no Uruguai debatida em São Paulo

□ "Não é possível alcançar a democracia e a paz social no Uruguai sem uma anistia total, completa e irrestrita que beneficie a todos os perseguidos pelo regime ilegítimo existente no país". Tirada de um dos trabalhos apresentados, essa frase poderia representar o consenso alcançado entre os participantes do Congresso Internacional de Juristas, realizado em São Paulo, entre os dias 17, 18 e 19 de junho passado.

Organizado pelo Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (Sijau), o congresso foi patrocinado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Internacional de Juristas Democratas (AIJD), a Federação Internacional dos Direitos do Homem (FIDH) e o Movimento Internacional de Juristas Católicos (Pax Romano, MIJC). Intervieram no congresso, juristas de 14 países americanos e europeus, delegados observadores de organizações governamentais e não-governamentais dedicadas aos direitos humanos, as-

sim como representantes das Mães de Uruguaios Desaparecidos na Argentina, das Mães de Uruguaios Processados pela Justiça Militar, da Associação de Familiares de Uruguaios Desaparecidos (Afude) e do serviço de Paz e Justiça do Uruguai.

A ordem jurídica e institucional no Uruguai; as condições de uma democracia política, social, econômica e cultural; a transição institucional; e o papel da comunidade internacional na defesa dos direitos humanos, foram os temas desenvolvidos em mais de 15 trabalhos escritos. No entanto, os debates se centralizaram na definição dos fundamentos e nas características que a anistia deveria assumir, como passo para a democratização do país.

Desde sua criação, em 1977, o Sijau adotou em sua própria denominação a reivindicação da anistia no Uruguai. Entretanto, o tema da anistia não tem sido igualmente compreendido e aceito pelos setores de oposição à ditadura militar.

Porém, a anistia tem-se for-

talecido como palavra-de-ordem democrática, paralelamente ao reinício da atividade política e à mobilização popular. Transformou-se em tema de debate público na imprensa e nos partidos políticos permitidos, para finalmente consagrar-se como bandeira popular no último ato do 1º de Maio.

O advogado uruguaio Alejandro Artucio, membro da Comissão Internacional de Juristas (CIJ) e do Sijau, sustentou no congresso que a exigência da anistia "pode transformar-se numa arma militante, de grande efeito mobilizador" e lembrou as experiências nesse sentido da Espanha pós-franquista, do próprio Brasil, da Colômbia e da Bolívia, onde a reivindicação da anistia se uniu à luta popular pelo pleno restabelecimento das liberdades.

O conteúdo de uma anistia "total, completa e irrestrita" foi definida pelos seguintes postulados: libertação de todos os presos políticos; apresentação dos desaparecidos; anulação das sentenças por motivos políticos e sindicais; suspensão de todas as cassações políticas; a volta dos exilados; anulação da legislação de exceção; e restabelecimento pleno de todas as liberdades fundamentais e respeito aos direitos humanos.

### COLÔMBIA: confirmada a morte do comandante do M-19

A direção nacional do movimento político militar 19 de Abril (M-19) confirmou oficialmente a morte de Jaime Bateman Cayón, comandante da organização guerrilheira. Iván Marino Ospina, que optou por aceitar a anistia governamental promulgada em novembro de 1982, passou a ocupar o comando do M-19.

O Movimento comunicou

"à nação colombiana, aos povos latino-americanos e aos democratas do mundo, que Jaime Bateman Cayón, comandante geral do Movimento 19 de Abril e líder da revolução colombiana, sofreu um acidente em 28 de abril de 1983". O piloto do teco-teco em que viajava Bateman tinha declarado estado de emergência à torre de controle do aeroporto "Omar Torrijos", no Panamá, antes de cair em algum lugar na selva límbrofe com aquele país.

"Com dor anunciamos também o desaparecimento de

'Efen' Conrado Marín, guerrilheiro que uma vez anistiado decidiu voltar ao combate", assinala o documento divulgado. "Também morreram no acidente Antonio Escobar Bravo, piloto do teco-teco, ex-parlamentar conservador, que foi nosso amigo e companheiro e participou com valor e lealdade em importantes tarefas político-militares", e Nelly Vivas Rebolledo, oficial superior do M-19, "presença combativa da mulher colombiana", segundo o comunicado oficial do movimento.

## África do Sul: Poderio militar e econômico de alta tecnologia

□ A crescente força econômica e militar da África do Sul está intimamente ligada à rápida expansão da indústria eletrônica. A afirmação pertence a um relatório de 29 páginas, apresentado à Comissão das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais, reunida no mês de julho passado em Nova Iorque. "A indústria eletrônica fornece a base tecnológica para grande parte do poderio bélico e econômico do governo da África do Sul", afirma o relatório.

A indústria eletrônica está se desenvolvendo rapidamente. Somente em 1981 cresceu uns 25%. O relatório destaca que essa indústria depende atualmente da participação das corporações transnacionais que oferecem sua experiência em matéria de computadores, processadores, rádio-transmissores, equipamentos de sinais e controle para as estações de energia, estradas de ferro e outros ramos. Apesar do embargo econômico contra Pretória, as companhias estrangeiras realizam todas as importações necessárias para o desenvolvimento dessa indústria e fornecem a manutenção, as instalações e o equipamento do parque industrial eletrônico, dotado com máquinas de alta tecnologia.

O estudo sustenta que grande parte do investimento estrangeiro na África do Sul concentra-se em setores da economia que requerem alta tecnologia ou insumos especiais que o país não tem: máquinas eletrônicas, certas substâncias químicas, máquinas pesadas e petróleo. As transnacionais fornecem essa tecnologia através do

investimento direto e de acordos de importação e patentes.

Apesar das tentativas do governo de Pretória para desenvolver uma indústria nacional para a produção desses materiais, a África do Sul ainda depende em grande parte das corporações transnacionais para a obtenção desses insumos.

O estudo demonstra que pelo menos quatro países industrializados colaboram com a África do Sul: França, Alemanha Federal, Grã-Bretanha e Holanda. O grupo de Tecnologia Aliada (Altech) com sede na África do Sul, informou recentemente sobre um acordo de coinvestimento com a companhia francesa *Compagnie Française D'Electricité*.

A companhia alemã *Siemens* mantém vínculos comerciais com a Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul. O relatório também assinala que a indústria eletrônica está dominada naquele país pelo capital de três transnacionais: *Siemens*, *Plessey Company* (Grã-Bretanha) e *Philips*

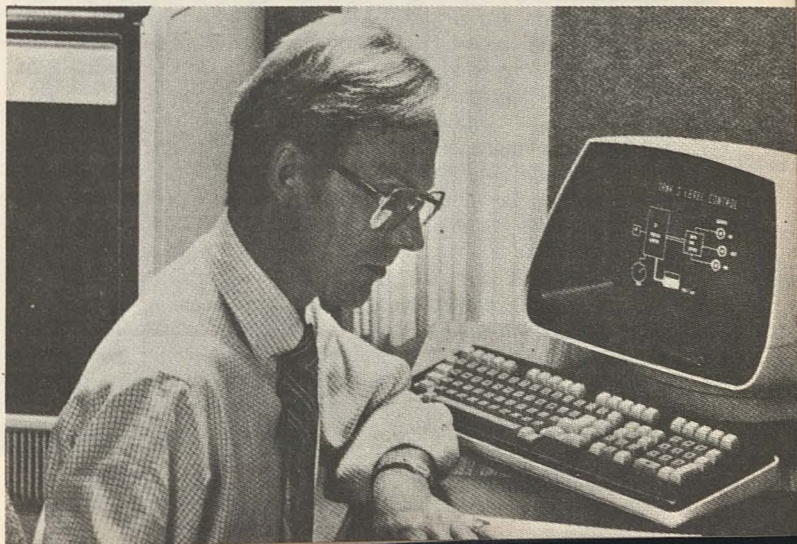
(Países Baixos).

O estudo constata que qualquer intenção de retirar os investimentos da África do Sul (o que pregam as Nações Unidas há muito tempo) se refletiria rapidamente na economia do país e em seu parque industrial pois ele não está suficientemente desenvolvido para produzir substitutos de muitos insumos trazidos pelas empresas estrangeiras.

Uma enquete realizada em 1980 calculou que somente as empresas norte-americanas fornecem 75% do total dos computadores vendidos na África do Sul e manipularam em todo país 77% dessas vendas.

Os principais computadores que se distribuem na África do Sul são da *IBM* (Estados Unidos), *ICL/PLC* (Grã-Bretanha) e *Burroughs Corporation* (Estados Unidos). A taxa de crescimento anual da indústria de computadores, nos anos entre 1978 a 1982, foi de uns 40%.

As forças de defesa da África do Sul utilizam uma grande variedade de instrumentos eletrônicos e computadorizados. "Algumas companhias acabaram com suas operações na África do Sul ainda que no geral a tendência não esteja encaminhada face à diminuição dos investimentos", concluiu o estudo. (*Thalif Deen*)



## México: duras críticas à política de Israel na América Central

□ O embaixador israelense no México, Israel Gur Arie, afirmou que "a cooperação e não a venda de armas" é a meta de seu governo na América Central. No entanto, os fatos desmentem suas palavras.

Uma reportagem da rede de televisão norte-americana ABC, que cita fontes de inteligência em Washington, afirma que Israel colabora com a Agência Central de Inteligência (CIA) em suas operações contra a Nicarágua.

Por outro lado, o diário *El Nacional*, que expressa a opinião do governo mexicano, recolheu informações procedentes de Telavive, que denunciam a crescente atividade de mercenários israelenses a serviço dos governos de direita na América Central.

A denúncia foi publicada em Telavive no diário *Haaretz*, pelo decano dos corresponden-

tes militares israelenses Zeev Schiff, que disse que "sargentos das forças de pára-quedistas e veteranos instrutores de armas do exército israelense foram à região (América Central) para oferecerem seus serviços".

Schiff também identificou um agente israelense de sobrenome Spielberg, ligado ao traficante de armas Marcus Katz, estreitamente relacionado com o ex-ministro da Defesa, general Ariel Sharon, como assessor dos elementos somozistas.

Por sua vez, o diário *El Día*, também da capital mexicana, publicou uma denúncia proveniente da Costa Rica, que envolve oficiais israelenses na aquisição de terras na fronteira entre Honduras e Nicarágua, para o estabelecimento de bases de operações da contra-revolução anti-sandinista.

O embaixador Gur Arie, negou tudo isso, e assegurou que

### BRASIL: capital estrangeiro controla 40% da produção de minérios

A produção mineira do Brasil é controlada em uns 40% por empresas de capital estrangeiro, revelou um estudo do Conselho de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), em primeiro de julho passado, baseado em cifras oficiais. Empresas brasileiras, estatais e privadas, controlam o restante dos 60%.

Em 1980, as companhias transnacionais controlavam 42% do setor mineiro, as privadas nacionais 38% e o Estado somente os 20% restantes. Portanto, observa-se um avanço do Estado no controle da atividade,

basicamente pelo fato de que se reduziu a participação do capital privado brasileiro.

No Brasil existem umas dez mil empresas mineiras, excluindo a mineração artesanal de garimpeiros de pedras preciosas. A avaliação do CNPq incluiu as 50 maiores do setor.

Os capitais de participação na mineração procedem principalmente dos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Holanda, República Federal da Alemanha, Japão e França, e estão associados a investimentos brasileiros, privados ou estatais. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), controlada pelo Estado brasileiro, mantém a liderança setorial com 12,38% da produção, porém na mine-

o governo de Menahem Begin, apenas mantém relações comerciais e culturais na região. Apontou como exemplo, que quase mil estudantes bolsistas centro-americanos viajaram para Israel em 1979 e 1982. Entre eles, 88 de El Salvador, 85 de Honduras e 164 da Guatemala. "É política de meu governo não falar de suas vendas de armas", disse Gur Arie quando lhe lembraram da visita de Sharon a Honduras em dezembro do ano passado e a venda de 15 aviões de guerra *Kfir* a esse país. Também não respondeu quando lhe perguntaram sobre a chegada de 50 assessores militares israelenses a Tegucigalpa (Honduras) em princípios de maio, há apenas três meses.

Segundo um relatório do diretor da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Telavive, Sharon Kleinman, Israel obtém 1,5 bilhão de dólares em seu comércio de armas. Em 1981, Israel exportou aviões num valor de 820 milhões de dólares. Uns 25% da mão-de-obra israelense trabalham na indústria bélica. (*Ignacio Vadillo*)

ração de ferro sua participação vai até 56%.

O maior conglomerado de companhias de capital privado brasileiro é o grupo Votorantim, que ocupa o segundo lugar entre as empresas mineiras com 5,79%. Sua hegemonia em alguns itens é absoluta: 54,5% da produção brasileira de níquel, 53,8% do zinco e 28% do calcário (matéria-prima do cimento). Seguem, em ordem de importância, empresas do Estado como o grupo Siderbras (com seis subsidiárias) e outras com associações de capitais privados nacionais e estrangeiros. Os grupos estrangeiros mais fortes são *Hanna Mining*, dos Estados Unidos, *Alcan* do Canadá e *Shell*, da Grã-Bretanha.

## Cuba: avanços na saúde pública

□ Mais de 2 mil e 600 médicos cubanos trabalham em 26 países da África, Ásia e América Latina, afirmou o ministro da Saúde Pública, Sergio Del Valle, ao inaugurar em julho passado a Conferência Internacional "Saúde para todos: 25 anos de experiência cubana".

Na conferência, que teve lugar no Palácio das Convenções de Havana, participaram mais de mil e 400 delegados de 96 países, dos quais, 440 cubanos.

Do total de gastos nacionais durante o ano passado, 58,95% foram dedicados ao atendimento de saúde local, segundo revelou o ministro. E destacou como uma das maiores conquistas desses 25 anos, o aumento de policlínicas, que é a unidade básica do "Sistema Nacional de Saúde".

A reunião teve como objetivo propagar "a concepção, vias, métodos e recursos destinados pelo Estado cubano durante os últimos 25 anos para concretizar a proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS)", que é "Saúde para todos no ano 2.000".

O ato da inauguração foi assistido pelo presidente Fidel Castro, assim como por importantes figuras do campo da Saúde, entre os quais Halfdan Mahler, diretor da OMS, Carlyle Guerra de Macedo, diretor do Escritório Sanitário Panamericano e 15 ministros da Saúde de diferentes partes do mundo.

O ministro cubano afirmou que seu país conta atualmente com três mil e quarenta e quatro trabalhadores no campo da saúde. Dos quais, 1.675 médicos prestam serviços em 26 países da Ásia, África e América

Latina. Em futuro próximo — assinalou — se poderá alcançar a cifra de três mil médicos em missão no exterior.

Nos centros docentes da ilha estudam medicina gratuitamente 453 bolsistas, procedentes de 71 países e 99 médicos aperfeiçoam seus conhecimentos. Del Valle disse que antes da Revolução liderada por Fidel Castro, em 1959, apenas 112 núcleos urbanos dos 300 que havia em Cuba, contavam com abastecimento de água por aquedutos. Em 1980, 93,2% do total da população cubana era servida por aquedutos. Cerca de 250 mil habitantes das zonas rurais, radicados nas novas comunidades construídas, têm sido beneficiados por esse serviço.

Referindo-se ao trabalho de-

envolvido na preservação do meio-ambiente, durante esse mesmo período, o titular cubano aponta que os sistemas de esgoto foram triplicados.

A respeito da evolução dos índices de mortalidade, lembrou que em 1962, 13,3% do total de falecimentos foram produzidos por doenças infecciosas e parasitárias. Em 1982, o índice havia baixado para dois por cento. Desde 1980, afirmou o ministro, três de cada quatro pessoas morrem com mais de 50 anos e cerca da metade da população falece com 70 anos ou mais, enquanto que 15% morre com 85 anos, o que significa um aumento substancial da expectativa média de vida.

"O esforço que hoje se faça para proteger as crianças, evitar sua morte e prevenir suas enfermidades, contribuirá para formar as qualidades humanas básicas da população futura do planeta", assinalou o dirigente cubano.

Um médico cubano presta assistência em Kankan, Guiné



## ÁFRICA: plano de salvação alimentar

Um programa de controle das pragas nas zonas tropicais africanas para salvar as colheitas de mandioca, alimento principal de mais de 200 milhões de pessoas, poderá ser posto em andamento caso sejam obtidos os 34 milhões de dólares necessários para seu financiamento.

O programa, elaborado pelo Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA), com sede em Ibadan, Nigéria, destina-se a eliminar duas pragas que apareceram pouco tempo atrás nas zonas tropicais do continente.

A mandioca é uma das culturas básicas da África tropical, entre outras razões pela sua alta resistência às secas. Nos últimos anos, sofreu o ataque de dois insetos "importados" de seu habitat natural, a América do Sul.

Em um relatório sobre essas pragas, elaborado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), assinala-se que "se não forem adotadas medidas urgentes para deter o perigo que representam a aranha verde e o *mealybug*, o futuro da produção na África tropical estará ameaçado no fim do século".

A mandioca foi introduzida na África tropical pelos portugueses há 500 anos, enquanto "na atualidade é um dos produtos de maior importância na dieta dos setores marginalizados da região". São produzidos, anualmente, na área tropical da África cerca de 45 milhões de toneladas de mandioca, que contribuem com mais de 25% das calorias consumidas pela população de 14 países africanos. Apesar de que na América do Sul esses insetos não tenham maiores consequências sobre as colheitas, eles se disseminam rapidamente nas

regiões produtoras de mandioca, desde o Saara até Angola e Moçambique.

## QUÊNIA: Tanzânia reata relações

Vários líderes políticos do Quênia fizeram comentários elogiosos sobre a recente decisão tanzaniana de renovar os vínculos diplomáticos e comerciais com esse país e pediram ao governo presidido por Daniel Arap Moi para tomar a iniciativa de revitalizar a cooperação regional entre os Estados da África Oriental.

O vice-presidente e ministro do Interior, Mwai Kibaki, ficou satisfeito com a notícia, segundo a qual o primeiro-ministro Edward Sokoine recomendou que se reatassem os vínculos diplomáticos entre os países vizinhos.

"De qualquer lado que se observe a atual situação entre Quênia e Tanzânia não tem sentido desconhecer que, por sua tradicional forma de vida, as relações entre esses dois países estão irmanadas", alegou Kibaki.

"Certamente não tem sentido dizer ao povo *masai* do Quênia que deve se afastar dos *masai* da Tanzânia porque uma fronteira artificial os separa."

Quênia, Uganda e Tanzânia têm uma longa tradição de cooperação que remonta aos tempos anteriores à independência.

"A cooperação regional é vital para a área e é uma boa notícia para todos os residentes da faixa limítrofe que foram severamente afetados pela crise na fronteira", disse Mwacharo Kubo, assistente do ministro do departamento da vice-presidência. Kubo representa a área de Taveta, zona fronteiriça com a Tanzânia, no estado de Taita Taveta.

## SUDÃO: declaração da Frente Popular Sudanesa

A Frente Popular Sudanesa (o movimento dos comitês revolucionários) divulgou um comunicado sobre a revolução armada no sul do Sudão destacando seu apoio aos revolucionários que se opõem ao regime do general Numeiry.

O comunicado diz que "nossas forças revolucionárias do sul responderam ao chamado da Frente Popular Socialista Sudanesa a fim de formar uma frente ampla para empreender a guerra de libertação no Sudão, transformado em uma colônia pelo acordo de Campo David".

"O regime de Numeiry permitiu aos Estados Unidos voltar ao território sudanês através das bases militares. Os Estados Unidos também controlam o exército através de assessores que supervisionam o comando", acrescenta a declaração.

"A assinatura da chamada Carta de Integração Econômica por Numeiry e Hosni Mubarak transforma o Sudão numa colônia norte-americana-sionista-egípcia depois da própria transformação do Egito em uma colônia norte-americana-sionista", continua.

O comunicado nega as acusações de Numeiry de que os revolucionários no sul receberam apoio de fora. "As pessoas, afirma, não necessitam ser incitadas a tentarem derrubar o regime".

A Frente fez um chamado aos trabalhadores, camponeses e estudantes do Sudão para enfrentarem a conspiração norte-americana e sionista destinada a destruir a unidade nacional e a integração territorial e para multiplicarem seus esforços para a derrubada do regime. Também incitou o exército sudanês a rebelar-se e participar na revolução.

*LEITOR: Você é indispensável na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS aos amigos e participe desta promoção.*

## ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ● um livro da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou va le postal no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher seu brinde no cupom próprio.

### CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou  **vale postal** no valor acima. 57

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou  **vale postal** no valor acima. 57

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou  **vale postal** no valor acima. 57

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

Por conseguir mais três assinaturas de **cadernos**, pelas quais remeto Cr\$ 13.800,00 em  **cheque nominal** ou  **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: ( ) Uma assinatura anual de **cadernos** ou ( ) dois livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos ( ) e ( ) 57

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

# estante do **terceiro mundo**

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

## Estante do Terceiro Mundo

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador:  não-assinante  
 já assinante  
 assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: ..... Data ..... / ..... / .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: ..... Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

### TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 20% para "assinantes" na compra de até 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.

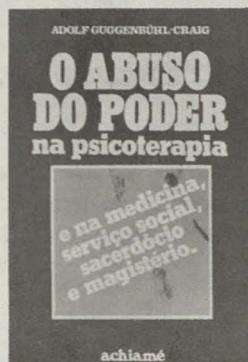


### AS RESERVAS MINERAIS E O FUTURO DA HUMANIDADE

de Francisco Fonseca

O processo de esgotamento do petróleo é apenas o início de uma crise muito mais profunda. Aqui se mostra, com dados colhidos na experiência, que os recursos minerais vão se esgotando por toda a Terra. Sobre os descendentes de nossa orgulhosa civilização pesa a ameaça real de regresso a um tipo de vida primitiva, num planeta exausto.

Código E-16 Cr\$ 1.600,00



### O ABUSO DO PODER NA PSICOTERAPIA E NA MEDICINA, SERVIÇO SOCIAL, SACERDÓCIO E MAGISTÉRIO.

de Adolf Guggenbühl-Craig

O autor é um renomado psiquiatra junguiano e estudou originalmente teologia e medicina, tendo recebido formação freudiana. O livro apresenta uma reflexão franca e direta sobre o exercício de algumas profissões e o risco de se abusar do poder no relacionamento com pacientes ou fiéis.

Código E-17 Cr\$ 1.400,00



### ANARQUISMO OU MARXISMO: UMA OPÇÃO POLÍTICA

de Gilbert Green

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, a revolução "psicodélica", o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas e a guerra civil espanhola.

Código E-18 Cr\$ 1.900,00



# O longo impasse do diálogo Norte/Sul

O fracasso da sexta Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), assim como o de numerosas iniciativas semelhantes, obedece a uma só razão: a ausência de vontade por parte das potências industrializadas para reconhecer as causas das chocantes desigualdades entre o Norte e o Sul do planeta e para tratar de repará-las mediante a cooperação econômica. Circunstâncias passageiras podem proporcionar matizes favoráveis ou negativos que não alteram os motivos de fundo. Nesse sentido, pode-se concordar no fato de que a profunda recessão mundial não oferecia o ambiente mais apropriado para obter a cessão de recursos por parte das nações ricas. Também é um fato conhecido as consequências da doutrina ultraliberal professada pela atual administração republicana dos Estados Unidos e por outras potências capitalistas. Ambos foram obstáculos adicionais sobrepostos no caminho da cooperação Norte/Sul.

No entanto, seria um árduo trabalho demonstrar que essa conferência, realizada em Belgrado durante quatro semanas, conseguiu frutos substancialmente superiores aos de outras reuniões semelhantes, quando a economia mundial passava por um período de expansão e quando a liderança dos Estados Unidos estava em mãos do Partido Democrata, que atribui à intervenção do Estado funções consideradas ilícitas pelo presidente Ronald Reagan e os adeptos da doutrina neomonetarista.

A própria história da Unctad prova isso. A primeira conferência foi realizada em Genebra, em 1964, há quase 20 anos, sob a palavra-de ordem "Comércio, não ajuda". Os países do Terceiro Mundo sustentaram naquela ocasião que deveriam ser adotadas reformas estruturais a fim de corrigir o intercâmbio desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que é a causa das disparidades do planeta. As nações industrializadas não aceitaram essas reivindicações, mas se comprometeram a um aumento considerável dos fundos públicos e privados de cooperação, calculados em um por cento de seus Produtos Nacionais Brutos (PNB).

É notório que esse objetivo jamais foi alcançado e que posteriormente esta ajuda foi diminuída para



0,7% do PNB. A Unctad-6 se dirigiu agora ao grupo de potências para exortá-las a alcançarem essa meta "daqui até 1985" e que redobrem seus esforços para chegar a este fim. Na verdade, só quatro dos 24 países que integram o grupo de nações avançadas honraram seu compromisso em matéria de ajuda ao desenvolvimento; e a nação mais poderosa da Terra, os Estados Unidos, é uma das que se encontram mais afastadas desse objetivo. Um dos mecanismos de maior importância propostos na Unctad é o relativo a um acordo para a criação de um fundo comum de produtos básicos. A iniciativa foi aprovada durante a Conferência da Unctad de 1976, em Nairóbi, e se concretizada, permitiria operar para estabilizar as cotações de matérias-primas por meio de reservas estratégicas empregadas para regularizar os preços. Um grupo de potências industrializadas resistiu a princípio à criação do fundo, que compreenderia 17 produtos minerais e agrícolas considerados chaves, e só depois de tensas negociações se chegou a um acordo.

Mas esse fundo não requeria só consenso, mas também recursos para existir. Evidentemente os explorados países exportadores de matérias-primas não poderiam reunir os seis bilhões de dólares estimados, necessários para iniciar as reservas. Só uma ínfima parte dessa soma foi obtida e essa situação não se modificou até hoje. A negativa dos Estados Unidos em fazer parte do fundo, apesar dos pedidos da Comunidade Econômica Européia (CEE) e do Japão, reiterados em Belgrado, impede a integração desses recursos.

Entretanto, a recente conferência serviu para que aumentasse o número das adesões ao fundo comum (16 países a mais, totalizando 108) e das ratificações (cinco mais, totalizando 54). A resolução adotada sobre a estabilização dos mercados de matérias-primas foi restritiva em relação ao financiamento compensatório dos déficits das balanças comerciais. A fim de estudar a instrumentação de uma fórmula complementar, a conferência designou um grupo de especialistas. Os Estados Unidos se opuseram firmemente, pois consideraram que o mandato do grupo de especialistas estaria em contradição com as atribuições do Fundo Monetário Internacional. A delegação norte-americana pediu que a resolução fosse submetida a votação: 84 países se pronunciaram a favor, as nações socialistas se

abstiveram e só os Estados Unidos votaram contra, ressaltando assim que se consideravam alheios a essa questão.

Por seu lado, os países menos avançados (PMA), assim chamados com um eufemismo burocrático que encobre as características de um subdesenvolvimento extremo, solicitaram que os empréstimos bilaterais que os esmagam fossem convertidos em doações. Tratava-se de uma exortação à equidade, pois esses países não têm como enfrentar os efeitos de uma crise desencadeada pelas potências industrializadas. Por um lado, foram reduzidos drasticamente os preços de suas matérias-primas, o que os leva a sofrer fortes déficits em suas balanças comerciais, os quais por sua vez os obrigam a contrair dívidas no exterior. Nesse contexto, a alta das taxas de juros e o encarecimento do dólar os deixam na impossibilidade de pagarem ao mesmo tempo o serviço da dívida e as importações de que necessitam. Trata-se de decisões contrárias a seus interesses, tomadas no centro do sistema capitalista. No entanto, os causadores desse penoso estado de coisas se omitiram da sua responsabilidade e a conferência se limitou a uma vaga recomendação de que se procure "tornar mais leve" o endividamento, tarefa cuja eventual consideração dependerá da não menos eventual boa vontade dos credores.

A respeito do gigantesco endividamento do Terceiro Mundo, a cujas origens já nos referimos, só se apontou a necessidade de tornar compatíveis as medidas para escalonar o pagamento com as disposições orientadas no sentido de promover as atividades econômicas.

A recusa terminante dos Estados Unidos a uma conferência monetária de alcance mundial, idéia acalentada pela França diante das desordens do sistema monetário, e que havia ganho aceitação dentro do Terceiro Mundo, impediu o tratamento deste assunto fundamental. A proposta foi reivindicada pelo presidente do Grupo dos 77, Said Osman (da Somália) em seu discurso de encerramento. Osman propôs que ela fosse discutida dentro das negociações globais Norte/Sul, que deveriam ser retomadas na Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Nessa esfera, pode ser considerada positiva — ainda que não tenha um alcance prático —, uma resolução que ressaltou a conveniência de

favorecer "uma maior estabilidade das taxas de câmbio e um quadro monetário harmônico e estável". Os Estados Unidos, que poderiam ter achado nessa recomendação uma exortação para mudar uma política econômica que encareceu o dólar e transtornou o mercado monetário, se abstiveram de formular reservas depois de uma paciente mediação no seio do grupo B (de países industrializados).

Na esfera comercial, as nações do Sul cobram das do Norte devido às barreiras que impedem a entrada de seus produtos, e pedem que sejam abolidas as restrições. Por sua vez, as potências industrializadas, que proclamam teoricamente sua adesão aos princípios de livre comércio, não querem admitir que praticam o protecionismo. Durante a presente recessão, as recíprocas acusações trocadas pelos Estados Unidos, as nações da Europa e o Japão sobre violações ao livre comércio têm-se constituído em um espetáculo não muito edificante. (Em tempos de crescimento econômico esses problemas costumam ter menor envergadura).

Não foi estranho, portanto, que na Unctad-6 se aprovasse uma resolução na qual as nações avançadas se comprometeram a cumprir seus compromissos em matéria de comércio internacional, acabar com o protecionismo e atuar "sistematicamente para reduzir e eliminar as restrições quantitativas" no intercâmbio internacional.

A discórdia foi no entanto evidente ao se discutir uma proposta apresentada pelo grupo latino-americano e que implicava uma condenação ao emprego de armas econômicas para dobrar a vontade política dos países subdesenvolvidos, quando esta se choca com os interesses das grandes potências. O texto abrangia as represálias exercidas pelos Estados Unidos contra a Nicarágua: "Todos os países desenvolvidos devem se abster de impor aos países em desenvolvimento qualquer meio de coerção política prejudicial ao desenvolvimento econômico, político e social desses países, restrições comerciais, bloqueios, embargos e restrições econômicas".

Todas as nações desenvolvidas votaram contra, com a única exceção da Espanha, e todas as nações subdesenvolvidas a favor.

Entre as omissões de maior significação, cabe mencionar a não adoção de disposições imediatas

em matéria de transferência financeira, solicitadas pelo secretário da Unctad. Em resumo: o balanço dessa conferência não apresenta nenhum resultado concreto e importante em favor do mundo subdesenvolvido.

Podem-se registrar alguns avanços em assuntos de menor importância e em relação ao desejo recíproco de deixar a porta aberta a posteriores negociações, à espera de que algum dia se dêem as condições internacionais que, após mais de duas décadas de negociações, ainda não se apresentaram. Um progresso apreciável consiste no grau de coordenação e harmonização dos interesses e das posturas dentro do Terceiro Mundo, um mosaico ao qual não foi fácil integrar, em um todo, as particularidades regionais, os diferentes graus de desenvolvimento e as peculiaridades históricas e culturais. Observou-se nesse sentido, uma substancial unidade e flexibilidade para negociar, que se refletiu na ênfase em deixar as portas abertas, apesar dos decepcionantes resultados. No outro lado da mesa, a atitude mais negativa ficou por conta dos delegados dos Estados Unidos, que em várias ocasiões se encontraram emitindo solitários votos negativos. Mas sem chegar a tal extremo, outras nações avançadas expressaram reservas ou assumiram posições nada favoráveis ao entendimento.

A já longa experiência da Unctad mostra que é pouco o que o Terceiro Mundo pode esperar da área capitalista desenvolvida. Isso não quer dizer que se devam abandonar os foros e oportunidades como a Unctad, mas que devem ser privilegiados outros caminhos, em primeiro lugar, a cooperação Sul/Sul.

Este é um campo no qual as possibilidades de progredir dependem somente da vontade dos países subdesenvolvidos, já que vai desde a ampliação do intercâmbio até a cooperação tecnológica, incluindo os acordos entre os produtores de matérias-primas para estabilizar os preços.

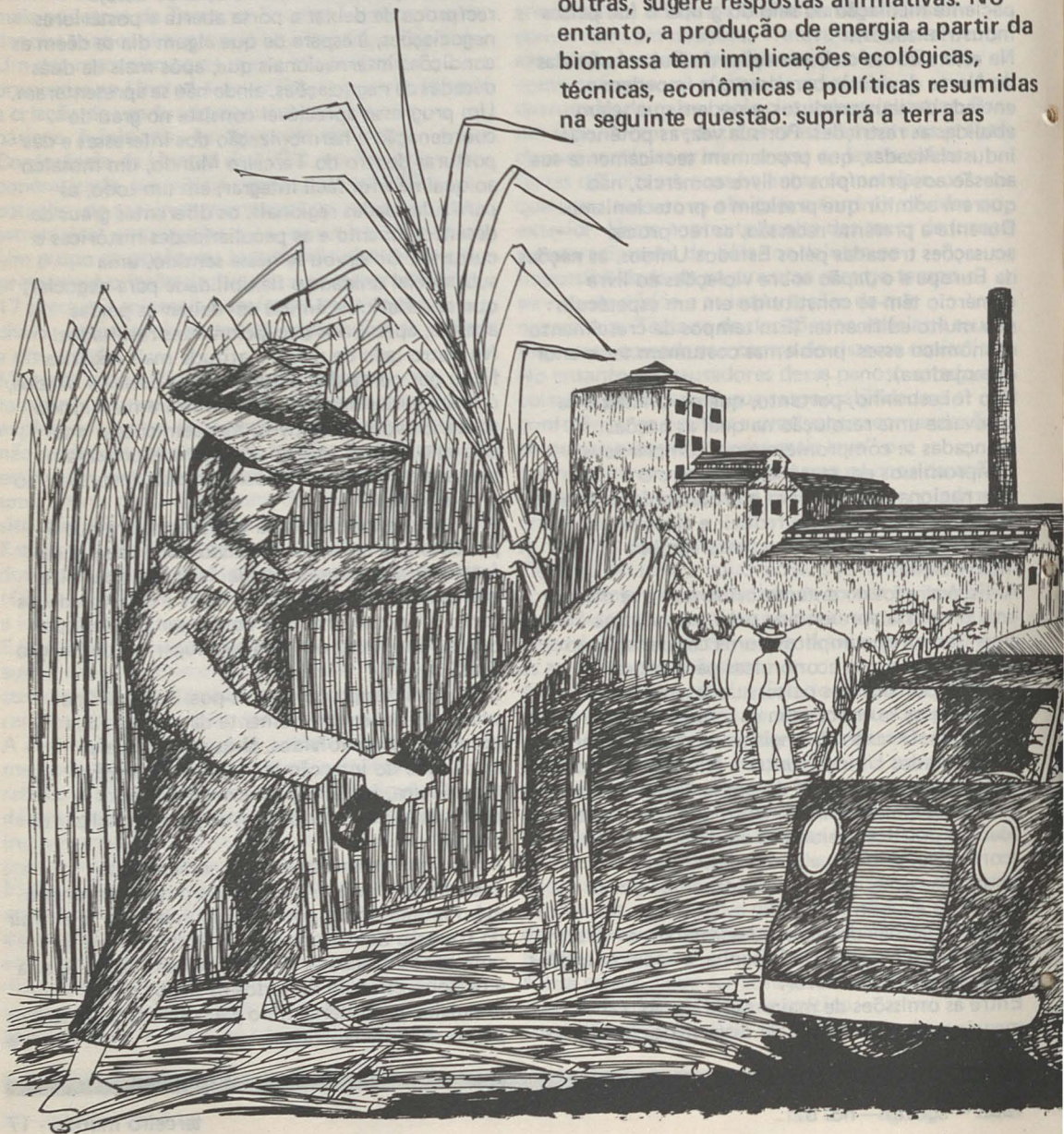
Apesar das promissoras perspectivas desta cooperação horizontal, é pouco o que se avançou até o momento e a conclusão número 1 a se extrair do fracasso do diálogo com o Norte deveria ser uma concentração prioritária de esforços na busca e na concretização de todos os meios para impulsionar o intercâmbio e a colaboração entre os países subdesenvolvidos.



# Álcool: o combustível

Seria o álcool a alternativa energética para os países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo? Seria ele, ainda, o combustível ideal para o terceiro milênio

que se aproxima com previsões de esgotamento das reservas petrolíferas? O fato de o álcool ser obtido de fontes renováveis como a cana-de-açúcar, entre outras, sugere respostas afirmativas. No entanto, a produção de energia a partir da biomassa tem implicações ecológicas, técnicas, econômicas e políticas resumidas na seguinte questão: suprirá a terra as



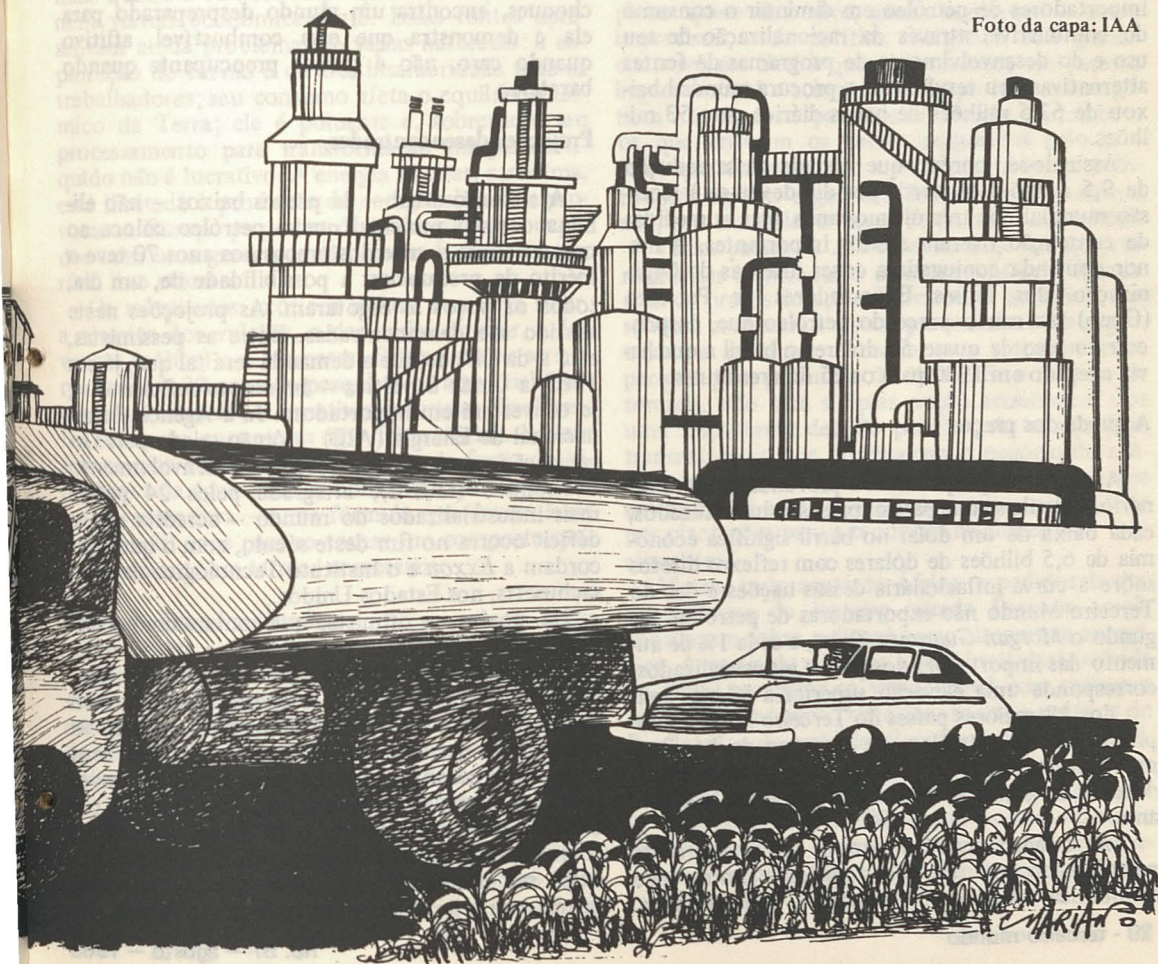
# do terceiro milênio?

Octavio Tostes

necessidades da máquina para mover um mundo industrializado com o calor retirado das plantas? Em meio aos programas de energias alternativas que se espalharam pelo planeta após a crise do petróleo nos anos 70, surgiu no Brasil o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Em quase dez anos de execução, o Programa produziu mais de 20 bilhões de litros de álcool e tem se mostrado viável. O brasileiro comum, porém, ao se lembrar da acidentada

evolução do Proálcool, ainda duvida. E, de desconfiado, passaria a estarrecido se soubesse dos riscos oferecidos pelo Programa; a fascinado com as alternativas de produção que vêm sendo ignoradas e a indignado com as injustiças sociais por ele acirradas. Aqui, apresentamos amplo painel sobre o álcool no Brasil e no Terceiro Mundo com as mais polêmicas discussões a respeito dessa fonte vegetal de energia e sem a menor pretensão de esgotar o assunto. Ao contrário, instigamos o debate.

Foto da capa: IAA



Quando os jornais, revistas, TVs e rádios de todo o mundo, às vésperas do ano 2.000, fizerem a retrospectiva do último século que antecedeu o início do terceiro milênio, a década de 70 merecerá destaque especial. Se no plano político o balanço do período é favorável — com as libertações de Angola e Moçambique, a queda das ditaduras de Salazar em Portugal, Franco na Espanha e Somoza na Nicarágua —, no econômico o saldo é negativo: o decênio foi marcado por dois choques do petróleo — elevações bruscas do preço do óleo — que deram à humanidade, (e particularmente aos países industrializados), uma dura lição — era preciso encontrar alternativas para essa fonte de energia que, até então, jorrava fácil dos desertos do Oriente Próximo, das estepes da União Soviética e das planícies geladas do Alasca.

A pouco mais de 25 anos do ano 2.000 e passados exatamente dez do primeiro choque (em 1973), o quadro hoje é bem diferente do daqueles dias aflitos do começo da década anterior, embora não menos preocupante. O esforço dos países importadores de petróleo em diminuir o consumo do combustível através da racionalização de seu uso e do desenvolvimento de programas de fontes alternativas deu resultados: a procura mundial baixou de 62,5 milhões de barris diários para 53 milhões.

Assinale-se, porém, que metade dessa redução de 9,5 milhões de barris por dia deveu-se à recessão mundial dos três últimos anos. Mas as medidas de contenção tiveram efeitos importantes. A menor demanda conjugada a crises internas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) fez cair o preço do petróleo que, despencou do pico de quase 50 dólares o barril a que havia chegado em 1980 para os 25 dólares atuais.

#### A queda dos preços

A queda do preço alterou profundamente o cenário. Calcula-se que para os países industrializados, cada baixa de um dólar no barril significa economia de 6,5 bilhões de dólares com reflexos diretos sobre a curva inflacionária dessas nações e das do Terceiro Mundo não-exportadoras de petróleo. Segundo o *Morgan Guaranty Trust*, a cada 1% de aumento das importações dos países industrializados, corresponde uma elevação superior a 5% nas vendas dos 12 maiores países do Terceiro Mundo não-produtores de petróleo. Se o preço do barril se mantiver baixo, só o Brasil ganhará — ou melhor, deixará de gastar — 900 milhões de dólares este ano.

Esse quadro favorável para os importadores de petróleo, no entanto, não significa o fim da crise econômica mundial. O ganho dos consumidores,

nesse caso, corresponde à perda dos produtores, que deixarão de ter 50 bilhões de dólares em receitas também neste ano e poderão ver seu déficit do balanço de pagamentos elevado dos 18 bilhões de dólares do ano passado para 56 bilhões neste exercício. A consequência imediata deverá ser o corte de suas importações e revisões nos planos de desenvolvimento. No caso particular do Brasil — que até novembro passado tinha 44 contratos para fornecimento de serviços de engenharia a oito dos 13 países da Opep — essa perspectiva é nada animadora.

O sistema financeiro internacional também deverá ser afetado: a tendência dos países produtores com saldo nos bancos norte-americanos e europeus, como a Arábia Saudita e as nações do Golfo Árabe, é retirarem depósitos para cobrir suas despesas. Será o fim dos petrodólares, que os bancos recebiam dos exportadores e emprestavam pelo mundo afora. Ficar sem os petrodólares, nesse momento em que já está difícil receber os empréstimos anteriormente, representa golpe considerável para a liquidez do sistema. Assim, a queda dos preços do petróleo, algo imprevisível no tempo dos choques, encontra um mundo despreparado para ela e demonstra que esse combustível, aflitivo quando caro, não é menos preocupante quando barateia.

#### Projeções desencontradas

A situação atual — de preços baixos — não elimina o risco principal que o petróleo coloca ao mundo e que a crise dos preços nos anos 70 teve o mérito de prenunciar: a possibilidade de, um dia, todos os poços se esgotarem. As projeções neste sentido são desencontradas. Entre as pessimistas, está a da CIA de que a demanda será tal que, já em 1985, a União Soviética — hoje auto-suficiente —, se converterá em importadora. Já a Agência Internacional de Energia (AIE) — órgão criado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), integrada pelos 24 países mais industrializados do mundo — acredita que o déficit ocorra no fim deste século, com o que concordam a *Exxon* e o Instituto Tecnológico de Massachusetts, nos Estados Unidos.

Há, porém, os otimistas que contam com o fornecimento de petróleo por mais 60 e até 90 anos, como a *Rand Corporation*. Outros cientistas, ainda, entendem ser possível se chegar até o primeiro quarto do próximo século sem problemas se as companhias petrolíferas sacrificarem parte de seus lucros com investimentos em prospecções em novas áreas nas quais, segundo eles, existe volume de petróleo três vezes maior que o conhecido hoje. E se, como reivindicam muitos produtores, o petróleo pudesse ser empregado basicamente como matéria-prima para a indústria petroquímica, teria um uso

mais nobre que o de ser queimado como combustível.

### Convencionais, exóticos e futuristas

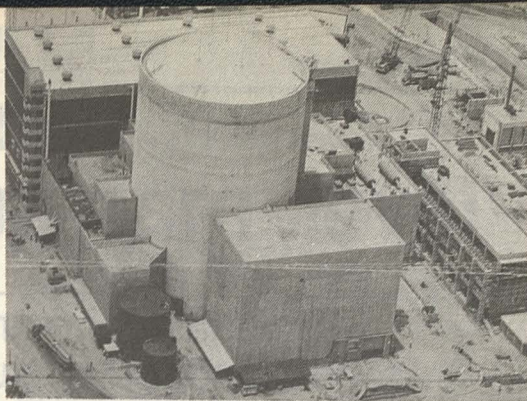
Otimistas e pessimistas, no entanto, concordam com a conveniência de se buscarem substitutos para o petróleo como combustível. Se as previsões de esgotamento dessa fonte são desconstruídas, o quadro das alternativas é incipiente. Segundo artigo de Gonzalo Ruíz Tovar para a agência *Inter Press Service (IPS)*, os substitutos foram classificados em três grupos de acordo com sua acessibilidade, facilidade de exploração e nível tecnológico para consumo. São eles: os convencionais, os exóticos e os futuristas.

As alternativas convencionais são aquelas cogitadas no primeiro momento para substituir o petróleo e incluem o carvão e as energias elétrica e nuclear. As adaptações necessárias para sua utilização em lugar do petróleo, porém, não são tão simples como parecem e acredita-se serem necessários mais quatro a 12 anos de pesquisas para que se tornem viáveis economicamente. Essas fontes apresentam ainda problemas de várias naturezas: a exploração do carvão é de alta insalubridade para os trabalhadores; seu consumo afeta o equilíbrio térmico da Terra; ele é poluente e, sobretudo, seu processamento para transformação em gás ou líquido não é lucrativo. A energia nuclear, caríssima, está limitada à produção de energia elétrica e provoca na Europa protestos de ecologistas preocupados com uma grave questão: onde depositar o terrível lixo atômico?

Os substitutos exóticos seriam a energia solar, a térmica dos vulcões, a das ondas do mar, a dos ventos (eólica) e a biomassa. Estima-se que seriam necessários 20 anos de pesquisas para sua viabilização. As chamadas alternativas futuristas, finalmente, ainda se encontram nos laboratórios. Seriam tecnologias como, entre outras, a da fusão do hidrogênio da água do mar com o dióxido de carbono da atmosfera — uma fórmula que deverá levar de 30 a 50 anos para se tornar um composto químico atraente em termos comerciais.

### Visão do Terceiro Mundo

Analisadas sob a perspectiva do Terceiro Mundo, a crise do petróleo e a busca de alternativas energéticas ganham dimensões especiais. A procura de substitutos para o petróleo traz em si para os países do Sul a possibilidade do desenvolvimento de tecnologias próprias e da conquista de independência energética e tecnológica; mas coloca, como pedras no caminho, importantes questões: quais as fontes a serem pesquisadas? Como? Com que recursos? Quais as alternativas já experimenta-



Usina São Martinho, São Paulo, Brasil: 150 milhões de litros de álcool por ano — um modelo adequado?

das, seus resultados e riscos?

É sob esse prisma que deve ser observado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) desenvolvido no Brasil, ao qual dedicamos grande parte da matéria de capa desta edição. O Programa nasceu como solução de continuidade para o setor açucareiro em um momento de baixa do preço do produto no mercado internacional e só agora, ao completar quase dez anos, ganha contornos — ainda imprecisos — de política energética, sob grande controvérsia. Se há quem o considere um sucesso inquestionável e solução para os problemas energéticos não só deste país mas do mundo, há também os que criticam os rumos adquiridos pelo projeto, que fizeram com que o álcool esteja substituindo apenas a gasolina dos carros de passeio e não, por exemplo, o diesel de ônibus e caminhões.

Vários países da África vivem hoje situações semelhantes à enfrentada pelo Brasil há uma década: com os preços do açúcar novamente em baixa, eles se vêm com menos divisas provenientes das exportações e pensam em converter e reaproveitar os parques para produção do álcool. Se a medida for tomada, não será simples opção econômica, mas uma importante decisão política. As companhias transnacionais que dominavam o negócio do açúcar tentam impor grandes projetos alcooleiros que ameaçam até com a tomada de áreas ocupadas hoje por plantações para a produção de alimentos.

Vieram justamente da África os pedidos de que os cadernos do terceiro mundo fizessem ampla abordagem sobre o álcool como alternativa energética. A partir da pioneira experiência desenvolvida no Brasil, preparamos vasto painel com enfoques técnico, econômico, histórico, social e político do Proálcool e do próprio álcool como combustível. Com a esperança de estarmos contribuindo para as reflexões necessárias às decisões importantes que, às vésperas do ano 2.000, façam os anos 80 serem lembrados como o período em que, apesar da recessão mundial, encontraram-se as saídas para a crucial questão energética.



# Viável, mas quem garante?

Em quase oito anos de execução, o Proálcool produziu mais de 20 bilhões de litros de álcool. Mas o povo ainda duvida



April/Press/Imo Celso

leram em termos energéticos a 107 milhões de barris de petróleo e, segundo o governo, propiciaram economia estimada em 4,5 bilhões de dólares. (A redução da importação de petróleo pelo país, entretanto, deveu-se mais ao aumento da produção da Petrobrás e à recessão econômica do que aos resultados do Programa. O álcool substitui a gasolina e não o óleo diesel, outro derivado de petróleo, que move os veículos pesados e cujo consumo aumentou. Embora gasolina e diesel sejam obtidos do petróleo, a estrutura de refino não permite desviar para o diesel todo o petróleo que deixou de ser usado na gasolina substituída pelo álcool. Assim, ocorre hoje no Brasil um excedente de gasolina, vendido no exterior.)

## O novo carro pegou

Outros números aparentemente favoráveis ao Programa: com investimentos que beiraram os 420 bilhões de cruzeiros em financiamentos oficiais — e ainda não representam o total das inversões — criaram-se 234,7 mil empregos, 39 mil no setor industrial e 195,7 mil na agrícola, com 101 bilhões de cruzeiros em salários e faturamento calculado em 384 bilhões de cruzeiros.

O carro a álcool, produzido a partir de 1980, pegou. De uma participação de 9,9% do total de vendas da indústria automobilística no mercado interno em março de 1982 saltou para 75,9% no mesmo mês do ano seguinte. Em maio passado, atingiu 81,1%: das 69.066 unidades comercializadas, 56.044 eram a álcool. Nos primeiros 20 dias de junho, porém, as vendas das quatro principais montadoras — Ford, Fiat, General Motors e Volkswagen — aos revendedores caíram 40% em relação às de maio. Mas a queda ocorreu a partir de uma produção 20% maior que a de junho de 1982.

**D**e cada dez carros que circulam pelas grandes e pequenas cidades do Brasil, três são movidos inteiramente a álcool hidratado. Os outros sete andam com uma mistura de álcool anidro (de baixo teor de água) e gasolina. Entre janeiro e maio deste ano, a mistura foi de 21,4%, uma parte de álcool para quatro de gasolina. Os 700 mil carros movidos a álcool representam um terço da frota de veículos de motores do ciclo Otto — carros de passeio em sua maioria — e quase um décimo do total de veículos em circulação no país, que inclui caminhões, ônibus e tratores. Os carros a álcool são um dos resultados mais expressivos do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, criado em novembro de 1975.

O Programa, no entanto, tem números mais grandiloquentes para indicar seus sucessos. Em contrapartida, apresenta efeitos nocivos menos divulgados e debatidos que as realizações.

Em sete anos de execução, o Proálcool produziu até novembro passado 20 bilhões de litros de álcool que, substituindo vários produtos, equiva-



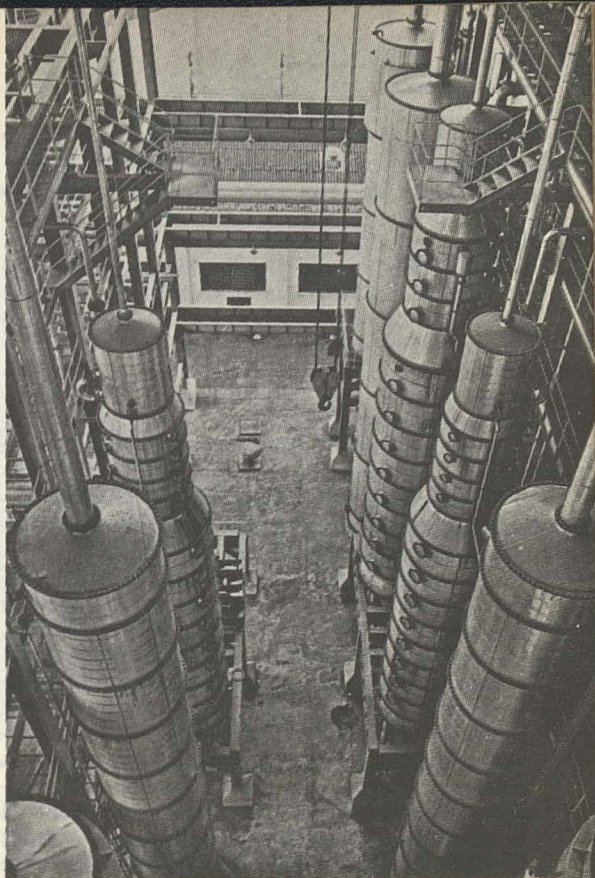
## Menos gasolina

Reflexo da afirmação dos carros a álcool, o consumo da gasolina baixou de 190,1 mil barris diários no período de janeiro a maio de 1982 para 165,7 mil barris diários nos mesmos meses deste ano, com redução de 12,8%. O álcool, com um consumo em torno de 100 mil barris por dia também entre janeiro e maio deste ano — considerando-se o hidratado e o anidro —, teve sua demanda aumentada em 67,4% em relação ao ano anterior. Em novembro de 1982, o hidratado era distribuído através de 9.175 postos, metade do total de pontos de revenda de combustível do país.

Embora o uso do álcool hidratado em carros corresponda a quase metade do consumo desse combustível — sem contar o anidro misturado à gasolina —, o álcool tem sido utilizado para outros fins, principalmente na substituição do eteno (derivado de petróleo) na indústria química (ver quadro I). Dos 16 projetos alcoolquímicos aprovados pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal) até o fim do ano passado, dez já funcionavam com capacidade de consumo calculada em 324 milhões de litros anuais para a produção de plásticos, tintas, vernizes e PVC. O consumo doméstico, farmacêutico e para a fabricação de bebidas foi calculado em 300 milhões de litros na safra 1982/83.

### O outro lado

Mas o Proálcool tem seu reverso. A produção dos 20 bilhões de litros entre 1975 e 1982 foi obtida de canaviais que ocupavam, em 1981, 2,8 milhões de hectares — 1,1 milhão no estado de São Paulo — e expulsaram culturas para alimentação e



Dornas para destilação do vinho e obtenção do álcool

exportação, afastando-as dos centros consumidores e portos quando não eliminando-as (ver matéria nesta edição). Os empregos criados, principalmente no setor agrícola, são sazonais — o que significa subemprego ou desemprego para milhares de trabalhadores em período de três a cinco meses no ano.

A formação de canaviais ao redor das usinas e destilarias — para reduzir o custo de produção através da posse da terra, — gerou a concentração fundiária e a derrocada dos pequenos produtores de cana-de-açúcar. Para os usineiros, é interessante se apoderar da terra, um dos fatores mais caros na composição do preço do álcool. Finalmente, um efeito que apesar de vir sendo considerado mal menor, é alarmante: 20 bilhões de litros de álcool representam 260 bilhões de litros de vinhoto, resíduo altamente poluente obtido na razão de 13 litros para cada litro de álcool. Embora o vinhoto esteja sendo utilizado como fertilizante sem os necessários tratamento e cautelas, parte considerável ainda é despejada nos rios e solo, com graves danos à fauna e flora. Há possibilidades de se reciclar o vinhoto ou reduzir sua proporção em relação ao álcool, mas isso ainda está em fase de experiência.

## QUADRO I

### Estrutura do Consumo do Alcool (Em milhões de litros)

Usos	1981 <sup>1</sup>	1985 <sup>2</sup>
Comércio	140	200
Mistura Carburante	1.300	2.700
Indústria de Transformação	200	280
Exportação	250	320
Hidratado Carburante	1.650	5.000
Indústria Química	350	700
Total	3.890	9.200

Fonte: Portaria CNP-Dirab 164 de 29/04/81; Associação Brasileira de Indústrias Químicas (Abiquim); Diário Oficial da União, 26/06/80; (4); (5); (7); (10); (11); (15); (16).

(1) Estimativa

(2) Projeção

Extraído da revista "Rumos do Desenvolvimento" nº 40.

## O programa avança

Os efeitos nocivos do Proálcool parecem não preocupar seus executores e o Programa avança. A produção da safra 1982/83 está calculada em 7,5 bilhões de litros para consumo de 5,5 bilhões. O orçamento do Proálcool para este ano é de Cr\$ 229 bilhões e o governo autorizou em junho a expansão do Programa em 3,6 bilhões de litros até 1985 nos seguintes termos: mais 600 milhões de litros ainda em 1983; 1,5 bilhão em 1984 e 1,5 bilhão em 1985. Para essa expansão, serão necessários investimentos adicionais de 2,9 bilhões de dólares entre 1983 e 1988 nas áreas agrícola e industrial e as autoridades estão contando com recursos externos — outro empréstimo de 250 milhões de dólares do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) —, do Tesouro e empresários.

Apesar de a meta básica de produzir 10,7 bilhões de litros não ser alcançada em 1985, como previsto, e ficar prorrogada para a safra de 1988/89, o objetivo do Proálcool de substituir um-terço da gasolina consumida no país — com a produção estabilizada em 16,6 bilhões de litros se anuncia palpável. Uma análise puramente econômica revela a viabilidade do Programa, que já conseguiu sensíveis reduções de custo como observa o assessor da Diretoria da Copersucar e professor da Universidade de São Paulo, Júlio Maria Martins Borges, no artigo "Proálcool, as perspectivas do programa na década de 80", publicado na revista "Rumos do Desenvolvimento", da Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE).

Após estudar as estruturas atual e potencial de produção e consumo do álcool, com base nos preços fixados pelo governo para o produto e os custos de produção levantados pela Copersucar, Martins Borges afirma que os álcoois anidro e hidratado — tanto o carburante para carros como o utilizado na indústria química — tiveram seus custos aumentados a taxas inferiores às do petróleo e derivados entre 1976 e 1981.

O custo econômico do litro de álcool anidro cresceu em dólares 31% contra aumento de 153% do preço do litro da gasolina. A relação do custo do anidro sobre o da gasolina baixou de 2,26 em 1976 para 1,16 em 1981, indicando aumento da competitividade do álcool como produto de exportação. No estudo do comportamento do hidratado — mesmo levando-se em conta o rendimento do motor a álcool inferior em 20% ao da gasolina —, verificou-se a mesma situação observada no anidro: aumento de 31% do álcool contra majoração de 153% da gasolina. O custo do litro do hidratado baixou de 158% acima do da gasolina em 1976 para 33% em 1981. A comparação entre álcool hidratado e eteno — na base de um metro cúbico

de álcool para 350 quilos de eteno — demonstrou que o álcool teve crescimento de custo de 31% e o eteno, de 103%. O álcool, 48% mais caro que o eteno em 1976, custava apenas 19,5% a mais que o derivado de petróleo em 1981.

Martins Borges ressalta, em seguida, que essa situação de os custos de produção superarem os preços internacionais é observada nos períodos iniciais de processos de substituição de importações mas tende a desaparecer constituindo-se, assim, no ônus para se diminuir a dependência ao mercado externo e incentivar a produção interna de bens e serviços.

O assessor da Copersucar conclui que mantidas as condições atuais do mercado internacional do petróleo — de estabilização dos preços —, o álcool pode ser substituto economicamente viável para a gasolina e o eteno desde que se melhore a eficiência de consumo dos veículos e se reduzam em 20% os custos de produção do combustível de cana.

## É garantido?

Ainda que o Proálcool se mostre viável nas contas e planos dos técnicos, é compreensível que o cidadão comum — proprietário de um carro a álcool ou aquele tentado a comprar um para economizar na diferença de 59% entre o preço deste e o da gasolina — tenha lá suas dúvidas quanto à execução e o futuro do Programa. É natural que ao abastecer seu carro, tentando acompanhar com os olhos o giro alucinado dos marcadores de preços da bomba, ele se pergunte se haverá sempre álcool suficiente para seu veículo neste país de economia tocada a pacotes e disposições do FMI.

"Mesmo com o petróleo mais barato, o álcool combustível deverá manter a diferença de 60% em relação ao preço da gasolina", afirmou o vice-presidente Aureliano Chaves, presidente da Comissão Nacional de Energia (CNE), em maio do ano passado, quando já havia iniciado a queda dos preços do óleo no mercado internacional. Quase um ano depois, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, assegurava o fornecimento de álcool: "quem comprar um carro a álcool terá o combustível que precisar".

Técnicos da área de execução do Proálcool também acreditam que o Programa não recuará, apesar de ressaltarem que no Brasil, em matéria de política econômica, nunca se sabe. Eles observam, porém, que já há grande quantidade de projetos enquadrados (383 só até novembro de 1982) com capacidade para produzir 90% da meta de 10,5 bilhões de litros em 1985 e, sobretudo, fortes interesses econômicos dos produtores e da indústria automobilística no sentido de que o Proálcool não dê para trás. (Ver quadro II).

No entanto, uma observação dos quase oito



Antiga usina para produção de açúcar e álcool: em torno do pátio, as casas de máquinas e a torre

## QUADRO II

### Projetos Enquadrados no Proálcool

Ano	Número	Capacidade (Milhões de litros)
1975	2	54,0
1976	70	1.528,2
1977	61	1.231,4
1978	64	1.007,0
1979	36	642,8
1980	94	2.326,7
1981	58	1.201,0
1982*	14	2.070,0

\* Estimativa

anos de história do Programa mostra que a preocupação do simples consumidor quanto ao futuro do combustível para seu carro, se carece de maiores fundamentos técnicos, também não deixa de ter razão. Afinal, a trajetória do Proálcool é a de algo que, vindo aos trancos e barrancos, tem dado certo apesar dos efeitos nocivos pouco levados em conta.

#### O começo

As autoridades apontam como fatores principais para a criação do Programa a alta dos preços do petróleo — o chamado primeiro choque — em 1973 e a queda da cotação do açúcar no mercado

internacional. Por trás da baixa dos preços do açúcar, porém, há um dado importante e pouco divulgado: no fim da década de 60 e início da seguinte, o parque açucareiro foi reformado com altos investimentos subsidiados e a queda surpreendeu as usinas, que se preparavam para aproveitar os bons preços vigentes até pouco antes.

A saída, a partir de 1975, foi produzir nesses complexos álcool anidro para adicionar à gasolina que começava a encarecer. Essa primeira fase foi de domínio das destilarias anexas às usinas de açúcar e o desenvolvimento do Programa, condicionado pela relativa estabilidade dos preços do petróleo. Na segunda fase, de transição da produção em destilarias anexas para a fabricação de álcool em destilarias autônomas, entre 1976 e 1978, o Proálcool diminuiu o ritmo de crescimento. A capacidade instalada dos projetos reduziu de 1,5 bilhão de litros em 1976 para 640 milhões em 1979, o que se refletiu na queda do aumento da produção entre os anos de 1978 e 1980 (ver quadro III).

Entre as dificuldades enfrentadas pelo programa nesse período, destacam-se a necessidade de penetração em regiões sem tradição no cultivo da cana, o ingresso de novos empresários sem experiência no setor e até falta de mão-de-obra especializada para as atividades industriais. As culturas de alimentos e exportação, antes de serem expulsas, bararam durante certo tempo a expansão dos canaviais e a ocupação de zonas pioneiras dependeu

### QUADRO III

#### Evolução da Produção de Álcool

Safra	Produção (Bilhões de litros)	Crescimento (%)
75/76	0,6	—
76/77	0,7	17
77/78	1,5	114
78/79	2,5	67
79/80	3,4	36
80/81	3,7	9
81/82	4,2	13
82/83	5,5	31

Fonte: IAA

ainda da criação de estruturas de transportes e serviços básicos.

#### A arrancada

O segundo choque do petróleo, em 1979, criou condições favoráveis à expansão do Proálcool, em sua terceira fase. A eclosão da guerra entre Irã e Iraque foi outro impulso: esses países eram responsáveis, respectivamente, pelo fornecimento de 200 mil e 400 mil barris diários de petróleo ao Brasil e

o conflito comprometia cerca de 70% do abastecimento. A indústria automobilística, que até então não havia demonstrado maior interesse pelo Programa, passou a apoiá-lo ao ver nele um mecanismo de sustentação das vendas de seus produtos.

O salto da inflação, que pulou de 50 para quase 100% entre 1979 e 1980, também beneficiou o programa pois o crédito para instalação de usinas se manteve constante em termos nominais até os primeiros meses de 1981 para os projetos aprovados no fim do ano anterior. Indicador preciso da arrancada do Proálcool é o recorde de apresentação de 31 projetos à Cenal em outubro de 1980. Até então, a Comissão recebia em média dez projetos por mês.

O Programa entrou finalmente na fase das destilarias autônomas, montadas exclusivamente para a produção de álcool. No fim de 1980, dos 336 projetos aprovados, 224 situavam-se na região Centro-Sul (114 destilarias anexas e 110 autônomas) e 112 na Norte-Nordeste (58 anexas e 54 autônomas). Em 1982, as 214 destilarias autônomas existentes respondiam por apenas 22% da produção do Proálcool mas sua capacidade de produção correspondia a 59% da capacidade do Programa. A maior parte das destilarias, anexas ou autônomas, tem capacidade de produção entre 120 mil e 180 mil litros por dia (ver quadro IV).

### QUADRO IV

#### Estrutura da Produção de Álcool no Brasil

(10<sup>5</sup> litros)

Regiões Safra	Por Tipo de Álcool			Regiões Safra	Por Tipo de Destilaria		
	SP	NNE	Brasil		SP	NNE	Brasil
<b>Safra 76/77</b>				<b>Safra 76/77</b>			
Hidratado	217	69	364	Anexa	456	97	619
Anidro	247	43	300	Autônoma	8	15	45
Total	464	112	664	Total	464	112	664
<b>Safra 81/82<sup>1</sup></b>				<b>Safra 81/82</b>			
Hidratado	2.071	574	3.077	Anexa	2.446	565	3.404
Anidro	803	331	1.325	Autônoma	428	340	998
Total	2.874	905	4.402	Total	2.874	905	4.402
<b>Safra 85/86<sup>2</sup></b>				<b>Safra 85/86</b>			
Hidratado	2.730	1.975	6.535	Anexa	2.530	990	4.180
Anidro	1.110	805	2.665	Autônoma	1.310	1.790	5.020
Total	3.840	2.780	9.200	Total	3.840	2.780	9.200

Fontes: Resoluções do IAA nºs 05/81 de 12/06/81 e 08/81 de 28/08/81; Ato 26/81 de 24/07/81, do IAA; (6); (12) (1) Estimativa

(2) Projeção Realizada com base nos projetos enquadrados pelo Proálcool, mais a capacidade de Produção das destilarias anteriores ao Programa.

Extraído da revista "Rumos do Desenvolvimento" nº 40.

Os defensores do Programa afirmam que ele promoveu a descentralização da produção de álcool no país, instalando destilarias em regiões onde não se plantava cana. No ano passado, havia um projeto no estado do Amazonas; outro no território de Rondônia; três no Ceará; seis no Rio Grande do Norte; 15 na Bahia; três no Rio Grande do Sul; nove no Mato Grosso e 11 no Mato Grosso do Sul. O economista Júlio Maria Martins Borges observa que enquanto na safra de 1976/77 São Paulo respondeu por 70% da produção nacional, na de 1981/82 a participação do maior produtor do país foi de 65%. Uma descentralização — outra meta do Proálcool — à taxa de 5% em cinco anos.

### Recessão

Quando a produção de álcool começou a reagir, em 1981 — a taxa de crescimento de 9% na safra de 1980/81 foi a mais baixa do Programa —, a recessão que atingiu a economia brasileira lançou novas dúvidas sobre o Proálcool, no tocante ao consumo. As vendas de carros — de aproximadamente 100 mil unidades no fim de 1980 — caíram para 45 mil no início do ano seguinte e arrastaram também a comercialização dos veículos a álcool: em fevereiro do ano passado, foram vendidos apenas quatro mil desses carros. A indústria automobilística não pôde cumprir o protocolo assinado em setembro de 1979 com o governo para a fabricação de 250 mil automóveis a álcool em 1980; 300 mil em 1981 e 350 mil a partir de 1982. (Ver quadro V e VI).

### QUADRO V

#### Evolução da Produção de Veículos a Álcool

Ano	Unidades
1979	4.624
1980	254.016
1981	131.590
1982*	200.000

\* Estimativa  
Fonte: MIC

### QUADRO VI

#### Conversão de Veículos Para Uso de Álcool

Ano	Conversões
1979	5.021
1980	33.565
1981	16.935

Fonte: STI/MIC

O governo incentivou a venda de automóveis a álcool com isenções fiscais que no caso dos veículos destinados ao serviço de táxis, por exemplo, significaram redução de quase 50% do preço com financiamento da Caixa Econômica Federal. O mercado reagiu em 1982 e se chegou a 1983 com elevado índice de participação dos carros a álcool nas vendas da indústria automobilística. Produção e consumo pareciam, enfim, equacionados. Mas só aparentemente: logo surgiram problemas de excedente de produção e o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, se assustou com o andamento do Programa.

### Quem controla?

Em maio deste ano, às vésperas da safra 1982/83, os produtores se defrontaram com o desafio de achar destinação para meio bilhão de litros de álcool. A produção foi estimada em 7,5 bilhões e o governo autorizara a fabricação de apenas 7,05 a 7,06 bilhões. As soluções mais fáceis, à primeira vista, seriam a Petrobrás comprar o excedente; aumentar a mistura de álcool anidro à gasolina e os produtores estocarem a sobra. Mas a Petrobrás, segundo o presidente da Cenal, Marcos José Marques, não tinha recursos para a aquisição nem havia, da parte do governo, decisão de aumentar a proporção da mistura. Havia, em estudos, as idéias de usar 200 milhões de litros para a exportação de produtos alcoólquímicos e montar esquema de compra de excedentes, apesar da escassez de recursos do país.

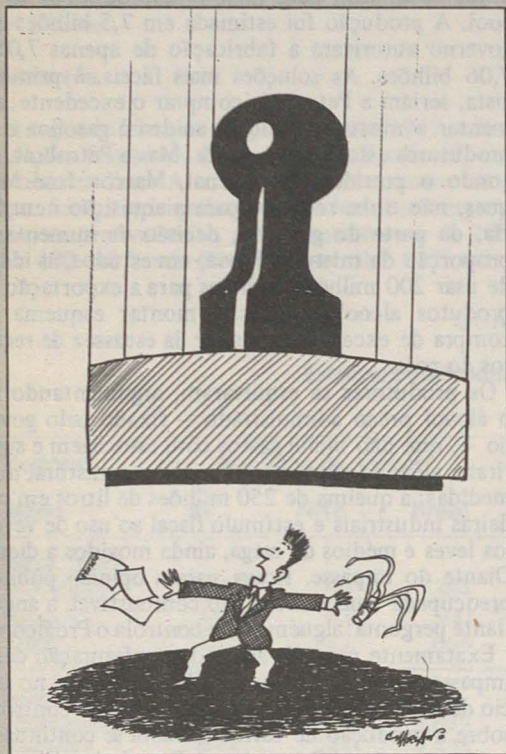
Os produtores se esquivaram, argumentando ter o álcool preço administrado — fixado pelo governo —, que não inclui gastos com estocagem e sugeriram, além do aumento de anidro na mistura, duas medidas: a queima de 250 milhões de litros em caldeiras industriais e estímulo fiscal ao uso de veículos leves e médios de carga, ainda movidos a diesel. Diante do impasse, ficava para a opinião pública, preocupada com o futuro do combustível, a angustiante pergunta: alguém ainda controla o Proálcool?

Exatamente um mês antes da configuração desse impasse, o ministro Camilo Penna acenou no início de abril com a possibilidade de baixar controles sobre a produção de carros a álcool se continuasse a crescer o ritmo de vendas. A Petrobrás, argumentava o ministro, já estava com ociosidade de 30% devido à queda do refino de petróleo e, sobretudo, havia o risco de faltar álcool para tantos veículos em circulação.

Ante as reações dos fabricantes de automóveis — lembrando que as vendas de carros a álcool diminuiriam com a extinção dos incentivos prevista para junho e o mercado se estabilizaria — e dos produtores — garantindo o fornecimento —, o ministro recuou. “A grande procura — comentou — é uma

## A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO E A BUROCRACIA DO PROGRAMA

□ A participação de órgãos do governo no Programa Nacional do Alcool é acentuada e sem que seja necessariamente consequência direta dessa situação, a burocracia do Proálcool também é grande. Entre o dia da decisão do empresário de instalar uma destilaria e o da inauguração passam-se em média um ano e cinco meses segundo informações divulgadas em 1981: um mês para elaboração do projeto, quatro de tramitação na área oficial, seis para a instalação da destilaria e outros seis para plantação e primeiro corte econômico da cana-de-açúcar.



O Proálcool tem como órgãos de coordenação e administração o Conselho Nacional do Alcool (CNAL), vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), e o Banco Central do Brasil. A execução e controle das atividades do programa, em especial os enquadramentos de projetos dentro das normas do CNAL e Banco Central, são feitos pela Comissão Executiva Nacional do Ál-

cool (Cenal), também ligada ao MIC.

A política de preços ao produtor — inclusive a concessão de subsídios para equiparar as diferenças regionais dos custos de produção — e a fixação de cotas cabem ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que cuida também da assistência técnica e pesquisas sobre a cultura da cana, através do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar).

Já os preços do álcool para o consumidor são propostos pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), fixados pelo CNAL e homologados pelo Ministério da Fazenda. O CNP controla ainda a distribuição do álcool e o fornecimento à indústria química.

A análise técnica dos projetos de obtenção do álcool a partir da mandioca e babaçu é feita pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio (STI), que financia pesquisas nessa área. As Empresas Brasileiras de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do Ministério da Agricultura, estudam a fabricação do álcool de outras fontes além da cana.

### O trâmite

O empresário interessado em desenvolver projeto para produção de álcool tem que primeiro contratar uma empresa especializada em programas do setor, que os elabora no prazo médio de 30 a 50 dias. Em 1980, sete empresas respondiam por 95 dos projetos de destilarias autônomas aprovados pelo governo. Terminado o projeto, ele é encaminhado à presidência da Cenal em quatro vias — duas do programa agrícola e duas do industrial. A Comissão Executiva protocola os documentos (mais de dez quilos) e os encaminha ao IAA para análise técnica-econômica e ao agente financeiro indicado pelo empresário para avaliação econômica financeira.

Ao receber o projeto, o IAA, sediado no Rio de Janeiro, o envia para a Superintendência Regional para análise técnica. Esta o devolve depois à sede, que o analisa e emite o parecer final sobre o enquadramento. O projeto volta à Cenal, que o manda para o agente financeiro. Depois de 120 dias de tramitação na área oficial, sai a contratação. Assinados os contratos do empresário com os responsáveis pela criação das infra-estruturas agrícola e industrial, começa a construção da destilaria, o que leva seis meses. Mais seis meses para a formação do canal e, finalmente, o que era intenção de investimento passa a ser produção. Apesar da burocracia. (O. Tostes)

demonstração de sucesso e poderemos produzir este ano 500 mil carros. Mas, se daqui a seis meses a produção estiver no mesmo ritmo, conversarei com a indústria para combinar uma redução, daí a outros seis meses”.

### Custos subsidiados

O álcool, como fonte de energia para mover veículos, tem custo de produção duas vezes maior que o do petróleo; igual ao da energia elétrica e duas vezes menor que o da energia nuclear. Este é o resultado de cálculo apenas ilustrativo, pois não considera custos de distribuição nem a finalidade do uso da energia. O cálculo foi feito tomando-se o barril de petróleo a 30 dólares e convertendo-se o poder calorífico das outras fontes de energia para a unidade barril equivalente de petróleo (bep). Assim, um bep de álcool custa 60 dólares, um bep de energia elétrica o mesmo preço e, finalmente, um bep de energia nuclear, 120 dólares.

Se não recebesse subsídios, o litro do álcool hidratado custaria cerca de 600 cruzeiros, preço do álcool de uso doméstico, em vez dos 178 cruzeiros cobrados na bomba até junho, quando a gasolina estava a 303 cruzeiros. Ainda que custasse os mesmos 303 cruzeiros do litro da gasolina, o álcool seria na verdade mais caro que esta. No preço da gasolina, entram os custos de matéria-prima; refino e distribuição; impostos — quase 50% do valor —; subsídios aos programas nuclear, do carvão e ao próprio Proálcool e a diferença cambial entre cruzeiro e dólar — pois é em dólar que o país compra o petróleo.

O primeiro grande pacote econômico deste ano, que retirou os subsídios do petróleo e trigo entre outros produtos, aumentou as taxas do crédito agrícola para a produção de cana. Os subsídios ao Proálcool vêm se reduzindo e a tendência é extingui-los em 1985. O economista Martins Borges entende que se a extinção dos subsídios pode dificultar o crescimento da produção da cana e álcool, a médio e longo prazos, ela deve-se constituir em medida que induzirá as empresas a obterem ganhos de produtividade, sob pena de serem excluídas do setor.

O Proálcool iniciou com juros fixos de 17% ao ano (para projetos instalados no Centro-Sul) e 12% (para os do Nordeste) e em junho passado, os financiamentos de custeio eram calculados com base na variação anual das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) mais 12%; os de investimentos, 70% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais 5% e, para a indústria, 80% do INPC mais 5%.

Os recursos do Proálcool para a concessão dos subsídios provêm de parte dos recursos gerados pela comercialização do álcool carburante; da par-



O corte da cana: trabalham homens, mulheres e crianças

cela dos recursos de programas de mobilização energética, correspondente a 12,5% do custo do petróleo bruto importado; de provisões do Tesouro feitas pelo Conselho Monetário Nacional e retornos de outras fontes, internas e externas. No início de 1982, o Banco Mundial destinou 250 milhões de dólares para a instalação de 12 destilarias.

Devido às disparidades regionais na produção de cana e álcool — enquanto São Paulo obtém 110 toneladas de cana por hectare, o Nordeste colhe em média 55 toneladas e o Rio de Janeiro, 45 — os subsídios de equalização de preços são concedidos diferenciadamente a essas regiões. O litro de álcool anidro vendido no Rio de Janeiro tinha no começo do ano subsídio de 18,40 cruzeiros e o de hidratado, 17,37 cruzeiros contra 6,32 cruzeiros e 5,98 cruzeiros, respectivamente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e 41,91 cruzeiros e 38,64 cruzeiros na região Nordeste.

Martins Borges assinala que a política de preços praticada no Proálcool tem sido essencialmente de preços de produtos agrícolas: a rentabilidade econômica é satisfatória mas a atividade, financeiramente, deixa a desejar para o empresário. Segundo o economista, tem se verificado que o lucro líquido não é disponível para aplicação em outros negócios, mas deve ser reinvestido automaticamente na própria atividade. O Proálcool está propiciando mais a formação de patrimônios que dando lucro.

O Programa Nacional do Alcool é um caso curioso de sucesso de crítica: os observadores reconhecem sua viabilidade e concordam com a filo-



Reservatório de água para a mistura com caldo de cana

sofia de se produzir combustível a partir da biomassa mas discordam da forma de execução, dividindo-se entre os que defendem metas arrojadas e os que postulam a produção regionalizada através de destilarias menores para consumo local.

Um dos partidários de maiores dimensões para o Proálcool é o engenheiro e empresário Jaime Rotstein, autor de três livros sobre o álcool como fonte energética: "Álcool: uma agenda para o presente", "Petróleo, a crise dos anos 80" e "Soberania e Política Energética". "O álcool é o combustível certo no veículo errado", afirma Rotstein ao criticar a orientação do programa de produzir um substituto para a gasolina, utilizada nos carros de passeio, em vez de procurar alternativas para o diesel, usado em caminhões, ônibus e tratores.

"Precisamos de um motor brasileiro para o combustível brasileiro", acrescenta o empresário, que acredita na possibilidade de, em pouco tempo e com investimentos, se obter motor movido a álcool ou mistura de álcool e diesel com rendimento econômico em veículos pesados. Em São Paulo, as fábricas testam o uso de óleos vegetais e álcool aditivado — combinado com diesel — em caminhões e tratores, mas os resultados são ainda insatisfatórios em termos econômicos e viáveis apenas para as usinas, que dispõem do álcool.

A meta do Proálcool, na concepção de Rotstein, deveria ser de 30 bilhões de litros em 1987 — três

30 - terceiro mundo

IAA vezes mais que a estabelecida pelo governo para 1985 e já prorrogada para 1988/89 —, produzidos em grandes complexos ligados aos centros consumidores através de dutos.

A execução do Programa tem sido parcialmente hermética, na definição de Rotstein. Ele observa que se há espaço para cidadãos como ele se manifestarem até na Câmara dos Deputados, em Brasília, as decisões porém são tomadas em âmbito fechado, de forma um tanto indiferente às considerações sobre o assunto feitas pela sociedade. E, ressaltando a importância de o país enfrentar unido o problema da crise energética, adverte: "Não há mais tempo para não discutir antes de errar".

Viável, mas...

O também engenheiro Frederico Magalhães Gomes, membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, entidade nacional, diverge de Rotstein. No artigo "La crisis energética, una perspectiva brasileña", que escreveu com o economista Antonio Barros de Castro e foi publicado em novembro de 1981 pela revista mexicana *Comercio Exterior*, Frederico afirmou que o Proálcool alcançará êxito considerável ao se aproximar da meta. Sobretudo, acrescentou, diante do fracasso dos outros programas do Modelo Energético Brasileiro (MEB), de 1979, com políticas para o carvão mineral e vegetal, além do álcool e outras fontes.

Dois anos depois, o engenheiro mantém a opinião: "O Proálcool se mostrou viável mas ainda é bastante questionável. Favoreceu a concentração fundiária, financiou usinas monstruosas, enormes, e concentrou recursos no país mais rico dentro do país, que é o estado de São Paulo". Frederico atribui o sucesso do Programa ao fato de ter sido o único, entre os do MEB, a começar a partir de uma estrutura de produção já montada, no caso, o parque açucareiro. Os usineiros e depois a indústria automobilística funcionaram, segundo ele, como *lobbies* — grupos de pressão — no Proálcool.

Última dúvida

Talvez alheio a essas questões políticas em torno do Programa que produz o combustível para seu automóvel, o tal cidadão comum dono do carro a álcool é, de repente, informado de que a para ele vantajosa diferença de 59% em relação ao preço da gasolina será mantida até abril de 1984 segundo compromisso assumido pela Comissão Nacional de Energia. De novo com os olhos postos nos marcadores da bomba, a sucessão dos números o faz lembrar que os preços de tudo vêm aumentando assustadoramente e, olhando o futuro, ele é tomado de assalto pela dúvida: quem garante que essa vantagem não vai acabar? ●

no. 57 — agosto — 1983





# Riscos ocultos e alternativas ignoradas

Produzir álcool de cana-de-açúcar significa plantar cana sempre e isso tem graves implicações que não estão sendo levadas na devida conta



**E** se, de repente, todos os canaviais do Brasil fossem dizimados por uma praga terrível? Ou o país, daqui a 100 anos, tomado pelas verdes lâminas da cana, sem mais poder plantar um só pé, visse em pânico a produtividade cair vertiginosamente? Lavouras virando desertos nos espasmos da terra esgotada. Carros sem álcool empilhados nas cidades, caminhões à margem das vias expressas vazias, lojas, repartições, fábricas, gente, tudo parado.

A situação seria apocalíptica. Assim como o apocalipse foi previsto (ou pelo menos imaginado), a possibilidade de um colapso energético também não deve ser afastada. Ainda mais se, com a futura extinção do petróleo (um recurso não-renovável) e uma possível inviabilidade da energia nuclear, partirmos para a extração da energia da biomassa. A opção de mover um mundo industrializado com o calor gerado das plantas coloca a questão crucial: a terra suprirá as necessidades da máquina?

O Proálcool tem evoluído no sentido de deixar de ser uma solução de continuidade para usineiros com capacidade ociosa e se tornar um programa energético paralelo ao petróleo incerto e a outras fontes que, por enquanto, não deram em quase nada. O Programa está longe de ser o suporte de energia do país — ainda não move ônibus, para não falar de tratores e caminhões — mas nem por isso deixa de oferecer sérios riscos: expulsão de culturas de alimentos, desequilíbrio ecológico, mineração do solo e poluição.

Embora esses perigos do Proálcool sejam hoje mínimos comparados ao perigo apocalíptico do colapso de energia, eles têm a mesma natureza deste e crescem na medida em que cresce o Programa. Esse é o problema. Para agravá-lo, o Proálcool tem crescido sem levar em conta esses riscos nem as alternativas que poderiam diminuí-los e até eliminá-los: consorciação de culturas, produção de álcool de outras fontes e em destilarias menores (ver matéria nesta edição) e a adoção de outros álcoois, como o metanol de madeira, para substituir o óleo diesel em veículos pesados.

## Mais álcool, menos comida

Em menos de sete anos, a expansão da lavoura canieira incentivada pelo Proálcool em Ribeirão Preto, São Paulo — uma das regiões de maior produção de álcool no país —, ocupou 63,94% das áreas antes destinadas a pastagens; 3,83% das de culturas para exportação (soja principalmente) e 32,23% das lavouras para alimentação (arroz, feijão e milho, entre outros). Embora, no caso específico de Ribeirão Preto, a área de feijão tenha au-

mentado em 675 hectares entre 1976 e 1979 (ver quadro), o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, Daniel Fonseca Pinto, está convencido de que a crise do feijão ocorrida no fim da década de 70 se deveu à substituição de culturas: no Rio, formaram-se extensas filas nas portas dos supermercados e a disputa pelo alimento gerou tumultos com violenta intervenção da polícia militar.

O crescimento dos canaviais não afeta só as paelas. "Toda vez que se substituem lavouras pequenas por culturas extensivas", adverte Fonseca Pinto, "provoca-se o rompimento do equilíbrio ecológico: entre outros efeitos, altera-se o sistema de polinização com o afastamento da fauna e propicia-se a manifestação de pragas e doenças". Quando se trata de monoculturas, há mais um risco: uma praga pode exterminar toda a plantação, o que não ocorreria se houvesse espécies diferentes da mesma planta e capazes de resistir às doenças.

"O rendimento do corte da cana", acrescenta o engenheiro agrônomo, "é maior se antecedido da queimada do canavial para retirada das folhas. Um homem corta por dia quatro toneladas de cana com folha e seis da cana sem ela. Só que a queimada contínua destrói a microfauna e microflora e a morte destes elementos orgânicos provoca a mineralização do solo. Não é por outra razão que Campos, tradicional zona canavieira do Rio de Janeiro, com 250 mil hectares plantados, enfrenta atualmente uma redução da produtividade de 50 toneladas por hectare para 37 toneladas por hectare".

O uso de máquinas pesadas no cultivo da cana resulta, segundo Fonseca Pinto, na compactação do solo com alterações em sua estrutura física e redução da permeabilidade e porosidade, entre outras características. E a longo prazo, na diminuição da própria fertilidade.

A terra oferece alternativas que reparariam os danos da monocultura mas elas são desprezadas por razões econômicas. A lavoura canavieira pode

ser consorciada com as de feijão, arroz, milho, abóbora, jiló e melancia — com aumento da oferta de emprego, melhoria do abastecimento às cidades e benefícios ao solo — mas prefere-se a cana sozinha, de cultivo mecanizado, cortes rápidos e resultados imediatos. A própria palha queimada para maior eficiência no corte seria fonte de matéria orgânica se deixada no chão. No entanto, acha-se melhor ganhar duas toneladas por dia em cada homem porque a cana, uma vez cortada, tem que ser logo moída para evitar a transformação da sacarose em glicose.

A cultura extensiva depende de fertilizantes e defensivos dos quais o Brasil tem dependência total — e os fabricantes são transnacionais, o que cria considerável evasão de divisas do país.

### O problema vinhoto

Apesar de os executores do Proálcool exigirem, como condição para aprovação dos projetos, a adoção de medidas de proteção ao meio ambiente quanto aos efeitos do vinhoto, esse resíduo da produção do álcool (ver matéria nesta edição) — obtido na proporção de 13 litros para cada um de álcool — continua sendo o maior problema do Proálcool. "Há poços de decantação, e é utilizado como fertilizante", informa Fonseca Pinto, "mas a maior parte do vinhoto está sendo jogada nos rios. Como é um produto de alto índice de demanda biológica de oxigênio, mata peixes por asfixia".

O vinhoto é rico em potássio mas de acordo com o engenheiro agrônomo, isso não é suficiente para que seja o adubo ideal para a lavoura canavieira. Fonseca Pinto observa ainda que nas condições atuais, o processamento do vinhoto para transformação em fertilizante é muito caro, o que o torna inviável, levando ao uso *in natura* para adubação, com resultados insatisfatórios.

Há, no entanto, perspectivas de solução para o problema. A Companhia Docas de Santos tem pro-

### QUADRO I

Atividades substituídas pela lavoura canavieira — até 1980

Atividade substituída	Regiões de São Paulo		
	Campinas (%)	Bauru/Marília (%)	Ribeirão Preto (%)
Pastagens	60,57	71,30	63,94
Exportação	21,22	8,76	3,83
Mercado interno (alimentação)	18,21	19,94	32,23

Fonte: Dados do trabalho "O Programa Nacional do Alcool e os impactos na agricultura paulista", de A. A. Veiga Filho, citado por Otto Vergara Filho em "A escassez de combustível e as implicações das opções de substituição dos derivados de petróleo", Revista Economia Rural, de outubro a dezembro de 1981.



O risco dos canaviais: tomar todas as terras das outras lavouras

jetos para testar em Casemiro de Abreu, no Rio de Janeiro, uma destilaria piloto para três mil litros diários de álcool com processo capaz de fazer sobrar apenas dois litros de vinhoto para cada um de álcool. O Ibrasa (Investimentos Brasileiros S. A.), vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) experimenta um biodigestor em Penedo, Alagoas, para tratamento do vinhoto e obtenção de gás que pode ser utilizado em caldeiras ou motores de combustão interna para produção de eletricidade, ou para alimentação de bombas de irrigação, abastecimento de gás e fabricação de insumos para a indústria petroquímica.

### Mandioca e sorgo

A mandioca é outra alternativa desprezada pelo Proálcool. No Brasil, essa raiz é produzida à taxa média de 13 toneladas por hectare que, nas atuais condições tecnológicas, permitem produção de 140 a 180 litros de álcool por tonelada — mais que os 70 a 80 litros obtidos por tonelada de cana. A mandioca tem ainda outras vantagens: é uma cultura mais resistente e menos exigente que a da cana; aumenta o funcionamento da destilaria de 200 para 300 dias por ano e o faturamento em 42% com a maior produção e requer apenas 20% a mais de investimentos na destilaria para acrescentar a seção de sacarificação.

A produção de álcool de mandioca, no entanto, ainda não deu certo. Uma grande destilaria montada pela Petrobrás fracassou; entre outras razões, por falta de matéria-prima, apanhada a mais de 400 quilômetros de distância por caminhões movi-



dos a óleo diesel. A falta de tecnologia mais desenvolvida para a atividade é outra explicação para o fato de ainda não ser grande a produção de álcool de mandioca. E há ainda o mercado de fécula para a alimentação: uma saída garantida e mais interessante para o produtor. O BNDES, porém, contratou três projetos para instalação de destilarias de 150 mil litros de álcool de mandioca por dia em Mato Grosso e Santa Catarina e os técnicos vêm com otimismo sua execução.

O sorgo sacarino é pouco disseminado no Brasil e mais utilizado como forragem para o gado. Tem sobre a cana a vantagem de ser espécie rústica que vegeta bem em solos de média e baixa fertilidade e tolerante à baixa precipitação pluviométrica. A

## QUADRO II

Evolução das lavouras em Ribeirão Preto (SP) — em ha

Culturas	1976	1979	Resultados
Algodão	11.334	12.014	+ 680
Amendoim	9.711	8.879	- 832
Arroz	12.764	4.154	-8.610
Café	7.764	13.487	+ 5.723
Cana-de-açúcar	117.370	136.595	+19.225
Feijão	307	982	+ 675
Laranja	4.546	7.874	+ 3.328
Milho	34.947	23.396	-11.551
Soja	29.470	25.175	- 4.295
Total	228.213	232.556	+ 4.343

Fonte: FIBGE

Extraído do trabalho "O crescimento da lavoura canavieira no Brasil na década de 70", de Salomão L. Quadros da Silva, Revista Brasileira de Economia, janeiro a março de 1983.

cana-de-açúcar, ao contrário, exige no mínimo 1.300 milímetros anuais de chuva com adequada distribuição da água. Essa exigência significa pelo menos seis meses de chuvas e outros seis de um período seco, com distribuição de chuvas de modo primeiro decrescente e depois ascendente. O ideal é que, nesse período, não haja meses com precipitação inferior a 25 milímetros. E as terras sejam sempre planas.

### Metanol

O álcool metílico ou metanol, obtido da madeira (ver matéria nesta edição) pode servir de combustível para o motor movido a óleo diesel que o álcool ainda não substituiu. É a conclusão do professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Otto Vergara Filho, autor de um projeto para produção de metanol por eletrotermia em São Paulo. Segundo ele, o custo de produção do álcool metílico obtido na proporção 1,3 quilos de madeira para cerca de dois litros de álcool era de 58 cruzeiros em janeiro passado. A gasolina estava a 160 cruzeiros o litro e o diesel a 108 o litro.

O professor afirma que o metanol pode ser utilizado também nos motores dos carros de passeio movidos a gasolina ou a álcool hidratado e para os veículos pesados; a única adaptação necessária é obter o *ponto quente* para a combustão — o que se consegue facilmente através das velas dos motores. Ele garante até que é mais fácil substituir o diesel pelo metanol do que foi adaptar e aperfeiçoar os motores a gasolina para o álcool.

### Déficit de áreas

A importância de se examinarem as alternativas

para a produção de álcool — a fim de evitar os riscos acarretados pelo Programa — é bem ilustrada por uma citação que o professor Otto Vergara faz do também professor Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo, em seu trabalho "Escassez de combustível e as implicações das opções de substituição dos derivados de petróleo".

"Apesar da extensão continental do Brasil", afirma Vergara, "o fator terra passará a ser por demais escasso para atender às demandas que se farão sentir sobre ele, na medida em que, além do estímulo às culturas energéticas, a política econômica do governo persista na ênfase à agricultura de exportação para contrabalançar o déficit orçamentário". Com números levantados por Homem de Melo, adverte Vergara: "Sem considerar o reflorestamento para a produção de carvão vegetal, o déficit da área a ser destinada à produção do álcool exportável e alimentos alcançaria uma cifra de mais de nove milhões de hectares em relação ao crescimento previsto de acordo com a taxa de 3,7% ao ano observada entre 1968 e 77".

A imagem apocalíptica de um Brasil abarrotado de canaviais sem terra para mais um só pé — como aconteceu no estado de Pernambuco<sup>1</sup> —, se pode parecer distante no tempo, já mostra indícios no espaço e se projeta nos cálculos atuais.

<sup>1</sup> Cabe aqui lembrar que antes da implantação dos chamados "ciclos econômicos da cana e do gado" pela coroa portuguesa, no Brasil colonial, o Nordeste brasileiro apresentava uma exuberante flora (floresta tropical). Com a devastação forçada para a instalação dos engenhos e canaviais e para o plantio de pastos para o gado, essa região entrou em colapso ecológico, o que talvez explique em grande medida o desequilíbrio do seu meio-ambiente, sendo a seca o grande flagelo.



## Da terra para o tanque

A produção de álcool a partir de biomassas — como um combustível que sai da terra para o tanque dos veículos — é feita através de um processo de três fases: extração do caldo, fermentação e destilação. No Brasil, a fonte mais usada é a cana-de-açúcar mas pode-se obter álcool também da mandioca, coco babaçu, sorgo sacarino e madeira.

O álcool é um composto orgânico caracterizado pela substituição de um ou mais átomos de hidrogênio (H) dos hidrocarbonetos (compostos de carbono e hidrogênio) por radicais hidroxilas (OH). Os álcoois anidro e hidratado utilizados no país para fins carburantes são dois tipos básicos do álcool etílico ou etanol, que tem entre outras formas, o refinado. O anidro tem baixo teor de água e é obtido pela desidratação do álcool hidratado. O refinado caracteriza-se pela menor quantidade de resíduos fixos, aldeídos, ésteres e álcoois superiores em sua composição.

Em princípio, todos os álcoois poderiam ser usados como fonte de energia mas por motivos econômicos, são empregados apenas o etanol e o metanol — ou álcool metílico —, obtidos da madeira e carvões mineral e vegetal. O etanol também pode ser extraído do carvão e até do petróleo. No

entanto, é normalmente produzido a partir da fermentação da glicose obtida ou da sacarose da cana, ou do amido da mandioca e babaçu ou ainda da celulose da madeira.

### Residual ou direto

A fabricação do álcool de cana pode ser feita em destilarias anexas — instaladas junto a usinas para produção de açúcar — ou autônomas. Nas destilarias anexas, o álcool é obtido através da fermentação do mel final ou melaço, rico em açúcares não-cristalizáveis. É o álcool residual. Já nas destilarias autônomas, o álcool é produzido diretamente da fermentação do caldo de cana. É o álcool direto, que pode ser obtido também nas destilarias anexas. Em ambos os processos, obtém-se como subproduto a vinhaça ou vinhoto.

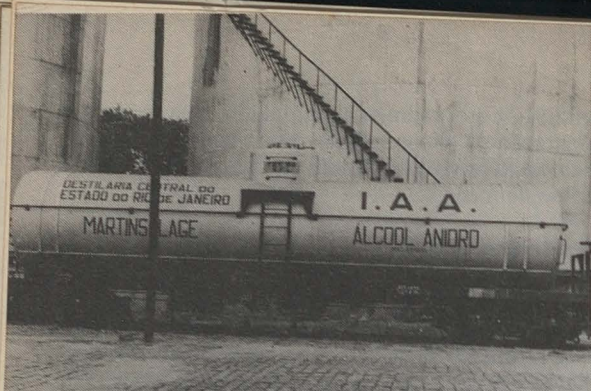
O rendimento da extração do caldo de cana no Brasil era em média de 90% em 1981 e deveria ser ampliado para 92% a fim de se alcançar melhor produtividade. O da fermentação, à época em torno de 85%, precisava ser aumentado para 88% e a destilação devia passar de 93 para 96%.

### Extração

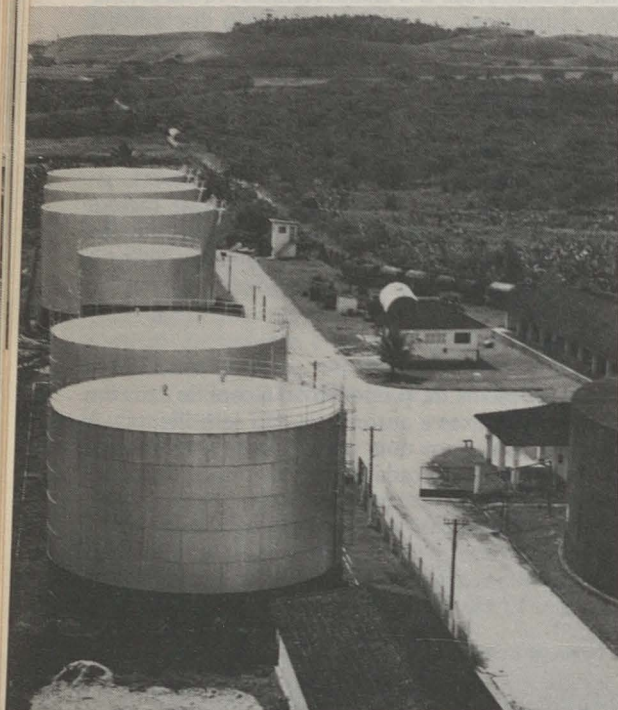
Os processos de produção do álcool de cana em destilarias anexas e autônomas são semelhantes. A extração, igual nos dois tipos, consiste nas seguintes fases: a cana picada passa pelos rolos de moenda, extraíndo-se o caldo; o bagaço vai para a caldeira gerar energia para todo processo de destilação; o caldo é filtrado, pesado e levado para o pré-decantador, onde retira-se parte das impurezas em forma de lodo. Em seguida, o caldo é aquecido a cerca de

Canavial no início do crescimento. Depois de maduras, as canas permitem entre três e cinco safras econômicas





Vagão para transporte do álcool das dornas até os...



...reservatórios da destilaria ou distribuidores

100 graus centígrados para se obter boa purificação final no classificador, onde as impurezas leves são extraídas também em forma de lodo.

### Fermentação

Após o resfriamento à temperatura entre 28 e 32 graus centígrados, o caldo é levado para a fermentação; misturado à água, produz o *mosto*, homogeneizado no misturador; o agente de fermentação — leite de levedura — é levado aos pré-fermentadores adicionando-se *mosto* até completar sua capacidade; ocorre a pré-fermentação com pH corrigido até 5 e o produto obtido será o agente fermentador nas dornas (grandes vasilhas, sem tampa) principais; as dornas são preenchidas com o agente

IAA fermentador e *mosto* obtendo-se, após nova fermentação, o *vinho levedurado*; esse vinho é bombeado para o decantador e depois levado à centrífuga para separação do leite de levedura, que é utilizado de novo no processo: o vinho segue para as dornas volantes, pronto para a destilação.

### Destilação

A operação é feita em três colunas que enriquecem a graduação alcoólica e uma que purifica e recupera o benzol, utilizado na desidratação do álcool para se obter o anidro. O vinho é pré-aquecido e depois aquecido no trocador, indo sucessivamente às colunas de depuração, retificação e desidratação, onde, através de destilações e recirculações pelos condensadores, é purificado e enriquecido até chegar ao produto desejado, que vai para a armazenagem. O benzol é também purificado e recuperado para ser aproveitado novamente. Modificando-se o número e tipo de colunas e condensadores, obtêm-se outros tipos de álcool: retificado, industrial, fino, extra-fino e neutro. O hidratado é produzido em fase anterior à obtenção do anidro.

### Mandioca

O álcool de mandioca também pode ser produzido de duas formas: direta e via fécula ou raspa. A produção direta propicia melhor rendimento de litros por tonelada de matéria-prima com menor custo de produção mas exige mandioca em condições ótimas, pois uma deficiência na qualidade prejudica a fermentação. A fabricação via fécula (amido) alonga o processo de produção e requer menor qualificação técnica dos produtores da mandioca.

As fases da fabricação direta do álcool de mandioca são as seguintes: recebimento, lavagem e esmigalhamento; cozimento com aplicação de enzimas; obtenção de pasta liquefeita; mais enzima; *mosto* hidrolizado; extração de sólidos (ração) e pré-fermentação com levedura desenvolvida em laboratório; fermentação; *vinho*; separação de sólidos e leveduras aproveitáveis; destilação e retificação com os subprodutos óleo fúsel, álcool de segunda e *vinhoto*; obtenção de álcool hidratado; desidratação; e álcool anidro.

### Metanol

A obtenção do álcool metílico (metanol) a partir da madeira é feita pela combustão através da energia elétrica (eletrotermia). Além da madeira *in natura*, podem ser queimados também o carvão ou "tiço" e cavacos. Com um gaseificador de eletrodos, obtém-se o gás COCO<sub>2</sub> que, filtrado, dá o gás de síntese. Este, liquefeito, é o metanol. ●



# As micros e minis reduzidas à insignificância

As autoridades responsáveis pela execução do Proálcool lembram sempre as vantagens das micro e minidestilarias quase toda vez que falam do Programa: pequena produção entre 1 mil e 40 mil litros diários de álcool para consumo regional; grande redução dos custos de transporte do produto; incentivo aos pequenos produtores; possibilidade de utilização de outras fontes (mandioca e sorgo, em especial) e melhor distribuição dos recursos do Proálcool. As vantagens, no entanto, ficam apenas nas lembranças e as menções dos governantes não se traduzem em medidas concretas como a aprovação de projetos de pequenas destilarias e liberação de verbas para sua instalação.

Dos 309 projetos enquadrados na Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal) até outubro de 1980, 297 destinavam-se a produzir álcool a partir de cana e apenas um era de minidestilaria. Os outros 12 voltavam-se ao processamento de outras fontes: um grande, para álcool de babaçu e os outros 11 para mandioca. Destes, dois eram de unidades de grande porte. Na mesma época, dez projetos de minidestilarias de álcool de cana para o Piauí — um dos estados mais pobres do país — aguardavam enquadramento da Cenal.

O presidente da Comissão, Marcos José Marques, explicou então que o órgão nada tinha contra as micros e minis e apenas não podia enquadrar projetos que não se demonstrassem “cabalmente viáveis dos pontos de vista técnico e econômico, pois não se liberariam recursos públicos para empreendimentos fadados ao insucesso” e antieconômicos.

## Moto-contínuo

A opinião de Marcos José Marques, porém, foi contestada por um órgão do próprio governo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do ministério da Agricultura. Com base na experiência de cinco microdestilarias, a empresa afirmava serem as pequenas destilarias não apenas



viáveis econômica e tecnicamente como também lucrativas. E mais: permitiriam a construção de uma espécie de moto-contínuo<sup>1</sup> — sonhado pelo homem desde a Idade Média —, ao transformarem a propriedade rural (ou um conjunto delas reunidas em cooperativas) em unidades geradoras de energia para seu consumo e o de outras comunidades.

Esse “moto-contínuo”, segundo o projeto da Embrapa, dependeria da construção de instalações de processamento e plantações de cana e sorgo. A microdestilaria produziria o álcool cujos subprodutos, vinhoto e bagaço, seriam assim aproveitados: parte do bagaço alimentaria o gado, ao natural ou como componente de ração, e o resto mais o vinhoto seriam tratados em um biodigestor, tanque de fermentação dos resíduos com esterco animal.

Da fermentação, resultariam gás metano e lodo. O lodo tem 2,5% de nitrogênio e 1,5% de fósforo ( $P_2O_5$ ) e 1% de potássio ( $K_2O$ ) — o famoso NPK dos fertilizantes que as fazendas não mais comprariam. O metano poderia ser usado para secagem e para mover máquinas de beneficiamento, além de movimentar o motor para produção de energia elétrica e aquecimento das caldeiras. Haveria ainda, de acordo com a empresa, várias alternativas para a transformação da energia em trabalho a custos bem reduzidos, comparados aos de instalação das grandes destilarias. Em outubro de 1980, uma usina para o moto-contínuo sairia a cerca de 4,5 milhões de cruzeiros. ●

<sup>1</sup> Moto-contínuo — a máquina ideal, de qualquer natureza, capaz de funcionar indefinidamente sem gastar energia ou transformando em trabalho toda a energia recebida.

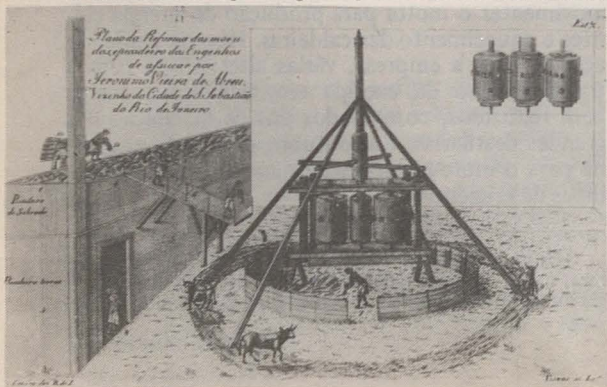


# O ressurgimento da agroindústria canavieira

O Proálcool recolocou a agroindústria canavieira no primeiro plano da economia do Brasil. Uma das primeiras atividades econômicas a se instalar no país, a agroindústria da cana-de-açúcar predominou no primeiro século e meio da história brasileira e foi depois superada em importância por outros ciclos econômicos. No entanto, embora ofuscada, a atividade nascida com os engenhos de cana do Brasil-colônia cresceu sem parar, modernizou-se e hoje reflete como poucas a concentração econômica verificada no país: os engenhos e fábricas de aguardante cedem lugar a usinas de açúcar e destilarias de álcool cada vez maiores no porte e menores em número.

A agroindústria canavieira começou em torno de 1530 com as expedições colonizadoras que atendiam a diversas necessidades de Portugal: exploravam a terra recém-descoberta; defendiam-nas dos saques dos corsários interessados em madeira e ao produzirem açúcar para a metrópole, fortaleciam os portugueses na luta contra o monopólio dos italianos na comercialização do produto trazido da Índia. Sob essas condições favoráveis, os engenhos prosperaram nas regiões de São Paulo e do Nordeste, em especial Pernambuco, favorecido pela proximidade com Portugal em relação aos demais povoados do país. O ciclo se encerrou por volta de 1650, quando os holandeses, expulsos do Nordeste, levaram a cana para o norte da América do Sul e Antilhas e fizeram concorrência aos portugueses no fornecimento de açúcar à Europa.

Plano de reforma para engenho primitivo no Rio de Janeiro



## Ouro e café

Iniciou-se então o ciclo da mineração, entre 1650 e 1800, de maneira geral. Expedições se embrenharam no país em busca de ouro e pedras preciosas e prenderam ou mataram índios além de plantarem cidades. Minas Gerais deu muitas riquezas à Coroa. Nesse ciclo como no seguinte — o do café, desde 1800 até hoje, uma vez que o produto é um dos itens principais da pauta de exportação —, a agroindústria açucareira se desenvolveu apoiada primeiro nas necessidades do açúcar por parte de Portugal e depois pela exportação do produto pelo Brasil.

## Modernização e concentração

Em 1930, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para regular o mercado com política de preços e fixação de cotas. Em 1950, São Paulo assumiu definitivamente a liderança na produção de açúcar, até então detida pelo Nordeste. Nos anos 60, o açúcar brasileiro não era competitivo no mercado internacional no nível dos custos de produção. Os usineiros pressionaram e com recursos acumulados pelo IAA com a exportação a bons preços em meados da década — o mercado açucareiro era essencialmente cíclico —, foram desenvolvidos no início dos anos 70, planos de modernização do parque industrial.

O processo resultou na concentração das unidades produtoras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as 64.175 fábricas de açúcar e álcool registradas no IAA em 1958 reduziram-se para 61.206 em 1961 — e só 545 eram usinas. Em 1980, quase 20 anos depois, a produção brasileira baseava-se em 202 usinas e os estabelecimentos menores nem figuravam mais nas estatísticas. Os investimentos do Proálcool, nos anos 70, aqueceram o setor que entra na década de 80 sob o impacto da recessão, como toda a economia brasileira, mas com a força de quem viveu quatro séculos e meio de história e poder.





# A tecnologia do álcool

**E**m termos de desenvolvimento tecnológico na produção e consumo de álcool, o Brasil está adiantado no setor da cultura canavieira, atrasado nos processos de fabricação e apenas começando nas áreas de motores e outros usos. Os avanços nas técnicas agrícolas resultaram de pesquisas sobre controle de pragas, novas espécies e planejamento e manejo da lavoura que permitiram aumentar a produtividade em 25%.

A fabricação do álcool, no entanto, é feita com métodos de antes da 1ª Guerra Mundial e mesmo as técnicas experimentadas hoje foram patenteadas na década de 20 (ver matéria "Da terra para o tanque"). O professor Márcio de Almeida, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), informa que a entidade está reabilitando técnicas desenvolvidas há 30 anos pelo professor Walter Bressani. Segundo Márcio de Almeida, os métodos de produção de álcool tiveram seu aperfeiçoamento inibido pelo formidável *boom* ocorrido na indústria petroquímica nos últimos anos.

## Caminhões

O técnico do IPT observa que houve avanço tecnológico na área de motores com relação ao processo de queima do combustível, aquecimento e revestimento, mas que o conceito de motor foi mantido. Se nos motores do ciclo Otto movidos a álcool hidratado para carros de passeio conseguiram-se melhorias suficientes para torná-los aceitos no mercado, nos motores de ciclo Diesel para caminhões, ônibus e tratores, o desenvolvimento é ainda incipiente.

Em São Paulo, a *Mercedes Benz* e a *Scania Vabis* testam caminhões e ônibus movidos a álcool aditivado, isto é, álcool hidratado e um aditivo já produzido em escala industrial, misturados em proporções que variam de 4 a 8%. A frota experimental da *Mercedes* rodou mais de um milhão de quilômetros. Atualmente, 150 caminhões da empresa preparam-se para serem utilizados na safra deste ano no estado. A *Scania* tem seis caminhões a álcool aditivado funcionando normalmente na Usina São José, na cidade de Macatuba, interior paulista. Como os caminhões da *Mercedes*, no entanto, eles são viáveis somente nas usinas que têm o combus-

tível ao preço do custo de produção.

Além das experiências com o álcool, a *Scania* testa o uso de óleos de soja em motores do ciclo Diesel. Um ônibus da Viação Cometa abastecido com óleo de soja circulou entre São Paulo e Itapevinga (cerca de 200 quilômetros) fazendo três viagens diárias. O problema do acúmulo de resíduos no motor foi resolvido por um processo de reesterificação ou transesterificação (que consiste na injeção de álcool e um catalisador no motor e aquecimento da mistura para divisão do óleo em três camadas — glicerina, sabão e éster. O componente combustível é o éster).

Como ocorre com o álcool aditivado, os óleos vegetais também não apresentam problemas técnicos para utilização em motores — a questão é o preço: em junho passado, o litro do éster custava 480 cruzeiros, mais que o óleo diesel e a própria gasolina. Os óleos vegetais apresentam ainda complicadores econômicos para seu uso como combustível: dos 3,2 bilhões de litros produzidos no ano passado no país, 1,3 bilhão de litros foram consumidos na alimentação e o restante exportado gerando divisas de 3,4 bilhões de dólares. Um litro de óleo vegetal, hoje, vale mais que um litro de petróleo bruto no mercado internacional. E, por último, o consumo de óleo diesel em 1982 foi de 18,3 bilhões de litros, o que impede no momento não só sua substituição pelos óleos vegetais como a adoção da mistura na proporção de 30%, pretendida pelo governo.

## Tratores

A utilização de tratores movidos a combustíveis alternativos em relação ao óleo diesel enfrenta os mesmos problemas de custos antieconômicos que os caminhões, agravados por uma crise conjuntural do mercado: devido à descapitalização dos agricultores e às elevadas taxas de juros nos financiamentos para compra, as vendas dos 13 fabricantes nacionais caíram de 100 mil unidades em 1976 para 35 mil em 1981 e 31 mil em 1982. Para este ano, a expectativa de venda é de apenas 22 mil tratores.

A *Ford* realiza pesquisas de campo com 12 tratores de motor Diesel adaptados para álcool, mas reluta em lançá-los no mercado, embora prossiga com os testes. A Companhia Brasileira de Tratores (CBT) também faz experiências e a *Valmet*, que já lançou quatro modelos, tem cerca de 200 tratores com motor do ciclo Otto movidos a álcool trabalhando em usinas no interior de São Paulo. Os modelos da *Valmet* funcionam com injeção-piloto: o motor necessita de pequena quantidade de óleo diesel para dar a partida e, depois, o álcool hidratado é responsável pela geração de energia. Em funcionamento à plena carga, o consumo é de 90% de álcool e 10% de diesel. (P. Cannabrava/O. Tostes) ●



# Quem ganha com o Proálcool?

Por enquanto, ganham os usineiros, os fabricantes de destilarias e a indústria automobilística



Valdir Alonso

**D**o outro lado da cerca de ripas e plantas secas que envolve sua casa, Alcéa Maria Batista, de 31 anos, conta que trabalha desde os nove anos na lavoura da cana. Depois de ter servido a oito das 19 usinas da região de Campos, no estado do Rio de Janeiro, ela está empregada na Santo Amaro, a 60 quilômetros da cidade, mas vive na Favela do Espinho, a 15 quilômetros do centro de Campos. Na casa de seis pequenos cômodos, moram Alcéa, o marido, quatro filhos, seus pais e irmãos, uma família de 16 pessoas. Alcéa levanta entre quatro e cinco horas da manhã, faz o almoço e as marmitas. Às seis, acompanhada pela mãe, Marieta Lima Batista, de 47 anos, pega o caminhão. Elas trabalham das sete às dez, almoçam em meia hora, trabalham de novo até uma da tarde, tomam café, e só param às quatro. De volta, Alcéa faz o jantar, vê novelas e o noticiário na televisão ligada à bateria de carro — a casa não tem energia elétrica — e vai dormir às 11 horas. Leva

essa vida de segunda a sábado. No domingo, lava roupa: “meu domingo é na bacia”, sorri.

A cerca de 35 quilômetros da casa de Alcéa, em um dos canaviais da Usina Barcelos, também de Campos, João Francisco Rangel, o “Doca”, de 38 anos, pára de cortar cana, ajeita o chapéu de palha e diz que na roça, onde está desde os 13, “o sujeito pena dereitim”. Ele mora com a mulher e dois filhos a 12 quilômetros dali em uma casa de seis cômodos. Como Alcéa, ele trabalha das sete às quatro para receber um salário mínimo.

“Doca” e Alcéa são dois dos milhares de trabalhadores da agroindústria canavieira do Brasil. Suas vidas se parecem com as de todos os outros trabalhadores brasileiros da cana — a imensa face de uma atividade geradora de muitas riquezas que passam para as mãos de poucas famílias. Uma face feita de rostos de homens, mulheres, velhos e crianças, corpos magros, mãos calosas e olhos quietos. E é diante do silêncio e da indiferença de quase todo o país que esses lavradores vêm sendo vítimas de um processo econômico avassalador.

## “Plantation” ineficiente

O Brasil é hoje, do extremo sul até a Amazônia, um vasto campo de lutas pela posse da terra, afirma o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva no estudo “Proálcool e questão agrária”, publicado pelos “Cadernos do Ceas” nº 77, de janeiro-fevereiro de 1982. Nesse quadro conflituoso, acrescenta o engenheiro agrônomo, a secular agroindústria canavieira — agora estimulada pelo Programa Nacional do Alcool — é a máxima expressão da concentração de renda e terra, fenômenos sempre conjugados nas sociedades que vivem da agricultura. Gomes da Silva aponta outras cinco caracterís-

tica da cultura da cana-de-açúcar no Brasil — baixa produtividade, relações injustas de trabalho, formas primitivas de posse e uso da terra, dependência permanente de favores governamentais e promoção da monocultura — e demonstra como os investimentos do Proálcool as tem acentuado de forma violenta e fora da lei.

O problema básico é a adoção, pelo Programa, do modelo de grandes lavouras — as *plantations* — para grandes projetos industriais de produção de álcool. Um modelo de desenvolvimento, aliás, bem coerente com a história dos latifúndios no país. Os financiamentos subsidiados do Proálcool servem aos usineiros tradicionais e aos novos empresários do álcool sem tradição no setor, como forte instrumento de pressão sobre os pequenos e médios fazendeiros, assediados por corretores que operam em nome das usinas. Proliferam arrendamentos e formas de parceria que constituem, na verdade, estágios intermediários da inevitável expropriação da terra pelos grandes proprietários.

A produção brasileira de cana para açúcar e álcool só é grande porque as lavouras são ainda maiores. A produtividade desse sistema de latifúndios é de 4,03 toneladas por hectare em um ano, contra 5,40 t/ha/a da Índia; 5,62 t/ha/a das Filipinas; 5,77 t/ha/a da Indonésia; 7,82 t/ha/a de Formosa e 10,62 t/ha/a da Austrália. Em todos esses países, porém, prevalece a pequena unidade de produção agrícola. Enquanto a área agrícola média dos estabelecimentos produtores varia de 0,13 na Índia até 49,70ha na Austrália, a média das propriedades brasileiras é semelhante à australiana, com 51,20ha, mas 82,11% da produção estão concentrados em imóveis rurais com área superior a 100ha.

### Injustiças e sonegação

“A cultura da cana-de-açúcar”, afirma Gomes da Silva, “gerou a mais injusta relação de trabalho hoje existente na agricultura brasileira: o trabalhador volante, conhecido regionalmente pelos depreciativos de ‘bóia-fria’ — porque a comida esfria na marmitta —, ‘birolo’ e ‘clandestino’, entre outros”. É o caso de Alcá e “Doca”: trabalhadores expulsos do campo pela cidade, pela expansão das áreas cultivadas e contratados pelas usinas diretamente ou por meio de empreiteiros, com salário mínimo e sem quaisquer direitos trabalhistas ou benefícios sociais. “O trabalhador volante”, acrescenta o engenheiro agrônomo, “é atualmente o padrão de relação laboral vigente na *plantation* açucareira e está servindo para modelar também as lavouras das novas destilarias montadas a partir do Proálcool”.

Além de explorarem os trabalhadores, as *plantations* sonegam impostos e, quando vão à falência por incompetência, têm seus prejuízos cobertos

pelo governo. Dividindo-se em várias empresas, elas contornam os já benevolentes tributos estabelecidos pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de novembro de 1964) para a exploração dos imóveis agrícolas. Assim, os latifundiários acabam pagando alíquotas bem menores que as devidas pois suas várias “médias” propriedades são, de fato, um só latifúndio. No entanto, quando o empreendimento sucumbe, aplica-se a fórmula de socializar os prejuízos com recursos públicos. Esse expediente, usado inicialmente apenas no Norte e Nordeste, tem se deslocado por força do Proálcool para o Centro-Sul. O caso mais rumoroso foi o episódio Atalla<sup>1</sup>: a ajuda governamental, reivindicada para solver débitos em salários, acabou sendo negociada em dólares.

Ao expulsar o trabalhador do campo com a expansão da cultura da cana e se utilizar predominantemente do trabalho volante, as *plantations* do Proálcool ferem frontalmente o Estatuto da Terra, que estabeleceu ser dever do Poder Público “promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade de terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita”. Mas há outras transgressões: o conhecido “decreto dos dois hectares<sup>2</sup>”, que prevê a concessão de uma área em torno da habitação do trabalhador para culturas de subsistência, tem sido sistematicamente ignorado e, na prática, não existe.

Mais: O Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei nº 3.859 de novembro de 1941), que regula a agroindústria do setor, estabelece que a usina não pode moer mais de 50% de cana de suas próprias plantações, a “cana própria”, e deve adquirir o restante de fornecedores. Em janeiro de 1965, foi promulgado o Decreto nº 4.870, que reduzia para 40% a margem de “cana própria” das usinas. No entanto, 70% da cana moída hoje em usinas e destilarias é própria: estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

<sup>1</sup>O caso Atalla começou no fim da década de 70, pouco depois de o empresário Jorge Wolney Atalla — principal dirigente do grupo — ter comprado em 1976 a fábrica norte-americana de café *Hills Brothers* por 51 milhões de dólares com ajuda do governo brasileiro. A empresa teve prejuízos e paralelamente a este problema, o grupo se valeu de vários expedientes comerciais e contraiu dívidas com bancos e entidades oficiais e particulares que em março deste ano montavam a cerca de 37 bilhões de cruzeiros (perto de 60 milhões de dólares).

<sup>2</sup>“Trata-se talvez do dispositivo mais ‘legalizado’ da jurisprudência brasileira: incluído inicialmente no Estatuto da Lavoura Canavieira, foi reiterado pelo Decreto-Lei nº 6.969 de outubro de 1944, por sua vez regulamentado pelo Decreto nº 57.020 de 1965 e posto em vigência pelo Ato 18 de 1968 do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Em outubro de 1979, foi incorporado no acordo para pôr fim à greve dos trabalhadores da cana em Pernambuco.” (José Gomes da Silva, “Proálcool e questão agrária”).

mostra que os projetos aprovados pelo Proálcool até fevereiro de 1979 previam fornecimento de cana da ordem de apenas 37,2% em São Paulo, 31,7% no Paraná e 33,2% em Minas Gerais. Em Alagoas, o Programa chegou ao absurdo de condicionar a aprovação de um projeto à produção exclusiva de toda a cana por parte da usina.

Gomes da Silva observa que, diante desse quadro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) "ignora o Estatuto da Terra e enquanto velhos e novos usineiros se apropriam dos imóveis, o Instituto continua a distrair-se com a discriminação de terras públicas": como um grande cartório, dá títulos a posseiros que por conta e risco próprios, ocupam e cultivam a terra. Isso quando não negocia grandes projetos agroindustriais — como o Jica (*Japan International Cooperation Agency*) — dentro da perspectiva de internacionalização da economia.



Valdir Afonso

Os trabalhadores são os maiores prejudicados com o Proálcool

O engenheiro agrônomo afirma ainda que a relutância da Comissão Nacional Executiva do Alcool (Cenal) em aprovar projetos de micro e minidestilarias (ver matéria nesta edição) contribui em muito para o processo de concentração: no Rio Grande do Sul, 15 cooperativas de pequenos produtores têm projetos para montagem de minidestilarias mas continuam alijadas do programa. Em São Paulo, as fábricas de pequeno porte são instaladas com recursos próprios e a produção, comercializada na clandestinidade.

### Os ganhadores

Gomes da Silva distingue três grandes ganhadores com o Proálcool: os grandes usineiros, os fabricantes de equipamentos de destilarias e a indústria automobilística. Podem-se acrescentar três beneficiados — a Petrobrás, a classe média urbana moto-

rizada e os motoristas de táxi. Há também três grandes grupos de perdedores: os pequenos produtores e os trabalhadores do campo e os da cidade.

Os usineiros aumentaram seu patrimônio em terra e instalações. Em Pernambuco, a agroindústria canvieira estava concentrada, em 1966, nas mãos de 48 famílias que mantinham relações de parentesco. Estudo do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) revelou que metade dos projetos aprovados pelo Proálcool até julho de 1978 foram alocados para São Paulo e, desse total, percentagem semelhante beneficiou apenas duas famílias de usineiros. Em contrapartida, reduzida fração da cana-de-açúcar do Brasil é produzida por 32.595 pequenos e 9.411 médios agricultores.

No setor de equipamentos, o quadro é semelhante: as empresas dos grupos Dedini — uma das 500 maiores do Brasil — e Zanini detêm 80% do mercado, garantido pelos projetos do Proálcool. Na instalação de uma destilaria, 65% dos investimentos destinam-se aos equipamentos, e só em 1979, foram investidos 500 milhões de dólares do Programa para a compra de bens de capital. A indústria automobilística, por sua vez, ganhou um combustível alternativo que beneficia, à custa de subsídios, a classe média que anda de carro e os motoristas de táxi — "importante e agressivo segmento da opinião pública", observa Gomes da Silva. A Petrobrás, finalmente, se beneficia ao vender como litro de gasolina o que, na verdade, é 80% gasolina e 20% álcool anidro. A mistura rendia à empresa, aos preços de junho, cerca de 26 cruzeiros por litro que, no total comercializado, perfaziam soma considerável. A ponto de os usineiros, ao reivindicarem aumentos nos preços dos produtos, argumentarem com "os lucros fabulosos da Petrobrás com o Proálcool".

### Os que perdem

Os trabalhadores perdem com o Proálcool porque ao vincular os preços do álcool à evolução dos preços do petróleo importado, o Programa resulta inflacionário sobre todas as atividades e produtos dependentes do sistema de transportes. E isso já foi reconhecido pelo próprio ministro do Planejamento, Delfim Neto.

De outro lado, a expulsão das lavouras de alimentos pela cultura canvieira eleva os preços dos gêneros, de peso importante no orçamento das famílias de baixa renda. O arroz e o feijão, por exemplo, culturas afastadas ou substituídas pela cana-de-açúcar, foram responsáveis por 32% das calorias e 39% das proteínas consumidas por essas famílias em São Paulo, no ano de 1971. Nas famílias de baixa renda, os gastos com alimentação consomem entre 49 e 63% do orçamento contra 12% nas de renda acima de 20 salários mínimos. Desse

## QUADRO I

Área necessária para o Proálcool e famílias que poderiam receber terras próprias  
(segundo a Hipótese II do MIC: 70 bilhões de litros até o ano 2.000)

Etapa	Período	Meta da Produção de Álcool (10 <sup>6</sup> litros)	Área Ocupada <sup>(a)</sup> (1.000ha)	Famílias Assentadas <sup>(b)</sup>
Primeira	1975-1980	2.000	677	42.312
Segunda	1980-1990	23.000	7.784	486.544
Terceira	1990-2000	45.000	15.231	951.937
<b>TOTAL</b>	—	<b>70.000</b>	<b>23.692</b>	<b>1.480.793</b>

(a) Considerando o rendimento em álcool de 3,564 l/ha/ano para a cana-de-açúcar (média de 72 t/ha em três cortes em 42 meses; e de 2,532 l/ha/ano para a mandioca; média de 29 t/ha em 24 meses).

(b) Módulo de 16 ha por família para a cana-de-açúcar e de 16 ha/família para a mandioca (107,92 HD para os 3 cortes em 42 meses ou 16 ha/família/ano para a cana e de 62,29 HD em 24 meses para a mandioca ou 16 ha/família/ano, dados do IEA; tomou-se 250 HE/ano e 2 HD/família).

(a) e (b) Considerou-se metade da produção de álcool proveniente da cana e metade proveniente da mandioca.

modo, ao encarecer os alimentos, o Proálcool contribui para piorar a distribuição de renda — exatamente o oposto de um de seus principais objetivos.

### O novo rumo possível

Gomes da Silva acredita que nada pode ser feito para mudar a orientação elitista e concentradora do Programa ainda na primeira fase, que visa à produção de 10,7 bilhões de litros de álcool. “Qualquer redirecionamento”, acrescenta, “deveria ser tentado na terceira e última fase do programa, na década 1990/2.000, mediante preparação feita durante todo o transcorrer da segunda etapa (1985/1990)”.

A modificação, segundo ele, deveria afetar fundamentalmente o atual sistema de produção baseado na grande unidade agrícola monocultora e de posse e uso da terra, além da estrutura do setor da agroindústria cañavieira. A transformação começaria pela aplicação das leis existentes, passaria pela adoção de pequenas propriedades mais eficientes em termos energéticos com a conjugação de várias fontes (ver matéria nesta edição), e beneficiaria cerca de 1,5 milhão de famílias.

Por se tratarem de mudanças estruturais, essas medidas dependem da evolução do processo democrático no país e das conquistas populares.

O fato mais significativo da luta dos trabalhadores da cana por melhores condições de vida — que a realidade atual transforma em luta por condições de sobrevivência menos ruins — foi a greve de Pernambuco, em 1980. Cerca de 250 mil trabalhadores de 45 sindicatos pararam. O movimento ocorreu um ano após a paralisação de 20 sindicatos

em 1979 e 16 anos depois do golpe militar de 1964, que desbaratou as Ligas Camponesas (uma das mais importantes mobilizações de trabalhadores rurais já ocorridas no Brasil e que teve seus dirigentes condenados à prisão, ao “desaparecimento” e ao exílio). A greve de 1980 conseguiu aumento de salário, área para cultura de subsistência, atendimento médico, balanças honestas para pesar a produção e permanência dos delegados sindicais nos engenhos. Pouco depois, porém, chegavam à Justiça do Trabalho reclamações de descumprimento do acordo pelos patrões.

Alcêa e “Doca” me falaram de suas vidas em 1979. Hoje, a situação de “Doca”, Alcêa, dos lavradores de Pernambuco e dos milhares de trabalhadores brasileiros da cana é bem diferente: está ainda pior. No entanto, também hoje já se pode discutir essa realidade, denunciar suas injustiças e sugerir novos rumos. E fazer isso agora, depois de um tempo calado, planta no futuro próximo a esperança de mudar as coisas. (Octavio Tostes) ●

### A vitória dos lavradores na greve de Pernambuco



Valdir Afonso



# O jogo de pressões na África

A produção de álcool está sendo encarada como um problema político, que ajudaria a superar a dependência

Carlos Castilho



Na África, como no Brasil, predominam as grandes usinas

**D**urante quase 200 anos, o açúcar foi conhecido na África como o "ouro branco", tal o volume de riquezas que forneceu para as companhias coloniais responsáveis pela implantação de grandes lavouras de cana no continente. Mas a partir de 1940 o outrora milionário negócio do açúcar entrou em crise por causa do aumento da produção da beterraba na Europa, e do rápido desenvolvimento de adoçantes baratos à base de milho nos Estados Unidos. O último grande boom das exportações aconteceu em 1974 quando o preço da tonelada de açúcar atingiu a inédita cotação de aproximadamente 1.200 dólares. Mas logo em seguida, o mercado controlado pelas grandes transnacionais sofreu uma reviravolta e em 78, a tonelada já estava custando apenas 200 dólares.

Países que haviam investido milhões de dólares em projetos de larga escala como o Sudão, Quênia, Costa do Marfim e ilhas Maurício ficaram sem compradores. Sem as esperadas vendas externas necessárias para pagar dívidas contraídas, esses países passaram a viver o drama da escassez de dinheiro para saldar débitos com o Banco Mundial, firmas transnacionais e com os bancos europeus. A trágica gangorra da dependência levou esses países a apostar alto no momento em que os preços do açúcar estavam elevados. Como nenhum deles tem possibilidade de controlar as variações do mercado, os preços baixaram abruptamente na hora de colher, e aí o que ganharam não deu para cobrir os débitos contraídos na compra da tecnologia.

Esse é o quadro atual da indústria da cana-de-açúcar da África, um continente que teve no passado todas as condições para ocupar uma posição chave no mercado internacional do açúcar se tivesse conseguido romper a dependência. A produção africana de açúcar de cana está calculada em torno de 60 milhões de toneladas, menos de um décimo da produção mundial. E as exportações de açúcar para a Europa e Estados Unidos estão caindo continuamente. Os norte-americanos acreditam que em 1990 não precisarão mais importar açúcar. Assim, os países africanos exportadores começaram a pensar em reorientar a sua produção no sentido do álcool combustível.

O Quênia, Zimbábue, Sudão, Costa do Marfim, Malawi e Zâmbia foram os primeiros a se interessar pela produção de combustível a partir da cana. E mais uma vez as grandes companhias transnacionais estão envolvidas nos novos projetos. A empresa austríaca VEW está fornecendo *know-how* para o complexo agroaçucareiro de Kisumu, no Quênia. A britânica *Tate & Lyle*, a maior transnacio-

nal do açúcar no mundo, tenta monopolizar a tecnologia de produção de álcool na Zâmbia. No Zimbábue, os maiores interessados são os vendedores da *Anglo-American*, um gigantesco conglomerado que controla o comércio de ouro e diamantes no mundo.

### Uma decisão difícil

A política das transnacionais tem sido no caso do álcool exatamente igual à adotada quando foram iniciados os enormes projetos açucareiros do Quênia, Sudão e Costa do Marfim. Os países interessados não têm dinheiro para financiar sozinhos o custo dos projetos. Recorrem então às fontes creditícias externas, notadamente o Banco Mundial. Os bancos emprestam dinheiro mas vinculam a liberação dos recursos à compra de tecnologia das transnacionais, cujo projeto básico prevê investimentos maciços de capital, com baixo índice de absorção de mão-de-obra e utilização de grandes áreas agrícolas. Assim muitos países acabam partindo para usinas enormes, capazes de processar mais de 20 mil toneladas de cana por dia.

A opção mais barata e mais racional oferecida por pequenos projetos, como os desenvolvidos pelo Brasil, Índia e Formosa (Taiwan), acaba sendo abandonada por pressão financeira e política. As pequenas usinas capazes de processar entre seis a mil toneladas de cana por dia não provocam o endividamento externo, utilizam grande quantidade de mão-de-obra e podem ser distribuídas mais racionalmente na África, onde as estradas de ferro e de rodagem são escassas. Elas permitem também uma melhor distribuição dos projetos agrícolas porque podem ocupar terras que não estão sendo usadas para cultivos de auto-consumo ou para o mercado interno.

Embora quase todos os países africanos produtores de cana estejam interessados no projeto do álcool, eles estão demorando em tomar uma decisão final por vários motivos. O principal deles é o problema do custo final do combustível. Segundo cálculos feitos pelos autores do livro *Agribusiness in Africa*, o custo do barril do etanol produzido na África deve ficar entre os 60 e 70 dólares, enquan-

to o barril de petróleo está custando menos de 40 dólares. Isso em condições normais, porque no projeto do Quênia, o alto custo pago pelo *know-how* inglês, somado à amortização de dívidas e ao preço pago pela construção de estradas de acesso, fez com que o preço do barril de etanol a ser produzido ficasse em torno dos 150 dólares, no mínimo. Esses fatores e mais os erros cometidos pela *Tate & Lyle* já obrigaram o governo queniano a abandonar o projeto de produção de etanol na destilaria de Nyanza, hoje totalmente desativada.

### Um problema político

Outro problema enfrentado pelos países africanos é o da distribuição de terras. Os solos africanos em sua maioria não são tão férteis como os do Brasil e dificilmente darão mais de um corte anual de cana, quando em São Paulo são feitos até três no mesmo período. Por isso, as novas lavouras de cana para serem rentáveis terão que disputar as terras mais férteis com produtos que já fornecem divisas de exportação cruciais para o equilíbrio financeiro do país em questão, ou estão ocupadas com plantios destinados ao mercado interno de alimentos.

Esses dados mostram porque a questão do álcool está sendo encarada hoje na África como um problema basicamente político. Negócio por negócio, o álcool também lá, ainda é mais caro do que o petróleo. A questão básica, no entanto, é a busca da autonomia e o fim da dependência das importações de petróleo pelos países não produtores como o Zimbábue, a Zâmbia, Moçambique, Malawi, Uganda, Quênia, Tanzânia, Maurício, Ruanda, Burundi, Madagascar, Gana, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Uma questão política que começa na escolha entre os projetos de larga escala oferecidos pelas transnacionais ou os pequenos projetos. Entre a busca de financiamento nas fontes tradicionais ou no recurso à poupança interna. Na decisão entre manter os cultivos existentes ou reorientar a economia. Uma decisão tão política que o primeiro país africano a partir decididamente para a produção de etanol foi a África do Sul, cujo regime racista buscou uma alternativa energética para fugir às sanções impostas pelos adversários do *apartheid*. ●

### CUBA USA BAGAÇO DE CANA

Cuba criou recentemente a Comissão Nacional da Energia, a fim de utilizar a energia mais racionalmente e conseguir uma reserva substancial. Joel Domenech, vice-presidente do Conselho de Ministros, foi nomeado presidente da Comissão, o que demonstra a importância que a

mesma tem para o governo cubano.

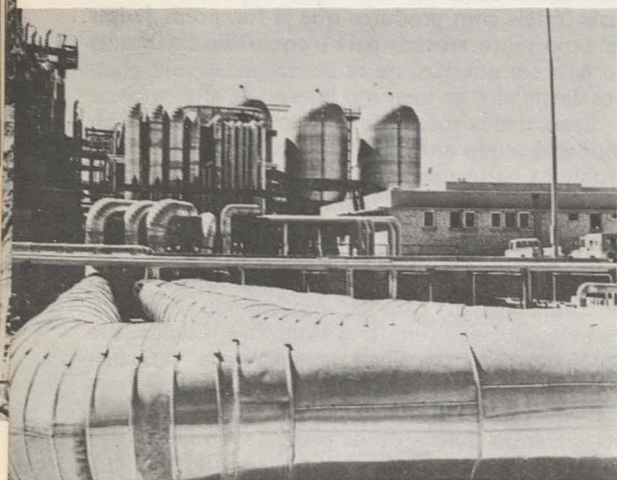
Segundo Domenech, ainda que Cuba não conte com fontes energéticas definidas, "tem um ponto de partida valioso: o bagaço da cana, uma fonte renovável de energia".

"Uma das tarefas mais importantes da Comissão — afirmou Domenech — é transformar de imediato o bagaço de cana em uma fonte de energia."



# As fontes da energia do futuro

O Terceiro Mundo tem que encontrar fontes alternativas de energia. E já há pesquisas e resultados



O petróleo vai acabar. Quais serão as energias do futuro?

**A** pesar de questionado, o Programa Nacional do Alcool desenvolvido no Brasil representa uma busca de fonte de energia alternativa ao petróleo. Na China, já se fabricam turbinas de eixo horizontal para aproveitar a força dos ventos abundantes no país. Na Mongólia, experimenta-se o uso das energias eólica, solar e hídrica. Em Samoa, restos de madeira geram energia elétrica para as comunidades rurais. Há exploração de energia da biomassa também na Índia e Egito, projetos para utilização da energia solar no México e Venezuela e calcula-se que em 1990, apenas uma década antes do ano 2.000, os carros das mais de sete mil ilhas que formam as Filipinas serão movidos a suco de fruta: o combustível extraído do fruto da *hanga*, uma árvore nativa, usado até agora para curar dores do estômago e mordidas de insetos.

Estes são alguns dos esforços realizados em países do Terceiro Mundo no sentido de se encontrarem fontes alternativas de energia. Há também ações conjuntas no plano de estudos e troca de informações e a mais recente foi a reunião do Grupo dos 77 — que congrega 125 países — entre os dias 5 a 8 de julho passado na sede da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em Santiago do Chile. Participaram representantes do Brasil, Uruguai, Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Nigéria, Tunísia, Zâmbia, Egito, Índia, Bangladesh, Coréia, Tailândia e Filipinas, entre outros.

No encontro foi analisado o Plano Rio de Janeiro, que propõe a cooperação entre países em desenvolvimento no campo específico das novas fontes renováveis de energia: hidrelétrica; geotérmica; solar; eólica; das ondas e marés; da lenha; do carvão vegetal; da biomassa; energia térmica oceânica; da tração animal; das areias alquitranadas e os esquistos (xistos) betuminosos. O Plano Rio de Janeiro, por sua vez, foi elaborado a partir das propostas do encontro de Caracas, Venezuela, em 1981.

## Cooperação

Além dos estudos da Cepal para o Grupo dos 77, há também planos para exploração de energia alternativa elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização Latino-Americana de Energia (Olade). No nível dos países, no entanto, a execução desses planos é prejudicada pela falta de planejamento que compatibilize o desenvolvimento energético com o econômico e social e pela ausência de vontade política que imponha programas para romper com a dependência aos interesses estrangeiros.



Existem ainda estudos de energias alternativas feitos em conjunto por países do Norte e do Sul. A primeira reunião ocorreu em 1981 em Nairóbi, Quênia, e seguiram-se outras em Roma, Itália, no ano passado, e Nova Iorque, EUA, no início deste ano. Em entrevista durante a reunião do Grupo dos 77 em Santiago, o chefe da Divisão de Carvão e Novas Energias Renováveis do ministério das Minas e Energia da Venezuela, Eduardo Prato Moros, observou que "os encontros de Nairóbi, Roma e Nova Iorque geraram grupos de trabalho estáveis dentro das Nações Unidas mas ainda falta maior institucionalização dos contatos". A colaboração Sul-Sul parece mais adequada aos países em desenvolvimento que a Norte-Sul e, segundo os especialistas, não deve se restringir à pesquisa de novas fontes mas abranger também as experiências de consumo racional das energias.

### Necessidade imediata

A importância de se explorarem fontes alternativas de energia deixa de parecer mania de cientistas, para ganhar contornos de necessidade imediata quando se examina o peso que o custo da energia representa para a economia dos países do Terceiro Mundo não exportadores de petróleo. Antes da primeira alta do preço do óleo, em 1973, os países em desenvolvimento importadores pagavam cerca de 2,2 bilhões de dólares — perto de 8% de suas receitas de exportação — pela energia importada, principalmente o petróleo. Em 1978, o gasto se elevou para 20 bilhões de dólares — correspondentes a 20% das divisas da exportação — e, em 1980, para 50 bilhões de dólares — mais de 40% da receita. Esse custo — entre outros fatores — contribuiu para a acumulação da dívida externa do conjunto dos países em desenvolvimento, que ultrapassou os 600 bilhões de dólares o ano passado.

Dos países do Terceiro Mundo, apenas 40 produzem petróleo e só 27 são exportadores. Segundo os técnicos, só mais 15 países têm condições de se tornar produtores de óleo cru. Da mesma forma, o número de nações que dispõem de carvão mal chega a 40. O quadro é agravado pelo dado de que a oferta de petróleo diminuiu de 46,3% em 1970 para 44,6% em 1980. Embora os especialistas diverjam quanto ao tempo pelo qual ainda se terá petróleo, há um consenso quanto à previsão de que o combustível deve ser reservado cada vez mais aos usos nobres, em especial nos setores da indústria química em que é insubstituível.

Por enquanto, o Terceiro Mundo consome pouco mais de 10% da energia produzida mundialmente e, desse percentual, mais da metade é obtido através da exploração rudimentar da biomassa — queima direta. No entanto, o consumo de energia dos países em desenvolvimento deve aumentar

para 60% do total consumido no mundo no ano 2.000 e essa ainda é uma estimativa conservadora diante da perspectiva de que a população dobrará nos próximos 25 anos e se concentrará nos centros urbanos.

"As novas fontes renováveis de energia", afirma o venezuelano Eduardo Moros, "serão o suporte energético da humanidade no século 21 e sua utilização em grande escala depende do avanço das tecnologias para sua exploração, atualmente em desenvolvimento". Como vantagens das fontes de energia do futuro para os países do Terceiro Mundo, ele aponta o fato de elas requererem técnicas em que o uso de capital é menos intensivo que o de mão-de-obra. Eduardo Moros acredita que essa característica facilita o aperfeiçoamento e a difusão desses métodos entre os países do Terceiro Mundo e, sobretudo, sua aplicação em regiões rurais de modo a que essas se tornem auto-suficientes e não mais dependam da energia distribuída hoje de forma centralizada.

O próprio especialista venezuelano, entretanto, observa que o desenvolvimento das energias alternativas — solar, eólica, hídrica, geotérmica e da biomassa — "vem ocorrendo em ritmo mais lento do que se imaginava entre 1965 e 1970". Segundo ele, a causa principal dessa lentidão é que as fontes alternativas apresentam, no momento, pouco interesse comercial devido aos altos custos das pesquisas para sua exploração. Atuam também como fatores inibidores, a falta de recursos dos países pobres para investimentos e a própria crise decorrente da alta dos preços do petróleo, por encarecer essa fonte e os produtos dela derivados. Diante desse quadro, de acordo com Eduardo Moros, cabe aos governos incentivar as pesquisas sem esperar lucros imediatos mas como investimento na futura autonomia energética de seus países.

De maneira geral, o maior problema técnico apresentado pelas fontes alternativas de energia é sua exploração em larga escala. Nos testes de laboratórios, elas têm ótimos desempenhos. "Tem sido muito fácil", comenta Eduardo Moros, "dominar a tecnologia para produção de pequenas quantidades de eletricidade através de moinhos de vento mas a geração de grandes quantidades em moinhos gigantescos tem apresentado complicações insuperáveis". O especialista observa no entanto que nos próximos 20 a 60 anos, a tendência será o uso de fontes renováveis e ressalta a importância de os países do Terceiro Mundo iniciarem já a corrida no sentido de dominarem a tecnologia dessas fontes, "aproveitando a conjuntura atual que lhes brinda com a oportunidade de desenvolver os sistemas adequados para o fornecimento de energia ao mundo no século 21 que já se anuncia". (P. C./O. T.) ●

# Nicarágua: entre o bloqueio e a invasão

Cortar o abastecimento seria mais difícil do que desembarcar  
mas o problema não é invadir, é permanecer

Neiva Moreira

O poderio militar dos Estados Unidos em torno da Nicarágua é um dos maiores já reunidos por esse país depois das guerras da Coreia e do Vietnã ou fora da Europa. Duas frotas, capitaneadas pelos porta-aviões *New Jersey* e *Ranger*, ambos integrados por mais de dez modernas unidades de superfície e mais de uma centena de aviões e helicópteros, patrulham as costas da Nicarágua, tanto no Atlântico como no Pacífico.

Todos os dias, aviões com base no *Ranger* e de outras procedências sobrevoam o território nicaraguense em todas as direções. Na vizinha Honduras, virtualmente ocupada pelos Estados Unidos, mais de quatro mil soldados fazem manobras militares na fronteira da Nicarágua, enquanto unidades especializadas de engenharia constroem às pressas naquele país pistas de aterrissagem, nas quais são usadas tecnologias experimentadas no Vietnã. Uma das características dessas pistas é que nelas poderão operar os imensos aviões de transporte *C-5 Galaxy*, os mais poderosos da força aérea norte-americana.

Toda essa gigantesca concentração militar seria demasiada para uma simples medida de in-

timidação e extremamente exagerada para uma mera demonstração de força.

## Repercussões negativas

É impressionante como essa nova explosão belicista de Reagan não encontrou apoio nem nos governos mais reacionários ou dependentes da América Latina, como o da Costa Rica. O sr. Luis Alberto Monge — que encontrei por aí afora quando candidato, posando de democrata independente e, no governo, está deixando saudades da administração democrata-cristã do presidente Carazo —, nem ele, foi em socorro de Reagan, considerando que “as manobras não contribuem para criar uma atmosfera de diálogo”.

Na Colômbia, o chanceler Rodrigo Lloreda Caicedo declarou que “as preparações bélicas, a instalação de guarnições, a presença de assessores militares na região, não são corretivos para a paz na América Central”. Os mexicanos denunciaram a “ação guerreirista” de Reagan, os panamenhos consideraram que essas manobras militares se chocam com os esforços de paz, ao mesmo tempo que a Ação Democrática da Venezuela, a caminho do

poder, e todos os partidos de esquerda venezuelanos denunciaram a ação norte-americana.

Coincidentemente com essa demonstração belicista, que os nicaraguenses consideram um real preparativo de invasão, Reagan confiou ao sr. Kissinger a elaboração de um plano para a região. Ora, ninguém que pensasse realmente em paz poderia pedir, logo ao sr. Kissinger, que concebesse uma fórmula de entendimento.

E como a Nicarágua enfrenta todo esse amontoado de provocações e ameaças? “O que mais nos impressiona é a serenidade, que nos parece realmente sincera, dos dirigentes sandinistas face a uma situação tão grave”, escreve um correspondente francês depois de uma visita à Nicarágua.

Se poderia dizer que, historicamente, os nicaraguenses estão habituados às agressões norte-americanas. Para eles, o que se passa hoje não é novidade. Inspirados no exemplo do seu herói máximo, o general Augusto César Sandino, que derrotou de maneira inapelável os *marines*, o povo da Nicarágua se prepara para esse novo momento decisivo de sua história de lutas e sofrimentos.

Recebo de um diplomata latino-americano que serve em Ma-

nágua um relato muito expressivo desse estado de espírito e, também, da maneira como a quase totalidade de Corpo Diplomático na Nicarágua avalia a agressão norte-americana.

Diz ele que enquanto a luta política se travava internamente entre conservadores, liberais e revolucionários ou entre diferentes opções revolucionárias, havia um apreciável setor político que se poderia considerar como oposição. A agressão unificou tudo, e transformou a Nação em um bloco monolítico frente ao agressor. Mesmo a direita católica, em choque com a igreja popular, se opõe à agressão externa. O próprio setor liderado pelo jornal *La Prensa*, da sra. Violeta de Chamorro, está em baixa. As tiragens do jornal se reduzem e cai o seu prestígio. Alguns desse grupo, reclamam contra a censura das notícias militares. Mas a guerra, seja na Europa ou na Nicarágua, tem suas regras. "Que diria o velho *Times*, de Londres, que teve de se submeter à censura na guerra?", nos pergunta o diplomata citado.

Mas o que mais o impressiona é o espírito do povo. As festas do quarto aniversário da Revolução foram realizadas na cidade histórica de León, com mais de 200 mil pessoas presentes, sob a palavra-de-ordem de "todas as armas ao povo". E isso, mais do que um lema, é um dado da realidade. "Todos aqui estão armados, me escreve o informante. Minha cozinheira anda de revólver à cintura e o motorista com uma metralhadora. Ninguém pensa em derrubar o governo. Todos estão dispostos a dar a vida pela Pátria".

### O bloqueio

O bloqueio, que estaria nos cálculos dos belicistas fanáticos da Casa Branca, seria absolutamente inócuo. A burguesia está quase toda na Costa Rica ou em Miami e a própria classe média,

muito reduzida sob o somozismo, não tem maior peso. Assim, o que conta é o povo, que não consome perfume francês, não usa eletrodomésticos sofisticados e come *tortilla* de milho em vez de pão. Poderá resistir a um bloqueio por tempo ilimitado.

Mas, as armas? Esse é outro capítulo. Além das armas estocadas que não são poucas, não é fácil bloquear todas as fontes de reabastecimento bélico de um país em guerra.

O velho Basil Zaharoff, na 1ª guerra mundial, fornecia armas, ao mesmo tempo, aos franceses e aos alemães. Na 2ª guerra mundial, os norte-americanos furaram o bloqueio japonês na China e Filipinas, apesar disso parecer impossível.

Os países amigos procurariam continuar sua ajuda, mas isso não seria tudo. A Nicarágua tem hoje duas fontes importantes de fornecimento de armas: o "mercado livre de Miami, capaz de superar qualquer bloqueio e levar canhões de qualquer calibre a qualquer cliente em qualquer parte. A outra, as armas que militares de Honduras e os guardas somozistas vendem aos sandinistas.

Na Nicarágua não se exclui a possibilidade de que, montando uma operação de grande porte, os norte-americanos possam conseguir desembarcar e internar-se no território nacional. O difícil é permanecer. Atualmente, nenhum soldado do exército regular, um poderoso e bem treinado exército de quase 30 mil homens, entrou no fogo. Quem está enfrentando os bandos somozistas e seus protetores hondurenhos são as milícias populares e as territoriais, (perto de 10 mil membros), que estão encarregadas da defesa dos povoados fronteiriços. Outro grande contingente de voluntários são os vigilantes revolucionários (mais de 60 mil), que defendem as cidades, os bairros e as fábricas. O exército regular, com os seus tanques pesados e

seus mísseis, se reserva para a hora do ajuste de contas com um velho freguês, o Tio Sam.

"Aqui, se calcula que, para ocupar temporariamente as áreas urbanas ou os centros militares da Nicarágua, os Estados Unidos devem estar dispostos a perder nada menos de 200 mil homens e a matar igual quantidade. Um experimentado lutador, que é o ministro do Interior da Nicarágua, comandante Tomás Borge, disse que só há uma maneira de evitar que a revolução sandinista continue: que, em uma invasão, morram todos os nicaraguenses, já que estamos todos decididos a morrer, defendendo nossa pátria."

### E o desfecho?

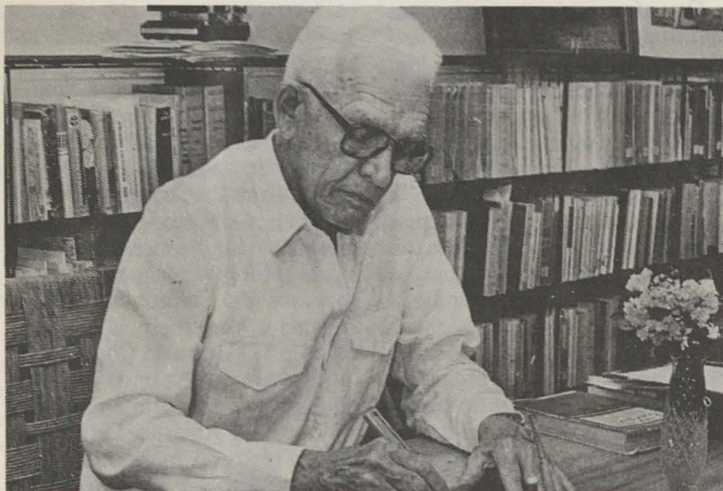
Seria imprevisível avaliar estando na Casa Branca um grupo de fanáticos belicistas, à frente dos quais o sr. Reagan. Os sandinistas fizeram uma proposta, através do comandante Daniel Ortega Saavedra, coordenador da Junta de Governo, que foi bem recebida na América Latina e que reforça o plano de paz dos governos da Colômbia, México, Panamá e Venezuela, já conhecido como "Grupo de Contadora" (a ilha panamenha onde esse grupo se reuniu pela primeira vez).

Tanto na América Latina, como no resto do mundo, há forte pressão junto a Washington contra a agressão em marcha. Se esses esforços resultarem positivos só os próximos dias o dirão. Uma coisa é certa: os Estados Unidos ainda não curaram as feridas do Vietnã para serem metidos nessa nova aventura. E seria ingênuo pensar que uma invasão da Nicarágua ficasse por aí. O mais certo é que pode se converter numa guerra centro-americana e caribenha, capaz de comprometer a paz mundial e transformar cada norte-americano no mundo num alvo do ódio generalizado de todos os democratas e oprimidos. ●

# “Fui derrubado pela missão militar norte-americana”

O ex-presidente Juan Bosch revela os motivos do golpe de estado de 1963 e avalia a conjuntura do Caribe

Mark Fried



José Bujosa

Juan Bosch: “No passado, éramos um só país, uma só colônia espanhola”

A eleição do escritor Juan Bosch, em 1963, para exercer a presidência da República Dominicana marcava a primeira manifestação democrática de um povo submetido durante quase 40 anos à ditadura “trujillista”. Como no caso de Somoza na Nicarágua, Rafael Leonidas Trujillo também era dono de 70% das terras cultiváveis do país e de quase a totalidade da indústria. Mas a experiência democrática durou pouco: uns poucos meses. Depois sobreveio um

novo golpe de estado coordenado e impulsionado pelos Estados Unidos — como revela Bosch nesta entrevista — que levou novamente os militares trujillistas ao poder.

Daí em diante, a história é bastante conhecida, inclusive uma das mais vergonhosas páginas da história da intervenção militar no continente, que foi a invasão dos *marines* em maio de 1965, para sufocar a rebelião constitucionalista encabeçada pelo coronel nacionalista Caama-

ño Deñó.

Nesta entrevista exclusiva, o ex-presidente Bosch faz um julgamento da política norte-americana e prevê um desgaste da posição dos Estados Unidos na América Latina.

*Todos o conhecem como ex-presidente, historiador e escritor. E agora, está elaborando outro livro? Ou se dedica em tempo integral à política?*

— Faço as duas coisas simultaneamente. Estou publicando livros políticos, porque quando um livro é de história, é de história política. Quando é de sociologia, é de sociologia política. Quando é de conferências, é de conferências políticas. Enfim, dedico-me à política, nada mais. No ano passado, publiquei dois livros; acho que este ano publicarei outros dois. Sempre estou escrevendo e sempre estou trabalhando para o Partido (Partido da Libertação Dominicana, PLD). E quando escrevo, escrevo para o Partido. Nosso jornal sai todas as semanas, há nove anos sem falhar um só dia. Temos a revista, temos um programa de rádio que é transmitido por várias estações. Além disso, damos constantemente conferências, fazemos reuniões etc.

*Como o senhor caracterizaria a atual situação da República Dominicana?*

— A República Dominicana é um país tremendamente subdesenvolvido. A crise é muito profunda e afeta todas as classes sociais. Sob a ditadura de Trujillo (1930-1961), o país não teve nenhum desenvolvimento político, e tampouco nenhum desenvolvimento cultural. Assim, a República Dominicana é hoje um país de subempregados. Com a morte de Trujillo, o país passa a ser de novo um território de investimento norte-americano. A *Alcoa*, a *Falcon-Bridge* e os bancos norte-americanos expandem suas operações. Instala-se no país a

*Gulf & Western*. E o país começa a ser praticamente uma colônia.

*Uma colônia?*

— Bom, a situação chegou a tal extremo que, sendo eu o presidente da república, o governo de John Kennedy organizou em território dominicano guerrilhas de haitianos para derrubar Duvalier — o “Papa” Doc, pai do atual presidente do Haiti — sem que eu, o presidente da república, soubesse uma só palavra disso. O então embaixador norte-americano, John Barlowe Martin, me enganava e dizia que essas guerrilhas vinham da Venezuela. E as guerrilhas estavam aqui, formadas aqui pela missão militar norte-americana! Um dia, por casualidade, me dei conta de que as guerrilhas saíam de território dominicano, mas não sabia que era o governo norte-americano que as fazia funcionar. Aí, pedi que a OEA viesse investigar. Então, a missão militar norte-americana deu imediatamente a ordem de que fosse derrubado o governo que eu encabeçava.

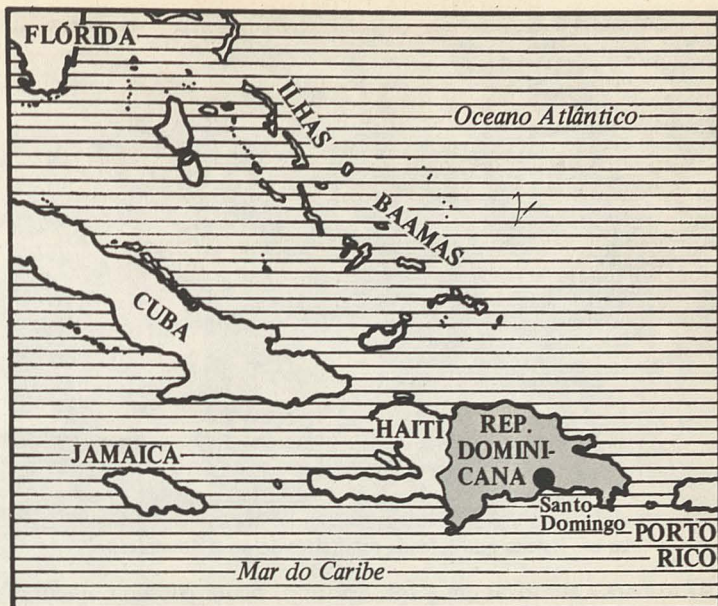
*Foi por causa disso?*

— Esse foi o motivo. Nunca os jornais norte-americanos quiseram dizer isso... Os chefes militares dominicanos estavam a serviço da missão militar norte-americana, já que desde a morte de Trujillo, os Estados Unidos passaram a ser os chefes militares do país.

### Um poder esmagador

*Isso continua válido, hoje em dia?*

— O almirante McDonald<sup>1</sup> acaba de demonstrar que sim. Ele chegou aqui há poucos dias e disse: “Venho para saber que armamentos são necessários, do que o exército dominicano precisa para que possamos trazê-los



ou dá-los”. Em virtude de quê ele diz isso? Porque se sente o chefe do exército dominicano. Qualquer almirante ou general norte-americano sente-se o chefe do exército dominicano.

*Inclusive, ele disse que tinha vindo visitar o país para conhecer os territórios sob seu comando...*

— Pois claro. É que estamos cercados por todos os lados. Todas as emissoras de rádio, de televisão, são norte-americanas. Toda a propaganda que se faz aqui é de produtos norte-americanos. Todas as notícias são sobre os Estados Unidos e seus porta-vozes. O poder norte-americano sobre os pequenos países como o nosso, é esmagador. Na realidade, não temos aqui um Estado dominicano e os Estados Unidos querem um país sem ordem, sem desenvolvimento, onde qualquer norte-americano entre, faça o que lhe dê vontade e ninguém possa fazer nada contra ele.

*Como o senhor avalia a gestão governamental do Partido Revolucionário Dominicano (PRD)?*

— A única coisa que fazem é receber dólares emprestados pelos bancos norte-americanos e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para pagar a dívida... Abriam as portas do país para o investimento estrangeiro.

*Muitos países, até mesmo alguns cujos governos se consideram de esquerda, estão pedindo investimentos estrangeiros...*

— Sim, mas uma coisa é o investimento estrangeiro em Moçambique ou em Cuba, e outra coisa é o investimento estrangeiro num país como a República Dominicana. O que acontece é que em Moçambique ou Cuba, como também em Angola, há Estados poderosos que impõem a regra do jogo. Mas aqui as regras são feitas pelos investidores.

*O senhor acha que se a crise social avançar, pode existir uma ameaça de golpe de estado?*

— Não. Aqui não se pode dar um golpe de estado se não for autorizado pela missão militar norte-americana. E depois do que aconteceu em 1965, como resultado do golpe de 1963 que foi dado por essa missão, ela

<sup>1</sup> Comandante da marinha norte-americana no Caribe.



“Criar um Estado que defenda os direitos do povo dominicano”

não tornar a autorizar um golpe de estado.

*Por que?*

— Porque a intervenção norte-americana de 1965 descreditou os Estados Unidos.

**Defender os interesses do povo**

*Em que consistiria a libertação da República Dominicana?*

— Primeiro, teria que se estabelecer um Estado dominicano autenticamente independente. Um Estado capaz de defender os interesses e os direitos deste povo.

*Não existem perspectivas de se reataram relações com Cuba?*

— O presidente da república disse que não. E não poderia fazê-lo. O governo de Reagan não admite a idéia de que se possa ter relações com Cuba. É que há uma militância “religiosa” por parte do governo de Reagan e em geral dessas camadas todopoderosas da sociedade norte-americana. Definem a política internacional em termos de “pecado” e “virtude”. Até falar por telefone com um país socialista, principalmente com Cuba ou com a União Soviética, já é um

pecado. É um pecado e quem o pratica vai para o inferno. Mas vai para o inferno em vida.

*Até onde esse poder norte-americano no Caribe pode ir?*

— Hoje, os Estados Unidos não podem intervir unilateralmente em qualquer país como faziam há 50 anos. Ainda em 1965, há 18 anos, Johnson mandou para cá 42 mil *marines*, submarinos, aviões e porta-aviões. Já hoje não poderiam fazê-lo. O mundo vai progredindo. As Nações Unidas já não são o que eram há 18 anos. Hoje, Reagan manda conselheiros militares a El Salvador, mas não se atreve a mandar tropas. A opinião pública norte-americana não permite. É que a própria opinião pública nos EUA começa a acordar. A autoridade do governo norte-americano vai se debilitando de tal forma que hoje as leis de migração não servem para nada. Até há 20 anos, não se concebia que pudessem entrar milhões de estrangeiros nos EUA e ficar lá sem visto, sem respeito às leis de migração. Agora, deve haver 20 milhões de “ilegais”, como eles dizem.

*Quantos dominicanos vivem*

*nos Estados Unidos?*

— Uns 900 mil, segundo o cônsul geral norte-americano, e há 83 mil pedidos de visto para este ano de 1983. Além disso, é constante o fluxo de dominicanos que vão clandestinamente para Porto Rico ou para as ilhas Virgens para daí voarem a Porto Rico e de Porto Rico para os Estados Unidos. Fala-se muito dos 125 mil cubanos que saíram de Mariel para os Estados Unidos, mas se aqui as portas forem abertas para os dominicanos que quiserem ir embora, saem não 125 mil, mas dois ou três milhões.

Não há respeito algum pelas leis de migração como também não há pelas outras leis. O Estado norte-americano já não tem a autoridade que tinha há 25 anos. E cada vez ficará mais fraco. Está num processo de desgaste.

**“Eles têm um processo revolucionário interno”**

*Este é o mesmo discurso de Reagan e seus partidários: que o Estado norte-americano perdeu sua autoridade, e o desafio é restabelecê-la. Propõe medidas repressivas e militaristas partindo desse mesmo tipo de análise...*

— Sim, mas não é por aí que essa autoridade poderia ser restabelecida. Eles puderam evitar a revolução nicaraguense? A revolução dos salvadorenhos? O que está acontecendo na Guatemala? Os Estados Unidos foram criando seus arsenais achando que o poderio militar é suficiente para resolver os problemas humanos, e isso não é verdade.

Enquanto isso, dentro dos Estados Unidos, está-se alimentando um processo revolucionário com essa política. Começam a se manifestar as inquietações da população norte-americana através de grupos religiosos, através de movimentos marxistas. Vi cifras que dizem que pelo menos meio milhão de norte-americanos lêem literatura marxista.



### Uma história em comum

*A perseguição à revolução nicaraguense radicaliza o processo?*

— Claro que sim. Porque os homens que fizeram essa revolução e o povo que os apóia não concordam em continuar sendo uma nação incapaz de manter um Estado que a organize, que a defenda e proteja. Na medida em que os povos tomam consciência da necessidade de abrir o caminho para a conquista daquilo que o progresso humano oferece, nessa medida vão-se tornando revolucionários.

*O que acontece na América Central influi na República Dominicana?*

— Para lhe responder, teria que lembrar que no passado nós fomos um só país, um único território colonial espanhol. Além disso, quando éramos um só território, vivíamos todos em comum. Por exemplo, na guerra de independência de Cuba, o chefe do exército libertador cubano era um dominicano, Máximo Gómez. Seu lugar-tenente geral, que ganhou a guerra, Antonio Maceo, era neto de dominicanos e fi-



Prensa Latina

A rebelião encabeçada pelo coronel Caamaño (abaixo) foi sufocada pela invasão dos marines norte-americanos (ao lado) em 1965

lho de um venezuelano. Quando Sandino estava nas montanhas lutando contra o exército norte-americano, daqui foi um jovem dominicano chamado Gregorio Gilbert lutar junto com ele. Mas também foi um venezuelano que depois passou a ser líder do Partido Comunista desse país, Gustavo Machado. Também foi um salvadorenho, Farabundo Martí. E também foram um argentino e um colombiano. E é assim que estamos. Qualquer coisa que aconteça num país da América Latina, é como se acontecesse em nosso país. ●



# As comemorações bolivarianas

O pensamento político latino-americano reúne-se em Caracas para homenagear Simón Bolívar

*Theotonio dos Santos*

Os 200 anos do nascimento de Simón Bolívar foram comemorados em toda a América Latina e em toda parte do mundo pelas comunidades e representações diplomáticas. Contudo, como é lógico, as principais e mais significativas cerimônias ocorreram na Venezuela, a pátria do Libertador.

Os países chamados hoje de *bolivarianos* (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia) foram representados nas comemorações por personalidades do mais alto nível — chefes de estado e vice-presidentes — que responderam ao convite do presidente anfitrião, Herrera Campins.

Os chefes de estado assinaram em Caracas um documento chamado "Manifesto dos Povos", no qual a integração latino-americana é exaltada e justificada como "uma necessidade geopolítica". O documento reafirma também a necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional e estabelece que o investimento estrangeiro deve estar sujeito à legislação vigente.

Os encontros e debates que se realizaram em Caracas demonstraram a vigência plena do ideário de Bolívar, já que muitas de suas aspirações e propostas ainda não foram concretizadas. Também saiu fortalecido o espírito de integração latino-americana, o grande sonho do Libertador.

54 - terceiro mundo

Dentro das comemorações do bicentenário de nascimento de Simón Bolívar, que transformaram Caracas num dos mais importantes centros culturais do mundo, com apresentações artísticas, exposições, concertos e vários eventos, congressos e seminários, destacou-se o Congresso Político Latino-Americano pa-

Campins, esse congresso reuniu o prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, o membro do governo da Nicarágua, Sergio Ramírez, Flavio Bravo, presidente da Assembléia Nacional de Cuba, ex-presidentes e ex-chefes de governo de vários países (Morales Bermudez, do Peru; Jânio Quadros, do Brasil; Luis Echeverría, do México; Cheddy Jagan, da Guiana; Alfonso López Michelsen, da Colômbia; Carlos Andrés Pérez da Venezuela; Walter Guevara Arce e Lidia Gueiler, da Bolívia; Rodrigo Carazo, da Costa Rica), além de destacados intelectuais e políticos de várias tendências.<sup>1</sup>

## A questão da democracia

Um dos grandes momentos do congresso foi o debate sobre a democracia na América Latina. De um lado, o presidente Morales Bermudez, que realizou a transição do governo militar pe-



O ideário de Bolívar no encontro de Caracas

trocinado pela Comissão Bicameral, instituída pelo Senado e a Câmara de Deputados da Venezuela e presidida pelo senador Ramón I. Velásquez.

Inaugurado pelo presidente da república, dr. Luis Herrera

<sup>1</sup>A delegação brasileira esteve composta do ex-presidente Jânio Quadros, o ex-prefeito de Niterói, Wellington Moreira Franco, o deputado federal Flávio Bierrembach, o secretário do governo de São Paulo, Eugênio Montoro e, os politólogos Vamireh Chacón, Celso Laffer e Theotonio dos Santos.



ruano ao regime presidencialista atual, defendeu a tese de um movimento pendular entre democracia e autoritarismo na América Latina. A partir dessa colocação, procurou justificar o período da revolução peruana como um "hiato necessário de autoritarismo cujo objetivo histórico seria o retorno à democracia liberal". Morales Bermudez criticou seus companheiros de governo que tentaram impedir o retorno à democracia liberal em nome dos objetivos revolucionários. De fato, no fim de seu governo de transição, houve uma forte confrontação entre os setores de esquerda da revolução peruana — que tentavam levar até as últimas consequências seus objetivos sociais — e os setores conservadores e liberais que pretenderam restaurar sua influência através de um governo civil dentro de moldes liberais como finalmente ocorreu. Não seria justo opor revolução e democracia como o fez Morales Bermudez.

Cheddy Jagan tomou a palavra para citar o seu caso como primeiro-ministro da Guiana e o de Salvador Allende no Chile, ambos depostos pela violência patrocinada pelo imperialismo e para mostrar que as transformações revolucionárias, mesmo quando são conduzidas por meios legais e democráticos, enfrentam a conspiração dos grandes monopólios internacionais.

O prosseguimento do debate mostrou inclusive que a democracia é o ambiente adequado às transformações revolucionárias. E que a democracia não pode ser confundida, contudo, com as instituições liberais de governo. Ela é o governo do povo pelo povo e deve basear-se na mobilização ativa das massas para assegurar o governo popular contra os inimigos.

Outro momento fundamental do congresso foi a reabilitação histórica da luta antiimperialista e da teoria da dependência — única capaz de explicar as dimensões



Herrera Campins, o anfitrião

profundas da crise internacional do capitalismo e as limitações do capitalismo dependente para superar o subdesenvolvimento e o atraso.

Coube a Agustín Silva Michelena, que esteve entre os críticos dessa teoria, chamar a atenção sobre a necessidade dessa reabilitação.

Os conferencistas chamaram a atenção para a crise internacional do capitalismo ora em curso e seus dramáticos efeitos nos países dependentes. O endividamento externo, a inflação e a depressão econômica em que se afogam as economias dependentes, sobretudo na América Latina, jogam por terra as previsões otimistas no sentido de um desenvolvimento capitalista mais equilibrado e interdependente. E fazem ruir as ilusões dos países petroleiros que com os aumentos do preço do petróleo em 1973-74 pensaram poder ocupar uma posição de maior poder e interdependência no plano internacional.

#### A dívida externa

O debate sobre o endividamento externo contou com a participação de economistas nor-

te-americanos e europeus, além dos latino-americanos. Entre os latino-americanos há um consenso sobre a necessidade de uma moratória e de uma união dos países devedores para obrigar os interesses financeiros internacionais a aceitarem nossas condições de pagamento a longo prazo.

Com menor força, há também um amplo acordo no sentido de entender o endividamento externo a que chegamos como resultado de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente, voltado para o mercado externo, com a importação de capitais e de tecnologias sofisticadas para o consumo de minorias privilegiadas.

Os economistas norte-americanos, na sua maioria conservadores, tentaram enfatizar a importância da ajuda externa e da importação de poupança internacional. Só que ninguém explicou até hoje como é que importamos tantas ajudas e poupanças e continuamos subdesenvolvidos.

#### O espírito bolivariano

O Congresso sobre o Pensamento Político Latino-Americano foi uma expressão viva do espírito bolivariano. Os latino-americanos das mais diversas tendências buscaram nessa oportunidade ímpar criar um canal para debater suas experiências, suas divergências e convergências.

A integração latino-americana como instrumento de luta contra a dependência é o sentimento unificador do continente. Entre as inúmeras entrevistas da imprensa destacou-se, nesse sentido, a dos ex-presidentes presentes a favor da integração latino-americana e da paz na América Central, com o total apoio à gestão de paz do Grupo de Contadora. Todas as correntes políticas latino-americanas presentes em Caracas apoiaram as propostas de paz dos presidentes da Venezuela, Colômbia, México e Panamá. ●

## Sinal verde para os "contras"

O crescente alinhamento do presidente Luis Alberto Monge à estratégia belicista dos Estados Unidos torna esse país uma ponta de lança para desestabilizar a Nicarágua

**O**s acampamentos somozistas ou anti-sandinistas, cuja atuação o Comitê de Solidariedade com os Presos Políticos da Costa Rica (CSPP-CR, com sede no México) tem denunciado desde janeiro do ano passado, são uma prova concreta que coloca em questão a pretensa neutralidade que o atual governo do presidente costa-riquenho Luis Alberto Monge alega manter.

Situados na província de Guanacaste na Boca de Parismina, no Morro do Cacau, nas encostas do vulcão Orosí, na Fazenda El Hacha y Quebrada Grande em Los Angeles de Liberia e outros, esses acampamentos foram trasladados posteriormente — desde fevereiro deste ano de 1983 — para a província de Alajuela, desde o distrito de San Carlos até El Castillo, para não falar nos de La Trocha, Medio Queso, El Combate, Las Delicias, Boca del Infiernillo e Fazenda El Amo (local onde, como ficou comprovado por diversas denúncias, funciona a emissora contra-revolucionária Rádio Sandino, que transmite as palavras-de-ordem de Edén Pastora).

A única forma de explicar a existência dessa Frente Sul Contra-Revolucionária ao norte da Costa Rica, são as facilidades que altas personalidades e líderes



Monge: pretensa neutralidade

do atual governo costa-riquenho oferecem a esses bandos rebeldes, além da campanha que a grande imprensa faz para divulgar e redimensionar as ações anti-sandinistas da Aliança Revolucionária Democrática (Arde), organização encabeçada a partir do território da Costa Rica por Pastora e C. Rapaccioli.

As denúncias de jornalistas, de camponeses, de líderes da juventude do próprio Partido de Libertação Nacional (PLN, no poder), não deixam dúvidas de que os supostos "territórios nicaraguenses" em poder do "Comandante Zero" não passam de terra costa-riquenha.

Um exemplo dessa ordem de coisas foi a decisão, na semana de 13 a 18 de maio passado, do vice-ministro de governo, sr. Chávez de proibir o trânsito pelo rio Frio em direção ao porto de San Carlos, na Nicarágua, sabendo que mais de 140 famílias do distrito de Los Chiles são abastecidas por essa via. Enquanto isso, ele autorizou — no mesmo espaço de tempo —, que os contra-revolucionários se deslocassem livremente. Isso lhes deu condições de atacarem uma semana depois, os postos do Exército Popular Sandinista (EPS). Nessa região, configurou-se assim uma zona de poder, com mecanismos de pressão, chantagens, justificações, subornos e detenções por parte dos contra-revolucionários da Arde (ver mapa).

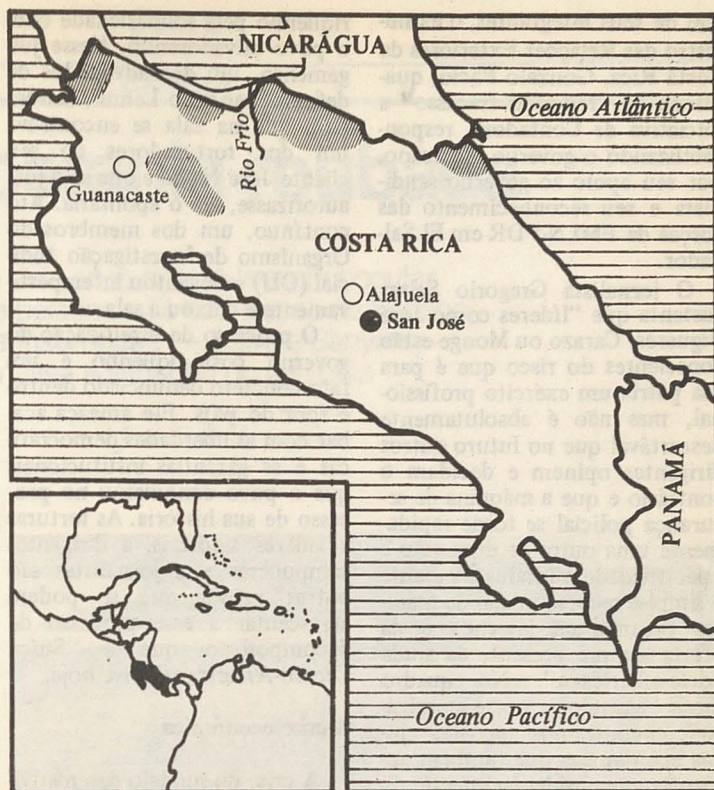
### Um exército disfarçado

A Costa Rica sempre foi um caso à parte no contexto político centro-americano, já que o exército — como força armada constitucional — tinha sido proscrito como instituição permanente desde a Constituição de 1949. Essa medida constituiu, no desenvolvimento da democracia liberal costa-riquenha, uma substancial base de apoio ao aparecimento do novo projeto político do Partido Libertação Nacional. Esse partido, desde o início, vai-se caracterizar por uma aliança policlassista entre pequenos proprietários agrícolas, setores da oligarquia tradicional e um contingente de camadas médias urbanas.

Atualmente, essas tendências sociais, que se contrapõem na cúpula do partido, estão representadas por três grupos: o setor empresarial — que busca implementar o modelo monetarista liberal no país —, o movimento cooperativista e um terceiro grupo de classe média e popular ligado ao movimento sindical.

Com esses elementos apontados e mais a agilização da crise

Com 50.900km<sup>2</sup> de superfície, a Costa Rica limita-se ao sul com o Panamá, a leste com o mar do Caribe, ao norte com a Nicarágua e a oeste com o oceano Pacífico. Com uma população de quase 3 milhões de habitantes, a Costa Rica sempre se proclamou, orgulhosa, de a "Suíça Centro-Americana", país que não tem exército e cujo número de professores é maior do que o de policiais. As áreas reticuladas mostram os locais onde estão acampados os grupos anti-sandinistas, liderados por Edén Pastora.



Pastora: apoio da Costa Rica

global da Costa Rica, setores do PLN ligados aos grupos mais à direita justificaram a criação, por decreto executivo, de um "corpo paramilitar", o Organismo para Emergências Nacionais (Open): "É criada uma força civil de apoio às corporações de polícia do país. Artigo 29: A força civil estará composta por todos aqueles cidadãos voluntários de comprovado credo político, costa-riquenhos que estejam dispostos a se submeter à disciplina e ao treinamento policial-civil necessários para se pertencer a essa força de apoio. Artigo 30: Faculta-se às empresas e instituições públicas o direito de conceder permissão, com gozo de salário, àqueles seus trabalhadores que pertencem ao Open quando forem mobilizados por ordem do presidente da república e do ministério da Segurança Pública".

Outra organização de natureza paramilitar que age com a cobertura do governo é o Movimento Costa Rica Livre (MCRL). Essa organização já não constitui uma simples ameaça contra o povo, mas sim todo um instru-

mento onde o germe da ultradireita nacional encontra seu melhor ecossistema para se desenvolver. É, portanto, um aparelho de força de caráter ilegal cuja razão histórica é servir clandestinamente às forças mais retrógradas e reacionárias do país.

A imprensa nacional tem co-

mentado a carta que o presidente Monge dirigiu a Bernal Urbina, presidente do MCRL, convidando-o a "cerrar fileiras com ele e seus companheiros de governo para defender a liberdade e a democracia".

#### Insistência em rechaçar as gestões de Contadora

A propaganda anticomunista e a condenação à revolução sandinista na Nicarágua também são usados por uma nova organização de ultradireita no interior do país, a chamada União Patriótica (UP), cujo objetivo central é promover a "formação de um exército na Costa Rica". Sua posição é comprovada pela insistência desse grupo em rechaçar as negociações do grupo de Contadora (formado pelo México, Venezuela, Colômbia e Panamá), que apresentou uma proposta pacífica e negociada para a América Central.

Um de seus integrantes, o ex-ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, Gonzalo Facio, qualificou de "redondo fracasso" a iniciativa de Contadora, responsabilizando o governo mexicano, por seu apoio ao governo sandinista e seu reconhecimento das forças da FMLN-FDR em El Salvador.

O jornalista Gregorio Selser sustenta que "líderes como José Figueres, Carazo ou Monge estão conscientes do risco que é para sua pátria um exército profissional, mas não é absolutamente descartável que no futuro outros dirigentes opinem e decidam o contrário e que a máquina de segurança policial se torne rapidamente uma outra de dimensão e operatividade militares, mediante o simples recurso inicial de maiores orçamentos internos e da oferta sempre presente da ajuda norte-americana". No quadro dessa "assistência norte-americana", encontramos supostas ajudas econômicas que também aumentaram consideravelmente.

#### Torturas a presos políticos

Mais de 15 organismos internacionais, líderes democráticos e médicos legistas comprovaram o uso de torturas na Costa Rica. O fato mais recente refere-se ao julgamento — depois de dois anos de prisão injustificada — dos militantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), cujo único delito foi o de trabalhar em território costa-

riquenho pela solidariedade com o povo salvadorenho. Nesse julgamento, um dos advogados de defesa, Francisco Lemus, denunciou que na sala se encontrava um dos torturadores do seu cliente José Navas e que se o juiz autorizasse, ele o apontaria. Ato contínuo, um dos membros do Organismo de Investigação Judicial (OIJ) se levantou intempestivamente e deixou a sala.

O processo de direitização do governo costa-riquenho é um fato concreto denunciado dentro e fora do país. Ele ameaça acabar com as liberdades democráticas e as garantias institucionais que o povo conquistou no processo de sua história. As torturas a líderes sindicais, a dirigentes camponeses e a jornalistas são outras provas que se podem acrescentar a esse processo de decomposição que a "Suíça Centro-Americana" vive hoje.

#### A crise econômica

A crise do modelo desenvolvimentista e a implementação de um modelo monetarista neoliberal agressivo são o produto sintomático de um projeto governista que começa a se esgotar. A partir de 1975, não é o Partido Libertação Nacional (PLN) quem estabelece as condições, elas são impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para acentuar o alinhamento costa-riquenho para posições pró-norte-americanas, provocando uma crise interna que se abate sobre os

setores populares. O ex-presidente Rodrigo Carazo Odio referiu-se ao FMI dizendo que este exigia a diminuição de escolas, hospitais, estradas e restaurantes escolares em troca de 69,5 milhões de dólares e que recomendava ao próximo chefe de Estado sua não aceitação nos termos em que estava sendo colocado. Isso é particularmente importante porque em novembro de 1982 o governo de Luis A. Monge assinou a "Carta de Intenções com o FMI, e aceitou a negociação do pagamento da dívida externa de 4 bilhões de dólares com a imposição de uma queda acelerada do PIB (Produto Interno Bruto) e um processo inflacionário (137%) de efeitos imprevisíveis".

Para o ano de 1983, o Conselho Econômico costa-riquenho iniciou uma série de medidas que logo provocaram mobilizações populares: redução da produção nacional em 4,5%; aumento do combustível de 7 para 19%; aumento do tipo de câmbio de 8,6 colones (moeda da Costa Rica) por dólar em 1982 para 45 colones na mesma data. O aumento da cesta alimentar básica foi de 3,367 colones (aumento de 357%, com base em 1978). Por sua vez, o salário real nesse mesmo período só conseguiu recuperar-se em 122%. Como um dado a ser acrescentado ao atual estado de crise que o país atravessa, os números oficiais expressam que 71% das famílias vivem atualmente na pobreza, sendo que na área rural essa porcentagem eleva-se para 82%.

Os povos da Costa Rica e da Nicarágua sempre tiveram relações fraternais. Dadas as condições da atual conjuntura na América Central, o papel desempenhado pelo atual presidente é perigoso. Seu alinhamento com a administração norte-americana põe em questão a neutralidade pela qual historicamente a Costa Rica tinha ocupado um lugar de reconhecimento a nível internacional. (H. Jamberth/M. Salas) ●

#### Assistência dos Estados Unidos à Costa Rica\* (em milhões de dólares)

Anos	1981	1982	1983	1984
Militar	0.035	2.058	1.125	2.150
Econômica	13.300	50.590	160.360	105.040

Fonte: Departamento de Estado, Washington, DC, 1983

\* As cifras são os encargos previstos na solicitação de Reagan ao Congresso, comparados com os dos anos anteriores. (Extraído do artigo "Aumento considerável nos orçamentos de Segurança", Gregorio Selser, jornal El Día, 12.05, p. 16, México, 1983).

# A soberania roubada

Quase dois anos após o levante popular esmagado pela invasão das tropas do Senegal, o líder da insurreição — Samba Sanyang — analisa a situação no seu país

*José Cabral*

O líder do levante popular de 31 de julho de 1981, Samba Sanyang, em entrevista exclusiva concedida a cadernos do terceiro mundo quando da sua mais recente passagem por Paris, revela aquilo que estará por trás das ambições territoriais do Senegal em relação ao seu país. Quebrando o silêncio, o líder gambiano revela os desafios que tais pretensões colocam ao movimento popular na Gâmbia, bem como as mais candentes contradições que atingem a própria sociedade senegalesa e as camadas sociais da região.

## Justificativas

*Após a invasão de julho de 81, o Senegal veio com uma proposta de união com a Gâmbia, uma espécie de Confederação: a Senegâmbia. Em seu entender, o que representa, de fato, tal projeto?*

— A anexação pura e simples do nosso país. Pensando que, através dela, conseguirão, mais facilmente, impedir a luta do nosso povo pelos seus direitos inalienáveis. Diga-se, aliás, que tal plano foi elaborado à revelia dos dois povos. É um projeto de “gabinete” que só os seus mentores apóiam.



O povo gambiano atravessa uma etapa extremamente difícil

*Mas quais as razões que motivariam os presidentes do Senegal e da Gâmbia — Abdou Diouf e Dawda Jawara — a insistir nesse projeto de união?*

— O regime senegalês pretende esconder a todo custo os crimes que cometeu na Gâmbia e, assim, encontrar “justificativas” para a sua atuação.

No fundo, poderíamos resumir a três grandes objetivos as intenções que Diouf e Jawara escondem por trás da referida Confederação:

1) O atual presidente da Gâmbia, Jawara, julga que a sua segurança pessoal fica reforçada e que o regime senegalês não virá impor quaisquer restrições às suas atividades econômicas pessoais. E isso é o que verdadeiramente lhe interessa assegurar.

2) Abdou Diouf pretende ter os recursos econômicos da Gâmbia à disposição do Senegal. Especialmente os recursos alimentares, a fim de minorar os graves problemas com que o seu país se debate nesse terreno.

3) Por outro lado, controlando a Gâmbia, Abdou Diouf julga poder exercer mais facilmente o controle sobre a província do sul do Senegal, Casamance.

Informações recentes confirmam-nos que o descontentamento é efetivamente muito grande em Casamance, e que os perigos inerentes à criação da referida Confederação são bem sentidos pelo povo dessa região.

De nossa parte, não temos dúvidas de que essa região, cujos habitantes são dos mais explorados em todo o Senegal, ficará

ainda mais esquecida por parte do governo central do Senegal caso o projeto de Confederação vá em frente.

### Sem escrúpulos

*Teriam, sido, portanto, essas razões e esses interesses que levaram ao aparecimento do projeto "Senegâmbia". Mas explicam eles a própria intervenção armada de 81?*

— Em nosso entender, o regime de Senghor e do seu delfim Abdou Diouf, embora se proclame "socialista", não passa de um regime neocolonial, que se submete ao jogo do imperialismo e do grande capital internacional. Um regime que se presta a isso na sua própria terra, não tem quaisquer escrúpulos em intervir em terra alheia, sobretudo quando conta com "cobertura" para uma ação desse tipo.

Regimes neocoloniais como esses prestam-se a fazer certos "serviços" na África, que os países ocidentais, por razões bem conhecidas, preferem não executar diretamente.

Recorde-se, por exemplo, o papel que o Senegal, juntamente com Marrocos e o Gabão, desempenharam no ataque mercenário, em 1977, contra a revolução do Benin. Os casos são inúmeros e bem conhecidos de todos.

Evidentemente que, no caso específico, a implantação de um regime revolucionário na Gâmbia, incrustado no interior do território do Senegal, não era certamente desejado pelas autoridades deste país. Autoridades que já têm muitas dores de cabeça, no plano interno, com os protestos populares que, periodicamente, ocorrem na região de Casamance.

### Golpe de estado ou levante popular?

*Voltemos um pouco atrás. Os acontecimentos de 30 de julho de 1981 nunca foram até hoje*

60 - terceiro mundo



Diouf (atrás de Senghor):  
neocolonialista?

*completamente esclarecidos...*

— Contrariamente ao que a imprensa internacional — fortemente influenciada pela BBC — fez constar, o 30 de julho de 81 não foi um golpe de estado mas um levante popular. Numa época em que nos chegaram informações de que a polícia se preparava para efetuar uma vasta operação repressiva contra os dirigentes que, na clandestinidade, se empenhavam no trabalho de organização de massas contra o poder corrupto de Jawara, o "Comitê Coordenador" do nosso Movimento decidiu, em antecipação, que as diferentes células da organização atuassem e tomassem o poder.

Não foi a *Field Force*<sup>1</sup> que se rebelou. Foram as massas populares que, mobilizadas pela ação das células clandestinas (onde participavam alguns elementos daquela força), derrubaram rápida e pacificamente o poder instituído.

### *Pacificamente...?*

— O que quero dizer é que não houve qualquer resistência.

<sup>1</sup>Corpo policial de 600 efetivos (dados de 1979). A Gâmbia não dispõe de exército sendo a sua defesa assegurada pelo Senegal, segundo acordo estabelecido após a independência, em 1965.

O comando da *Field Force* em Bacao foi tomado por populares que dispunham apenas de 6 armas de caça. Facilmente se compreende que não houve resistência.

*Mas quem liderou efetivamente a revolta?*

— Antes dos acontecimentos de 81 havia vários grupos de oposição, como o Movimento para a Justiça em África (Moja), liderado por Tidjan Koro Sallah, o Partido de Libertação Nacional (NLP), liderado por Pajcheysem Seka e o Partido Socialista Revolucionário (SRP). Esta organização viria a integrar-se no nosso Partido Socialista Revolucionário Trabalhista do Povo (PSRTP), formado a 5 de maio de 1977, na clandestinidade, e que teve como primeiro líder Bakaré Kamaná.

Depois da morte desse companheiro, ocorrida num acidente de automóvel, em 1979, o partido viveu praticamente um ano sem que tivesse sido eleito novo líder. Em 1980, considerou-se que era necessário fazer diligências com vistas à unidade dos diversos grupos da oposição ou, pelo menos, à sua ação coordenada. Foi então que fui eleito.

Na sequência dos contatos então estabelecidos, formou-se um "Comitê de Coordenação", o qual viria a dirigir toda a luta popular que culminou na revolta de 30 de julho de 1981.

### Um segredo bem guardado

*A revolta acabaria por fracassar, graças à intervenção das tropas senegalesas...*

— Sim, graças à invasão de 5 mil homens, apoiados por helicópteros, blindados, morteiros etc. Tratou-se de um ataque em larga escala, efetuado simultaneamente em quatro direções, através de três colunas motorizadas (norte, sul e leste) e um desembarque anfíbio na nossa costa.

Com um elevado número de baixas...?

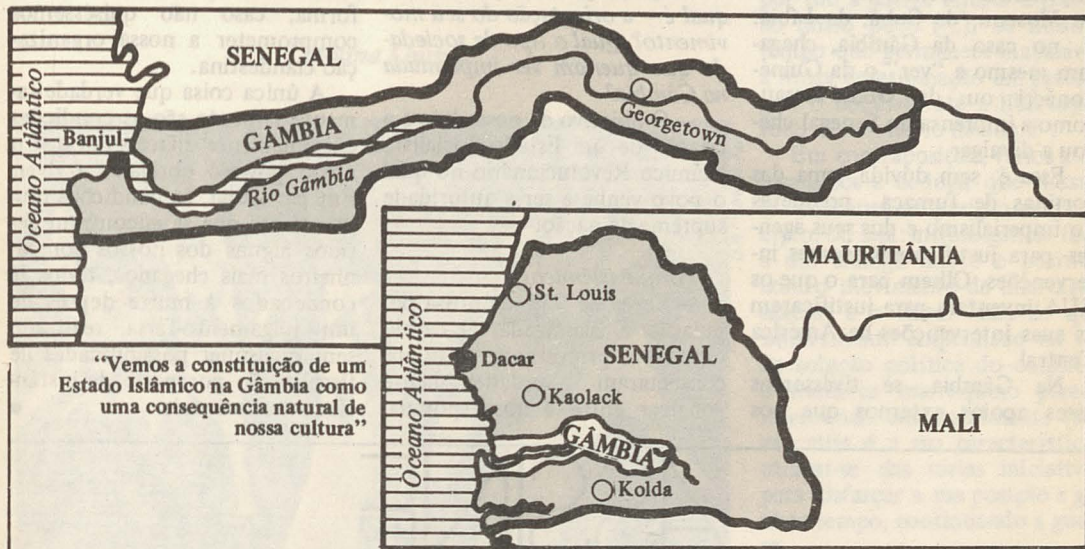
— Durante os dez dias em que decorreram essas operações, calculamos que tenham morrido cerca de mil populares. Quanto às baixas senegalesas, posso dizer-lhe que foram muitas, embora o número exato seja um segredo que as autoridades de Da-

car guardam até hoje.

*Alguns meios de informação falaram, porém, na altura, de um golpe perpetrado por aventureiros...?*

— Foi isso que fizeram constar. É natural, são órgãos controlados direta ou indiretamente, pelo grande capital internacional. Apenas podemos contrapor

o seguinte: quando se deu o levante popular, nenhuma resistência organizada se verificou. Enquanto que, pelo contrário, quando as tropas senegalesas atacaram o nosso país todo o povo mobilizado combatia, inclusive grupos como o Moja e o NLP que, então, se juntaram efetivamente a nós. Penso que isso reflete a adesão generalizada de



Pequeno país com menos de 600 mil habitantes espalhados por cerca de 11.295 km<sup>2</sup>, a Gâmbia é como que uma verdadeira “ilha” (em forma de serpente) no interior do Senegal. Uma rápida consulta ao mapa do continente africano permite constatar que este antigo enclave é rodeado pelo Senegal por “todos os lados”, menos por um, o oeste, onde o limite é o oceano Atlântico.

À semelhança do que ainda se passa em outros países da região, também na Gâmbia a política seguida, e que conta como principal executor o presidente Dawda Jawara, tem por pilares principais o autoritarismo, a corrupção tolerada e a injustiça social, ainda que travestidos sob uma capa de democracia e de liberalismo teórico. Mas se o disfarce democratizante era já dificilmente convincente antes, pode-se, com segurança, afirmar que após o esmagamento, pelas tropas senegalesas, do levante popular de 30 de julho de 1981, ele perdeu toda e qualquer credibilidade interna ou externa.

Esses acontecimentos vieram comprovar o

profundo descontentamento da população face ao regime imposto pelo presidente Jawara, que só conseguiu retomar o poder — e mantê-lo até hoje — graças à presença permanente das tropas senegalesas deslocadas para a Gâmbia. Tropas estas que, cada vez mais, têm se comportado como verdadeiras forças de ocupação.

De 30 de julho de 81 para cá, a soberania do país parece cada vez mais ameaçada, tanto mais que as autoridades senegalesas, através de um “Projeto de Confederação” publicamente anunciado, não escondem os seus intuítos de anexá-lo.

As contradições reais existentes na região, a que o próprio projeto de unificação não escapa, em nada vieram favorecer os planos senegaleses. Por outro lado, o movimento popular “adormecido” — pela força mas também por opção tática — após a invasão das tropas do Senegal, parece agora despertar para uma nova etapa de contornos ainda mal definidos, mas cujo fim último é a tentativa de libertação da Gâmbia das forças neocoloniais que a dominam.

que dispúnhamos. Um “bando de aventureiros” jamais conseguiria isso...

*Um tipo de imprensa falou, no entanto, em “operação montada do exterior...”*

—Admiram-se? Mas isso também é costume em alguma imprensa ocidental. Sempre que se dá uma revolta popular, os meios imperialistas vêem logo “o dedo” de Moscou, de Cuba, da Líbia. E, no caso da Gâmbia, chegaram mesmo a “ver” o da Guiné-Conácri ou da Guiné-Bissau, como a imprensa do Senegal chegou a divulgar.

Essa é, sem dúvida, uma das cortinas de fumaça prediletas do imperialismo e dos seus agentes para justificarem as suas intervenções. Olhem para o que os EUA inventam para justificarem as suas intervenções na América Central...

Na Gâmbia, se tivéssemos esses apoios externos que nos

apontam, poderíamos ter pedido auxílio estrangeiro para repelir a invasão senegalesa. Ora, aconteceu precisamente o contrário. Ninguém nos conhecia. Éramos essencialmente um movimento clandestino interno, sem ligações com nenhum outro país.

### Um povo islamizado

*Mas, no fundo, qual era — qual é — a orientação do seu movimento? Qual o tipo de sociedade que queriam ver implantada na Gâmbia?*

— O objetivo da nossa luta é a criação de um Estado Socialista Islâmico Revolucionário no qual o povo venha a ser a autoridade suprema da nação.

*Porquê islâmico?*

— Cerca de 95% da nossa população é islamizada. O catolicismo e o protestantismo nunca conseguiram verdadeiramente penetrar entre a nossa popula-

ção, que se habituou a ver neles instrumentos de penetração colonial. Vemos a constituição de um Estado Islâmico como uma consequência natural da nossa cultura, da nossa história.

*Tem algo a lamentar nesses acontecimentos de 81?*

— Não. Sobre os acontecimentos em si penso que não poderíamos ter atuado de outra forma, caso não quiséssemos comprometer a nossa organização clandestina.

A única coisa que verdadeiramente lamento são as condições extremamente difíceis em que o nosso povo é obrigado a viver. Em particular, as condições inumanas em que se encontram detidos alguns dos nossos companheiros mais chegados, todos já condenados à morte depois de um julgamento-farsa realizado sem quaisquer possibilidades de fiscalização por parte de instâncias internacionais. ●

# ASSINE

# INFORMAÇÃO

**CRÍTICA DA**

E tenha contato com o universo dos meios de comunicação visto por dentro. Jornais, revistas, rádio, televisão, cinema analisados criticamente em seis edições por ano. Assinatura anual: Cr\$ 3.000. Preencha o cupom abaixo e envie-o, junto com cheque nominal ou vale postal, para

Costa Filho Editores Associados Ltda., à Rua Morgado Mateus, 579 — CEP 04015, São Paulo, SP. (Se você não quiser estragar sua revista, copie os dados abaixo numa folha de papel e envie-a com o cheque.)

<p>Nome: .....</p> <p>Endereço: .....</p> <p>CEP.: ..... Cidade: ..... Estado: .....</p> <p>Data: .../.../...</p> <p>Assinatura: .....</p>	<p>CFA — Costa Filho Editores Associados</p> <p>R. Morgado Mateus, 579</p> <p>04015 — São Paulo — SP</p> <p>Fones: 549-5106/66-9384/67-0098</p>
--	---



# Para quando a paz?

Pressionado pela guerra e pela crise que abala a sociedade marroquina, Hassan 2º é chamado pelo continente africano a entabular conversações diretas com a Frente Polisário

Carolina Quina



D.R. / "Afrique-Asie"

Depois de 10 anos de luta, a Rasd obtém uma vitória política na OUA

No momento em que comemorava o 10º aniversário da criação do seu movimento de libertação — a Frente Polisario — e, ao mesmo tempo, do desencadeamento da luta armada contra o colonialismo, o povo saarauí alcançava uma importante vitória política e diplomática na Organização de Unidade Africana (OUA). Efetivamente, reuniu durante a 19ª Reunião de Cúpula — realizada em Addis Ababa, Etiópia, nos dias 9 a 11 de junho passado — a OUA chegaria a uma inesperada unanimidade sobre o problema do Saara.

No documento final desta sua

19ª Reunião de Cúpula — e no momento em que a organização panafricana comemorava o seu 20º aniversário — a OUA exortou as duas partes em conflito a negociações diretas, com vistas a obter um cessar-fogo que anteceda a realização de um referendo sobre a autodeterminação do Saara.

O documento estabelece o prazo de seis meses para que o referendo seja realizado. Porém, é válido se perguntar se esse prazo será cumprido e se a resolução será realmente acatada pelo Marrocos.

Do lado saarauí a posição está

claramente definida. Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da Polisario, reiterou no seu discurso de 20 de maio a disposição do governo da Rasd (República Árabe Saarauí Democrática) em dialogar com o Marrocos e a sua preferência por uma solução pacífica e negociada para o conflito: "(...) Dizêmo-lo solenemente: estamos dispostos a negociar com o governo do Marrocos para pôr fim à guerra injusta imposta ao nosso povo (...), ao mesmo tempo que permanece inabalável a nossa determinação em prosseguir o combate até a libertação total do território nacional".

Em contraposição, vários atos levam-nos a deduzir que Hassan 2º continua na posição de princípio, ou seja: intransigência face a um diálogo direto e positivo com o movimento de libertação saarauí e a Rasd. Mais do que sinceramente empenhado na via da solução política do conflito, o monarca marroquino parece interessado em, habilmente (como aliás é a sua característica) utilizar-se das várias iniciativas para disfarçar a sua posição e ganhar tempo, continuando a guerra.

## Dois beligerantes

É inegável que Hassan 2º foi obrigado — pela crise interna em que o seu país está mergulhado, e mais recentemente, pela tentativa de golpe de estado por parte de setores do exército (porque a guerra tende cada vez mais a identificar-se como uma aventura do rei, e a ter a oposição do povo e do exército) — a fazer alguns recuos ao nível da sua política externa, e nesse âmbito se enquadra o reatamento das relações diplomáticas com a Líbia e a Argélia.

O encontro entre Hassan 2º e o presidente argelino Chadli Bendjedid assume particular significado em termos de recuo político do Marrocos, pois ficou definitivamente esclarecido, para

terceiro mundo - 63

quem ainda pretendia ignorar tal fato, que na guerra do Saara Ocidental os dois beligerantes são o Marrocos e a Polisario e não o Marrocos e a Argélia.

No entanto, esses bons indícios são em grande parte anulados pela onda de especulações que o Marrocos rapidamente soube ativar, em torno da posição argelina.

Assim, através da imprensa que apóia suas posições, o Marrocos pretendeu apresentar o encontro de Hassan 2º e Chadli Bendjedid como um recuo argelino face ao seu apoio à Polisario. Porém, de fato, o recuo foi do lado marroquino. Senão, vejamos: foi o Marrocos que rompeu relações diplomáticas com a Argélia (tal como aconteceu com a Líbia) quando esta reconheceu a República Árabe Saarauí Democrática; e foi o Marrocos agora que pediu o encontro com o presidente argelino. Ora, as especulações posteriores sobre a posição argelina, não podem deixar de desmascarar a sua verdadeira disposição de prosseguir a guerra, tentando, no entanto, quebrar o isolamento externo — no caso, no plano regional —, dando uma nova imagem.

Outro elemento a levar em consideração neste processo, foi o encontro de delegações da

Frente Polisario e do Marrocos (ver quadro), revelado por ocasião do 10º aniversário do início da luta armada, e que poderia também ter sido considerado como um sinal de abertura por parte do monarca aluíta. Contudo, nesses encontros a pouco ou nada se chegou, dada novamente a posição de intransigência de Rabat.

Se esses fatos não bastassem, a posição marroquina na Reunião de Cúpula da OUA, em Addis Ababa, perante a delegação da Rasd (51º membro de pleno direito da organização pan-africana), era suficiente para demonstrar que Hassan 2º parece persistir na sua recusa em aceitar negociações diretas com a Frente Polisario, única via possível para a solução do conflito e proposta pelas organizações internacionais — ONU, OUA, Movimento dos Países Não-Alinhados e, mais recentemente, pela própria Internacional Socialista.

Por outro lado, a nível regional, a ausência de Hassan 2º naquela que chegou a ser chamada como a primeira “Reunião de Cúpula dos Países do Mahgreb” leva-nos a concluir que o Marrocos, também neste plano, e apesar de apostar na nova dinâmica diplomática a nível da região, se retraiu no último momento. Pos-



Abdelaziz: autodeterminação;  
Hassan 2º (abaixo): intransigência



sivelmente com receio de ser pressionado pelos restantes países magrebianos — sobretudo pela Argélia, Líbia e Mauritânia —, no sentido de negociações diretas com o movimento de libertação e o Estado saarauí, já que não poderá haver “Grande Mahgreb” sem paz e estabilidade na região, e sem a inclusão da

## CONVERSÇÕES SECRETAS

□ “Duas delegações da República Árabe Saarauí Democrática (Rasd) e do Reino do Marrocos encontraram-se durante o mês de abril passado”. O objetivo das negociações era “procurar uma solução pacífica para o conflito entre os dois países”.

Pelo lado saarauí, as delegações foram integradas por Mahfud Ali Beiba, primeiro-ministro da Rasd e membro do Comitê Executivo da Frente Polisario (ele desempenhou o cargo de secretário-geral adjunto do movimento até o último congresso da Polisario, em outubro do ano passado, sendo irmão do primeiro líder da Polisario, El Uali, morto em combate em 1976) e Mohamed Salem Ould Salek, membro do Birô Político e

responsável pelas relações externas da Frente Polisario.

Já pelo lado do Reino do Marrocos, participaram Ahmed Reda Guedira, conselheiro do rei Hassan, Mohamed Boucetta, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Driss Basri, ministro do Interior.

O local onde as conversações foram realizadas não foi revelado, embora muitos observadores afirmem ter sido Argel, a capital argelina, a cidade escolhida.

“O evento se inscreve no quadro da disposição do governo saarauí em recorrer sempre à via da negociação e do diálogo para encontrar uma solução para o conflito”, afirmou o secretário-geral da Polisario, lamentando, porém, “a falta de vontade manifestada pela parte marroquina”.

República Árabe Saarauí Democrática.

Daqui se deduz que embora sendo duas questões autônomas — por um lado, a luta do povo saarauí pela recuperação da soberania nacional, por outro lado, o processo de edificação do Grande Mahgreb —, elas não deixam de se relacionar, sendo a sua evolução um sério teste às verdadeiras intenções de Hassan 2º.

### O exército e o palácio

A compreensão da posição marroquina (que é obrigada a fazer na prática algumas concessões) só é possível à luz da análise dos fatores internos — crise econômica, social, política e militar —, e dos fatores externos — progressivo isolamento internacional.

O esforço de guerra agrava, dia a dia, a profunda crise econômica e social do Marrocos a qual, desde os levantes populares e a onda de greves iniciada em junho de 1981, não foi possível mais controlar ou mesmo esconder. Recordemos apenas, por exemplo, que 50% do orçamento geral do Estado vão para os gastos da guerra e que nem o aumento substancial do apoio financeiro norte-americano (de 30 para 100 milhões de dólares) nem o apoio econômico da Arábia Saudita conseguiram resolver a crise.

Contudo, a crise mais grave que Hassan 2º teve e tem de enfrentar vem do seu próprio exército. A partir de 1975, e após duas tentativas fracassadas de golpes de estado (1971 e 1972), às quais se seguiram grandes expurgos, sendo decapitados alguns dos oficiais mais progressistas, Hassan 2º teve como objetivo, para garantir a sua segurança, ocupar o exército e afastá-lo do palácio.

Aliás, várias medidas tomadas pelo monarca marroquino deixam clara a sua desconfiança em relação ao exército. Por exemplo, os soldados não podiam



A guerra aprofunda a crise no seio do exército marroquino...

nem podem ter munições para as suas armas ao norte de Agadir, direito reservado às unidades de elite e à guarda pessoal do rei.

A guerra do Saara Ocidental poderia ter representado a solução. Mas por ironia, a guerra, ao fim desses anos, veio mostrar que não é a solução para os problemas internos marroquinos, e, pelo contrário, que se transformou num foco de contradições no seio do exército.

Também do lado marroquino muitos desejam a paz. Prisioneiros de guerra explicaram repetidas vezes com clareza: “(...) nós nos limitamos a fazer a guerra, somos trazidos para o Saara para combater (...), mas aguardamos que o rei negocie a paz (...)”.

Se a intervenção direta dos Estados Unidos na guerra do Saara Ocidental abriu uma nova fase no conflito, seja pela introdução de armamento altamente sofisticado (radares, satélites, bombas de fragmentação etc), seja pela construção do chamado “Triângulo Útil” — que obrigou os combatentes da Polisário a uma nova tática na luta —, seja pelos graves riscos de internacionalização que veio colocar, ela não foi capaz, contudo, de resol-



...enquanto cresce a tensão social, impossível de ser controlada

ver o problema de fundo — a guerra.

Aí está a origem da atual crise no seio do exército marroquino, a qual só veio à tona com o assassinato do general Dlimi (ver cadernos, nº 56).

Quando se fala  
de serviços secretos...

O general Dlimi (braço-direito de Hassan 2º, comandante das tropas no Saara Ocidental e chefe dos serviços secretos) percebeu que a solução não reside no campo militar, mas sim nas negociações e no diálogo. Constatando a recusa do monarca em enveredar por essa via, põe em marcha a preparação de um golpe de estado.

Em seguida à descoberta desse plano (Hassan teria sido informado pela CIA), Dlimi (que segundo fontes marroquinas seria um elemento próximo aos serviços de contra-espionagem franceses e hostil à influência crescente da CIA junto ao rei) é assassinado. Segue-se a prisão e execução de vários militares e um movimento considerável de transferência no corpo de oficiais superiores. Mas a crise continua em aberto.

É à luz desse contexto que podem ser entendidas as posições de Hassan 2º no plano diplomático. Assim, mais do que por sinceras intenções, ele é pressionado por uma crise a todos os níveis da sociedade marroquina, que nem com o apoio dos Estados Unidos nem com o dos países africanos reacionários consegue superar.

Sendo seu objetivo fundamental, e em última instância, a defesa do seu trono, ele pretende ganhar tempo, testar talvez as reações do exército, do povo marroquino e dos partidos políticos face às recentes iniciativas a nível externo, e criar uma correlação de forças estável que lhe seja favorável.

Porém, o povo saarauí demonstrou estar determinado a lutar pela sua soberania e independência nacional e contra todas as falsas soluções, sejam elas a de uma "Federação", de um "Estado Saarauí fora do Triângulo Útil" ou de uma "Confederação".

66 - terceiro mundo

MOÇAMBIQUE

## Até onde Pretória pretende chegar?

A agressividade do regime racista contra os Estados vizinhos gera indignação nos próprios aliados da África do Sul

Etevaldo Hipólito

A escalada de agressões desencadeada pelo regime de Pretória contra os povos da África Austral se intensificou ainda mais nos últimos meses. Uma das agressões de maior envergadura foi o ataque visando alvos civis nos subúrbios de Maputo, capital de Moçambique, em fins de maio passado, onde morreram várias pessoas, incluindo crianças, além de serem severamente atingidos vários prédios industriais da periferia daquela cidade.

O objetivo mais ambicioso do regime sul-africano é frear ou impedir o desenvolvimento econômico autônomo dos novos Estados africanos, nomeadamente Angola, Moçambique e Zimbábue, a fim de lesá-los nas suas possibilidades de êxito na construção do socialismo e de uma economia regional forte, que não seja mais dependente da África do Sul. Porém, o que os porta-vozes do regime do *apartheid* afirmam publicamente é que se trata de operações de retaliação contra o ANC (*African National Congress*), como de fato aconteceu com a agressão à Matola, um subúrbio de Maputo.

Porém, naquela oportunidade, foram os próprios embaixadores dos países aliados de Pretória, que discordaram daquela versão.

Depois de percorrer longamente os locais atingidos, o embaixador inglês John Stewart, declarou: "Durante a visita do corpo diplomático aos lugares atingidos, e no caso especial à fábrica Somopal, estive em todos os locais, espreitando por todos os lados, e a conclusão que tirei é de que a fábrica não é (e não existe qualquer indicação de que tenha sido antes) uma instalação militar do Congresso Nacional Africano".

Embora solicitando anonimamente, também um diplomata norte-americano afirmava categoricamente que os locais bombardeados "não apresentam qualquer evidência de terem sido palco de qualquer atividade militar do ANC", e que o que ele vira foram casas pertencentes à população civil. Em termos iguais se pronunciou o embaixador da República Federal da Alemanha, Hasso Buchrucker, confirmando que os ataques só visaram cidadãos moçambicanos. Ele considerou inclusive essa operação como parte de um conjunto de violações premeditadas de fronteiras e alertou para tais atos de violência, que podem "agravar de forma perigosa as tensões na África Austral".

A importância desses testemunhos é que partem de representantes de governos que parti-

no. 57 - agosto - 1983



No funeral das vítimas do ataque à Matola, a multidão exprimiu o seu repúdio

cipam do chamado “Grupo de Contato”, cuja complacência para com a política de Pretória em relação à Namíbia é bem conhecida. E essas vozes de protesto podem servir de advertência ao governo boer de que há um limite para determinados tipos de desmandos.

A liberdade de movimento dos embaixadores na visita à região bombardeada foi reconhecida pelos correspondentes estrangeiros que estiveram na área poucos momentos após a incursão. Ficou comprovado que a agressão se abateu sobre alvos civis, que não havia nem há bases do ANC e muito menos apareceram as tão propagandeadas baterias de mísseis SAM-5.

#### Sul-africanos contra o “apartheid”

Numa entrevista concedida a cadernos do terceiro mundo, Bob Thati, destacado militante do ANC, desmentiu firmemente

as alegações de Pieter W. Botha de que a sua organização mantém bases, campos de treinamento ou qualquer outro tipo de centro militar em território moçambicano. Para Thati, a minoria racista que controla o poder recusa-se a aceitar um fato muito simples: a luta contra o *apartheid* está sendo levada a cabo dentro da própria África do Sul. Esse combate é dirigido unicamente por cidadãos sul-africanos — brancos, negros, indianos e mestiços — que rejeitam o regime de discriminação racial.

“A única coisa que podemos dizer sobre este ataque é que o inimigo, por causa dos golpes que recebe do ANC, tem que fazer alguma coisa para tentar assegurar ao seu eleitorado que tudo está bem, acalmando-o, e ao mesmo tempo melhorar o moral dos seus soldados” declarou Thati. Depois de ridicularizar a versão sul-africana segundo a qual as instalações da fábrica de doces Somopal seriam a camuflagem

de um centro de operações do *African National Congress*, o dirigente sul-africano disse que a política agressiva da minoria branca tem como objetivo intimidar os países vizinhos, em particular os países da Linha da Frente. “Com isto — acrescentou — procura-se retirar qualquer apoio à luta popular conduzida sob a liderança do ANC e que diz respeito a toda a região”.

#### “Uma ação militar contra um objetivo militar”

O regime sul-africano atravessa neste momento uma das suas mais difíceis etapas. Um dos maiores golpes sofridos pelo sistema ocorreu no dia 22 de maio último quando a sessão do Parlamento dedicada à discussão do orçamento militar foi inesperadamente interrompida por uma tremenda explosão do quartel-general da força aérea. As instalações do complexo ficaram completamente destruídas e foram



As vítimas, no chão

seriamente abaladas algumas construções ao redor.

O abalo maior para o governo está em que no mesmo edifício funcionava a sede do Serviço de Contra-Inteligência Militar. O número oficial de militares mortos chegou a 19, enquanto os feridos se elevavam a duas centenas. Essa operação foi considerada como a mais importante das realizadas nos últimos tempos pelo ANC. Resumindo a posição da sua organização perante esse acontecimento, Thabo Mbekhl, responsável pelo setor de Relações Internacionais do ANC, afirmaria dois dias depois na Zâmbia que se trata de "uma ação militar contra um objetivo militar" e que os seus autores teriam que ser encontrados no interior mesmo da própria África do Sul.

Porém, isso não é o que afirmou o primeiro-ministro Botha. Em suas emissões para o exte-

rior, a rádio oficial sul-africana repetiria sem cessar nas semanas posteriores ao ataque contra Moçambique que os dirigentes de Pretória "já tinham perdido a paciência com os Estados da África Austral". Referindo-se às atividades desenvolvidas internamente pelo Partido Comunista, ANC e outras organizações de oposição, vinculou-as a certos "planos macabros" de Moscou para afirmar que "existe uma acumulação de armamento e de forças subordinadas em redor da África do Sul" e que a situação se torna alarmante. Sem recorrer a meias palavras, os dirigentes racistas afirmam que ninguém poderá se admirar se novas incursões vierem a ser empreendidas contra a República Popular de Moçambique, seguidas de outras visando o Lesoto e o Botsuana. Essa ameaça equivale, de fato, a uma verdadeira declaração de guerra. ●

### CHISSANO: "OS MOÇAMBICANOS NÃO TEMEM A GUERRA"

Na mesma semana em que teve lugar o ataque contra o seu território, a República Popular de Moçambique apresentou uma denúncia perante a Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas. Além de repudiar a agressão militar propriamente dita, o ministro Joaquim Chissano, da pasta das Relações Exteriores, desmarcou a tentativa de estabelecer um paralelo entre a incursão dos racistas em Moçambique e a operação feita pelos patriotas do ANC contra o quartel-general da força aérea sul-africana, onde funciona o serviço de inteligência militar. No discurso então pronunciado, ressaltou os seguintes pontos:

— Tentar acusar um país vizinho e independente e reclamar o direito de retaliar uma ação que é resultado de uma política nacional criminosa, segregacionista e racista, condenada e veementemente odiada pelo povo desse país e pela comunidade internacional, constitui uma intolável, arbitrária e grosseira interferência nos assuntos internos de Estado soberano.

— Com a desculpa de destruir bases do ANC,

os racistas pretendem internacionalizar o conflito nacional de uma luta armada conduzida pelo povo da África do Sul, alegando que o regime está sendo vítima de uma conspiração armada dos países vizinhos.

— O ANC iniciou a luta armada em território sul-africano em 1961. Nelson Mandela foi condenado à prisão perpétua pelas autoridades racistas porque o acusavam de ser responsável pela luta de libertação nacional da África do Sul. Mandela não vem de Moçambique, a não ser que as autoridades de Pretória pretendam fazer crer a este Conselho de Segurança que ele foi enviado pelo regime português para atacar a África do Sul.

— Os massacres de Sharpeville, Soweto, Gogoleto e Langa são uma clara manifestação de que o regime minoritário e racista que controla o poder na África do Sul está em guerra com o povo sul-africano.

— No nosso último encontro com o governo sul-africano, falamos sobre as nossas políticas, na busca de caminhos para uma coexistência pacífica. Esperamos prosseguir esse esforço. Contudo, também dissemos e continuamos a dizer que, enquanto amamos a paz, não tememos a guerra. Se for necessário enfrentar uma guerra para preservar a paz na nossa região, combateremos novamente.

## A CIVILIZAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE

Após o ataque contra a Matola, o governo sul-africano intensificou sua guerra psicológica através de programas de rádio destinados a Moçambique. A mensagem principal dessas emissões eram ameaças de novas incursões, nas quais seriam utilizados meios destrutivos mais eficientes. Porém, sem se deixar intimidar, milhares de pessoas — mais de 5 mil — compareceram ao enterro das vítimas dos bombardeios da força aérea sul-africana. Nessa cerimônia, em nome do Partido Frelimo, do povo e governo da República Popular de Moçambique, o major-general Marcelino dos Santos prestou uma homenagem aos que tombaram em consequência da agressão.

“Os racistas da África do Sul — disse o dirigente — atacam-nos porque nós representamos a humanidade, porque representamos a civilização. Atacam-nos porque nós somos a independência, a justiça, a igualdade, somos a dignidade do homem. Atacam-nos porque somos o progresso, o combate contra a fome, contra a nudez, contra a ignorância, o analfabetismo, a miséria, a doença. Atacam-nos porque somos a unidade, o patriotismo, porque nós somos a solidariedade internacionalista. Atacam-nos porque somos a paz, a amizade e a cooperação entre os povos.”

E acrescentou: “Atacam-nos diretamente com as forças armadas, com os seus aviões, porque sabem que o seu instrumento principal de destabilização, que são os bandidos armados, está sendo derrotado, aniquilado. Por isso, aquilo que o bandido armado não pode fazer, faz o exército racista, faz a força aérea racista, o especialista em botagem dos racistas, o agente da espionagem racista. Bandido armado e exército racista são a mesma coisa. Bando armado e força aérea racista são a mesma coisa”.

“Estas mulheres foram assassinadas porque são cidadãs livres, trabalhadoras que se engajaram no combate à fome. Este operário foi assassinado porque era um trabalhador com direitos e valores iguais aos de todos os outros cidadãos, que podia participar na elaboração do plano da fábrica, podia discutir livremente os problemas da sua empresa, do seu bairro, do seu país, porque podia eleger o seu representante na Assembleia do Povo, eleger o juiz do Tribunal, podia ser eleito deputado. Este cidadão sul-africano foi assassinado porque fugiu da discriminação, da humilhação e da opressão e veio procurar refú-



Kok Nam

Uma cabana bombardeada pelos sul-africanos: só cinzas

gio num país onde os homens não são discriminados nem perseguidos por serem de uma raça ou de uma cor ou de uma região ou de uma crença. Esta vida que é enterrada no ventre da sua mãe foi impedida de nascer porque ia nascer e ser livre. Esta criança foi impedida de crescer porque tinha todos os direitos das crianças, porque crescia para ir à escola e aprender a ser livre, a ser igual, a trabalhar e a servir ao povo”.

“Mas ninguém pode travar o vento com as mãos, sentenciou Marcelino dos Santos. Nada pode impedir a vontade do povo e a marcha da História. O nosso povo venceu o colonialismo português, derrotou o regime racista rodesiano que nos agredia. Nós derrotamos os agressores racistas da África do Sul, venceremos todas as agressões do racismo sul-africano. O seu lugar de destino é o mesmo do regime racista rodesiano: a lata de lixo da História. O futuro somos nós. A nossa pátria continuará a ser uma pátria livre. O nosso povo prosseguirá com decisão inabalável a construção do país. O regime do *apartheid* deve compreender também esta grande verdade: o povo sul-africano quer a liberdade, o povo sul-africano lutará até vencer. Na África do Sul há uma realidade viva e forte: o ANC (Conselho Nacional Africano), guia do povo sul-africano. E o ANC triunfará.”

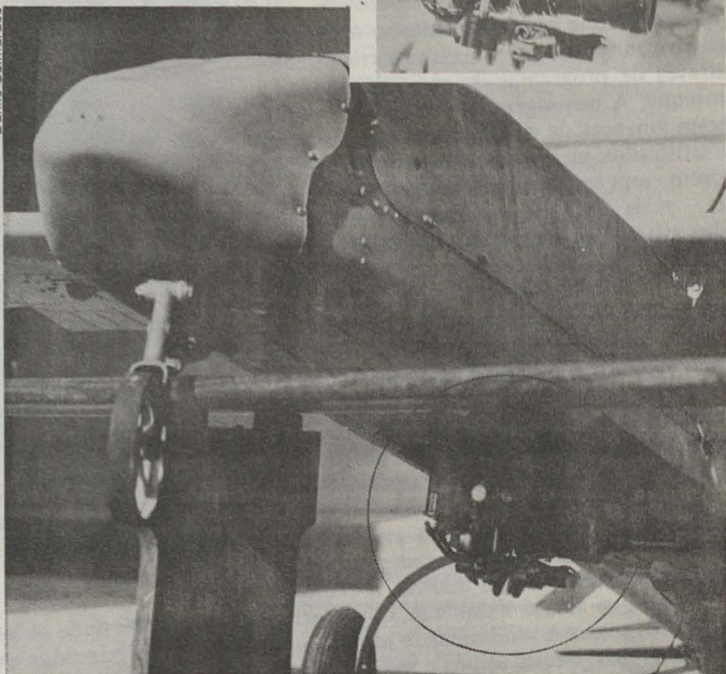
## Avião-espião abatido em Maputo

**E**xatamente uma semana depois do ataque contra os subúrbios de Maputo, aviões da África do Sul voltaram a violar o espaço aéreo moçambicano. Desta vez, um dos aparelhos foi abatido em pleno dia — 14 horas e 34 minutos — e sobre a própria capital. Inicialmente o governo de Pretória negou-se a confirmar qualquer envolvimento no episódio mas as provas apresentadas por Moçambique forçaram a que modificasse sua posição.

Em declarações prestadas ao jornal *Rand Daily Mail*, um porta-voz da Força de Defesa da África do Sul (SADF) confirmaria que se tratava efetivamente de um avião teleguiado em missão de espionagem. O segundo aparelho, que o acompanhava a uma distância de aproximadamente 11 quilômetros, conseguiu escapar. Tão logo detectou a reação imediata e eficiente das baterias antiaéreas comandadas pelo tenente Mulhaise, regressou ao território sul-africano.

O estado-maior geral das forças armadas de Moçambique emitiu um comunicado informando que a violação do espaço aéreo teve lugar na região da Moamba. Em seguida, antes de alcançar Maputo, o avião-espião sobrevoou a área da Matola atacada na semana anterior por uma esquadrilha de caças-bombardeiros *Impala III* e *Mirage*. O aparelho se encontrava à altura do bairro da Polana quando foi atingido ao primeiro disparo, caindo ao mar. Os destroços foram recolhidos a dois quilômetros de distância e a uma profundidade de 200 metros, nas proximidades da ilha Xefina. Sobre a cor cinza escuro cobrindo a parte ex-

Danilo Guimarães



A máquina de filmar (acima) é só uma das sofisticadas peças do avião teleguiado que sobrevoou e foi abatido em Moçambique

terna, trazia apenas o número 2011.

### Fabricação israelense

O exame das partes componentes da aeronave revelaram que a mesma é de patente israelense. No motor se encontra a inscrição IAI-P/N-ZVN 161003. O grupo inicial de três letras é uma abreviatura de *Israel Aircraft Industries* (Indústria Israelense de Aviação). Na África do Sul, esses aparelhos são produzidos pela *National Dynamics* (PTY), com sede em Durban.

Os aviões-espiões desse tipo, designados pelas siglas RPV, que significam *Remotely Piloted Vehicles*, são de porte pequeno e

têm dispositivos eletrônicos para a transmissão direta das imagens captadas. O RPV abatido em Maputo estava equipado com material para reconhecimento e uma máquina de filmar de 16 milímetros. Em sua lente figurava a inscrição: "Angenieux zoom 10-150mm Paris". Outras peças tinham indicações de serem provenientes dos Estados Unidos e Holanda, além de Israel.

A velocidade desses aparelhos movidos a hélice atinge aproximadamente 150 quilômetros horários, com uma autonomia de voo de seis horas. Algumas revistas especializadas em aviação militar avaliam que o seu custo unitário seria da ordem dos cinco milhões de dólares. Uma caracte-





Um dos projéteis utilizados (acima) e a dor dos familiares

rística interessante para os países que os empregam são os fracos sinais emitidos quando em operação, tornando difícil a detecção por radar.

#### Como no Líbano

O envio desse aparelho para sobrevoar Moçambique foi motivo de debate no Parlamento sul-africano, com o governo de Pieter W. Botha assumindo uma posição claramente defensiva. A certa altura, o porta-voz para assuntos de segurança do Partido Federal Progressista, Phillip Myburgh, interrompeu o general Magnus Malan para exigir esclarecimentos precisos sobre algumas atividades das forças arma-

das. "Nenhum outro país na região utiliza aviões-espiões para recolher informações" — afirmou Myburgh, acrescentando ser mais que óbvio ter o aparelho saído da própria África do Sul. Malan, então, confirmou oficialmente a realização da missão de espionagem.

Uma versão desse mesmo modelo foi utilizada por Israel para fazer levantamento do vale de Bekaa, no Líbano. Os dados recolhidos serviram de apoio à invasão das tropas sionistas, eufemisticamente denominada "Operação Paz na Galiléia". (Etevaldo Hipólito)



Daniel Guimarães

### MOÇAMBIQUE: EVACUAÇÃO DOS DESEMPREGADOS PARA O CAMPO

No começo de julho passado, em cinco cidades de Moçambique iniciou-se a segunda fase do programa de transferência de todos os desempregados para zonas rurais onde terão emprego assegurado. O programa busca a transferência da população sem trabalho que vive nos principais centros urbanos de Moçambique, para fortalecer a produção agrícola.

A "Operação Produção", como tem sido chamada, se desenvolve nas cidades de Maputo, Beira, Manica, Nampula e Pemba.

Segundo a AIM (Agência de Informação Moçambicana) brigadas das forças de defesa e segurança teriam a seu cargo o desenvolvimento da

operação, que se realiza por meio de enquetes de rua e visitas domiciliares.

Na capital moçambicana já foram criados seis centros de triagem. Estes dependem da Secretaria de Trabalho, dos ministérios da Defesa, Agricultura, Saúde e Comércio Internacional. Aí, através de análise individual de todos os casos, as diferentes instituições determinarão "o destino dos desempregados".

De acordo com fontes oficiais, responsáveis pelos centros de evacuação, "todos os desempregados que se inscrevem voluntariamente (nos centros) terão um status privilegiado". Isso significa que esses desempregados podem escolher o tipo de trabalho com garantia de terem os elementos essenciais de sobrevivência assegurados: alimentação, alojamento, e transporte de seus pertences para área em que trabalharão.

## SAMORA: O PAPEL DO DIRIGENTE

□ Ao empossar os novos membros do governo, depois da profunda reorganização ministerial de junho último, o presidente Samora Machel fez uma longa intervenção na qual salientou o papel dos dirigentes no processo revolucionário do seu país.

“Os dirigentes que agora recebem novas tarefas não representam nenhuma tribo, região ou raça”, afirmou o chefe de estado. “O seu privilégio é representar o povo trabalhador. Como representantes do povo só podem assumir corretamente as suas tarefas se souberem utilizar na prática métodos populares de governo. Isso significa manter um contato diário e estreito com o povo, ir ao

povo para dele aprender a encontrar as soluções corretas para seus problemas.

“Quando um dirigente se fecha no seu gabinete, quando se limita a ir de carro para a sua casa, está cavando uma grande distância entre ele e o povo. E passará a dirigir apenas por despachos, por ordens de serviço. O povo quer ver o seu dirigente junto dele, quer trabalhar com ele.

“Quando o dirigente vive com o povo, aprende dele a modéstia, o espírito de sacrifício, a generosidade”, acrescentou Samora Machel. “Esse dirigente será um combatente intransigente contra a negligência, a preguiça, a apatia.

“Em síntese, o nosso dirigente é aquele que assume e aplica a linha política do Partido, é aquele que é servidor do povo.”

## A FEIRA INTERNACIONAL DE MAPUTO

□ Entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro próximos, terá lugar em Moçambique a 19ª Feira Internacional de Maputo. Mais conhecida pela sigla Facim, esse certame realiza-se desde o período colonial, tendo adquirido com a independência, em 1975, novas características e aumentado o número de expositores. Até então, a mostra girava em torno da África do Sul e, além do que oferecia a própria metrópole colonial, contava apenas com a participação da antiga Rodésia, da Suazilândia e do Malawi.

Já em 1976, a exposição começou a refletir uma orientação política voltada para o rompimento da dependência econômica existente com Pretória e o estabelecimento de contatos com novos mercados. Dessa forma, 16 países se fazem presentes no que foi denominado “Amostra das Conquistas dos Operários e Camponeses no seu Primeiro Ano de Independência”.

A partir deste momento, foi se estruturando de forma a se tornar um dos mais importantes acontecimentos do gênero, na África. A participação em certames internacionais resultou em várias medalhas de ouro na Feira de Leipzig e outros prêmios concedidos pelo Iraque, Portugal, Bulgária e Polónia. A Facim encontra-se filiada à União das Feiras Internacionais, com sede em Paris. Em declarações prestadas a cadernos do terceiro mundo, Jaime Levi, atual diretor da feira, traçou as linhas gerais do próximo evento, que marca uma nova etapa na existência do organismo sob sua direção.

Até meados de junho, 17 países já tinham confirmado a sua participação na Facim, o que

garante a presença de expositores das Américas, África, Ásia e Europa.

Enquanto o número de países expositores permanecerá o mesmo em relação ao ano passado, variando apenas no tocante a quem se fará presente, as empresas estrangeiras assinalam um aumento substancial. Isso seria um dos reflexos da política em vigor que permite a participação de firmas tanto individualmente como por países.

No que diz respeito a Moçambique — esclarece Jaime Levi —, toda a atenção estará voltada para os produtos de exportação e não para os de consumo interno, como chegou a acontecer anteriormente. No pavilhão destinado às empresas do comércio externo poderão ser encontradas com destaque as vinculadas ao ramo exportador. Isso não elimina, no entanto, a presença de alguns ramos agrícolas para demonstrar a capacidade alcançada por Moçambique e o avanço verificado nos vários projetos de desenvolvimento existentes, entre outros os relacionados com a mineração.

Até 1981, a Facim realizava dois tipos de trabalhos simultâneos: coordenava as exposições moçambicanas no exterior e as que tinham lugar no próprio território nacional. Com a criação da Câmara de Comércio no ano anterior, foram feitos esforços no sentido de que essa instituição passasse a assumir a participação em certames internacionais, fora do país. Dessa forma, a Facim encontra-se dedicada exclusivamente às exportações anuais levadas a efeito em Moçambique. (Etevaldo Hipólito)

<sup>1</sup> A empresa estatal Adena, uma vez solicitada, se encarrega dos trâmites necessários junto à Alfândega e ainda dos transportes das mercadorias a expor. Uma agência do Banco de Moçambique funciona no interior da Facim. Telex da Feira Internacional de Maputo: 6-411 Facim - MO.

## TENENTE SUL-AFRICANO PEDE ASILO POLÍTICO

Segundo os padrões ditados pelo *apartheid*, o tenente Gerald Andreas Eckert tinha tudo para continuar a desfrutar de uma vida sem maiores problemas. Branco, médico contratado pelas forças armadas, do ponto de vista material e até ideológico nada o impedia de comportar-se como milhares de outros jovens da sua idade, calvinistas, alienados e racistas. No final de maio, no entanto, uniformizado e portando uma pistola de serviço, simplesmente cruzou a fronteira com Moçambique em busca de asilo político.

Logo que a notícia veio a público, o comandante-geral das forças de defesa, através de informações que circularam em Pretória, preferia dá-lo como desaparecido. Mais tarde lançou uma série de insinuações quanto ao seu comportamento pessoal — o tenente professaria “pontos de vista morais e políticos liberais” —, como medida prévia ao reconhecimento da atitude de Eckert. A partir desse momento, a decisão de exilar-se seria explicada pelo governo como unicamente motivada por questões disciplinares.

O militar não concorda com nenhuma dessas versões. “Detesto e odeio o regime racista sul-africano, porque ele é 100% contra a minha maneira de pensar”, resumiu ele perante enviados de emissoras de televisão, agências noticiosas e publicações de vários países. No decorrer do encontro iria insistir em que o que estava na base do seu gesto era todo um problema de consciência. Antes de mais nada, havia o desconforto de gozar de privilégios negados à maioria esmagadora da população.

Sem mostras de nervosismo, foi bastante objetivo e sucinto em suas respostas. Referindo-se, por exemplo, ao moral das forças armadas no combate ao Congresso Nacional Africano (ANC) no interior da África do Sul, disse que ele é alto e existe também um grau elevado de disciplina, na medida em que são constituídas por brancos doutrinados para odiar o ANC. O mesmo tipo de disposição existiria entre os militares enviados para a Namíbia. Ao abordar as consequências das operações contra os povos namibiano e angolano, declarou que o trabalho realizado no centro que recebia feridos de guerra lhe permitia afirmar que o número de baixas e vítimas fatais vai muito além do que o governo normalmente divulga.

A intenção de Gerald Eckert é permanecer em Moçambique, caso lhe seja concedido asilo político, trabalhando na sua profissão. Sem qualquer



O tenente Gerald Andreas Eckert: exemplo para outros oficiais

hesitação, adiantou que as informações que possui sobre os serviços médicos das forças de defesa sul-africanas se encontram à disposição das autoridades de Maputo. Embora admitindo que Pretória possa tentar uma represália pela sua fuga, descartou a idéia de que uma tentativa dessa natureza venha a ter êxito.

Atualmente com 24 anos de idade, Eckert nasceu na Alemanha Federal, em Manheim, e emigrou aos 7 anos com a família para a África do Sul, onde os seus pais se estabeleceram como comerciantes de tecidos. Estudou medicina em Port Elizabeth, tendo ingressado no hospital militar de Voortrekkerhogr, Pretória, em 1982. A biografia de Eckert inclui ainda divórcio da sua primeira mulher, com a qual tem uma filha de 11 meses.

Na tarde do dia 27 de maio, o jovem tenente deixou Pretória no seu *Toyota Corolla 6000*, alcançando Komatiport à noite. Quando chegou nas proximidades da linha divisória entre os dois países, abandonou o veículo e atravessou a cerca de arame farpado. No dia seguinte, às 7:30 da manhã, entregou-se a uma patrulha das tropas de Guarda Fronteira. Uma das suas primeiras declarações, já em Moçambique: “Queiro demonstrar com o meu gesto que há muitos indivíduos brancos no exército sul-africano que estão contra o regime minoritário e racista”.

E, numa mensagem gravada e dirigida aos sul-africanos, Eckert sublinha: “Gostaria de dizer aos oficiais das forças de defesa sul-africanas e aos brancos em geral que me considerem um exemplo para eles. Esta é uma forma de lutar contra o *apartheid*. A causa do *apartheid* não tem sentido nem cabimento”.

# Assassinato e eleições no país de Banda

Em meio à repressão e à violência,  
a única esperança de mudar  
é a sucessão do velho "Conquistador"

O panorama político desse pequeno país da África Austral pouco ou nada mudou com as eleições legislativas do mês de junho passado. Dominado há mais de um quarto de século pela figura ditatorial de Hastings Kamuzu Banda, o Malawi tem tido de fato desde sua independência um regime de partido único: o Partido do Congresso (MCP). Pontual e automaticamente, o Partido do Congresso do Malawi conquista — como também — acaba de fazer nas últimas eleições — as 112 cadeiras da Assembleia Legislativa.

Entretanto, diversos elementos mostram que nem tudo anda "normal". Um exemplo é o fato de que o pleito previsto inicialmente para 9 de junho, teve que ser adiado para os dias 29 e 30, quando finalmente foram realizadas as eleições legislativas. Por outro lado, chamou a atenção o patrulhamento ostensivo por parte dos militantes do MCP e das forças de segurança de todas as áreas urbanas, no dia da votação. Porém o fato mais significativo foi a notícia que circulou nos meios diplomáticos da capital e entre os militantes do movimento de libertação refugiados na Tanzânia e Zâmbia, segundo a qual teria havido graves inci-



Banda: até quando?

dentos no norte do país, onde a oposição é mais forte e onde alguns oficiais do exército teriam se sublevado.

Sobre essa eventual sublevação não houve nenhuma confirmação oficial, entretanto se especula que pode estar de alguma forma vinculada à morte misteriosa, no mês de maio passado, de duas das mais influentes personalidades do país: Dick Matenje, secretário-geral do Partido do Congresso e do "número dois" na hierarquia do poder, Aaron

Gadama, ministro da Região Central.

## Duas versões

Com relação à morte de Matenje e Gadama existem duas versões, a oficial e a dos familiares de ambos. Segundo a polícia, as mortes aconteceram em consequência de um acidente automobilístico. Segundo as respectivas famílias, eles teriam sido assassinados pelas forças de segurança enquanto tentavam fugir para um país vizinho, uma vez que haviam caído em desgraça com Banda por divergências políticas. Uma prova que as famílias exibem a seu favor é o fato de que as fontes oficiais divulgaram a notícia das mortes de Matenje e Gadama depois de passados vários dias.

De fato não surpreendeu muito a eventualidade — muito viável — de que realmente ambos tivessem sido eliminados. Os julgamentos sumários e a violência oficial são moeda corrente na administração Banda no que se refere ao tratamento a adversários políticos do "Conquistador", como é chamado o presidente.

Depois da independência, em 1964, quando Banda passou a exercer o poder, ele afirmou que chegaria a "assinar um pacto com o Diabo" se isso ajudasse sua administração. E efetivamente se aliou aos governos da África do Sul, da antiga Rodésia e ao poder colonial português. Em 1971, foi designado "presidente vitalício" e desde então tem-se transformado num governante cada vez mais autocrático e reacionário, marginalizando todos os elementos que lhe foram hostis dentro do Partido do Congresso e eliminando da cena política seus adversários, seja prendendo-os em prisão ou simplesmente mandando-os assassinar.

No plano externo, seus vínculos com os regimes racistas e coloniais lhe valeram a marginalização



D.R./"Afrique-Asie"

Depois das eleições municipais que em nada alteraram a situação de miséria do povo, o Malauí volta à sua rotina ditatorial

e a fama de ditador. Seu poder é quase absoluto, porém o "Conquistador" já é octagenário. Dentro e fora das fronteiras do país, se discute o problema de sua sucessão. Recentemente circulou um rumor de que Banda havia se retirado por um prazo de um ano e que havia deixado à frente do governo John Tombo, presidente do Banco Central do país.

No entanto, pouco tempo depois era divulgado um comunicado oficial desmentindo a versão: Banda não só não tinha nenhuma intenção de tomar um descanso sabático, como também não aceitava abrir o debate sobre sua sucessão.

### Luta pelo poder

No intervalo entre a notícia e o desmentido, se pôde constatar que a luta pelo poder estava de fato deflagrada, particularmente entre Tombo e Matenje, considerado como o mais provável sucessor de Banda.

Esse episódio demonstra que independentemente da identidade das vítimas da repressão, os métodos não têm mudado. Há

milhares de presos políticos no país, assim como são milhares os exilados nos países vizinhos. Em relação à "metodologia" do regime, são particularmente ilustrativos os casos de dois dos mais notórios opositores do "presidente vitalício": Attati Mpakati e Orton Chirwa, este último, um ex-ministro de Banda.

Mpakati, presidente da Liga Socialista do Malauí (Lesoma), que do seu exílio em Maputo dirigia a oposição marxista a Banda, foi assassinado em março passado em Harare, capital do Zimbábue, por dois agentes do Malauí. Chirwa, que ocupou a pasta da Justiça imediatamente depois da independência e era o presidente do principal movimento de oposição ao regime, o Movimento da Liberdade do Malauí (Mafremo), foi condenado à morte junto com sua esposa, Vera, a tesoureira do Mafremo.

A Anistia Internacional tem denunciado em vão a irregularidade do processo que durou sete meses e concluiu em 5 de maio passado no Tribunal Tradicional de Blantyre. Agora resta a Chirwa a possibilidade de fazer um apelo à justiça. Entretanto parece que

o presidente da Corte Suprema Tradicional também estaria enrolado em turvos episódios da política do Malauí. Por outro lado, um ano e meio depois, ainda não foram esclarecidas as circunstâncias da detenção de Chirwa, ocorrida segundo autoridades, em território malauiano enquanto pretendia levar adiante um levante contra Banda. Entretanto, a versão dos seguidores de Chirwa afirma que o dirigente opositor foi sequestrado em território zambiano por um comando policial do Malauí.

O que demonstram esses episódios é que a oposição, desmantelada e reprimida desde suas raízes, dificilmente poderá combater o regime com êxito enquanto Banda estiver vivo. As possibilidades de algumas mudanças mais profundas começam a se vislumbrar depois da morte do "presidente vitalício", quando poderá produzir-se uma liberalização do regime.

Saído do esquecimento habitual pelas eleições municipais, o Malauí parece encaminhar-se novamente à rotina ditatorial que lhe assegura seu "Conquistador".

# Uma plataforma para o Pentágono

Está sendo construída uma base secreta dos EUA, no quadro dos acordos com Sadat e ratificados por Mubarak

A revelação provocou irritação na Casa Branca e polêmicas no Congresso norte-americano. Em fins de junho, o jornal *Washington Post* informou a respeito da instalação de uma base aérea militar secreta dos Estados Unidos em uma zona desértica do Egito. O Departamento de Estado desmentiu a notícia e, como réplica, o jornal da capital norte-americana citou fontes oficiais. Não houve mais comentários governamentais.

Segundo o *Washington Post*, a construção da base foi decidida há um ano com a finalidade de reforçar as instalações terrestres que servem de apoio aos vôos dos aviões *Awaks*, esses mastodontes voadores, que possuem ultra-sofisticados sistemas de controle-radar e que a partir do Egito têm a Líbia sob a mira, abarcando uma vasta zona.

O mal-estar do presidente Reagan é compreensível quando se lembra do atrito com o governo de Trípoli a propósito de uma suposta concentração de efetivos militares líbios nas fronteiras com o Egito e o Sudão, países aos quais supostamente o regime de Khadafi iria agredir.

Essa versão foi fornecida por fontes oficiais norte-americanas em fevereiro deste ano, acrescentando que tinham captado tais movimentos e oferecido aos hipotéticos agredidos, Egito e Su-

dão, o respaldo bélico da superpotência.

Para surpresa de muitos, o presidente egípcio Hosni Mubarak desmentiu a existência de



F-16 norte-americanos em exercício conjunto no Egito

concentrações de tropas líbias, deixando em incômoda posição o governo dos Estados Unidos. Mubarak procurava, assim, se livrar dos péssimos efeitos, em termos de imagem, do fato de ser identificado como "sócio" norte-americano.

Os dados manejados pelo *Washington Post* indicavam que os *Awaks* da força aérea dos Estados Unidos transitavam pelo céu egípcio como em sua própria casa e que as autoridades norte-americanas prescindiam dos egípcios até na divulgação pública das informações ali obtidas.

Desta vez, não se tratou de uma provocação como em fevereiro, e sim de uma revelação jornalística que chama a atenção sobre a multiplicação de bases norte-americanas em todo o mundo e, em particular, sobre a extensão da presença dos Estados Unidos no estratégico território egípcio.

Sabe-se que essa base secreta pode operar com um pessoal reduzido ao mínimo — uns cem homens — mas pode abrigar um número maior. Segundo observadores de Washington, essa base seria a primeira de uma série de pontos de apoio que o Pentágono espera construir no Marrocos, Turquia, Libéria e Honduras e o

segredo foi mantido, segundo a fonte informante, devido "à sensibilidade do Egito nesses assuntos".

A sensibilidade deve ser proporcional à intensidade da expansão militar norte-americana no domínio da soberania egípcia. O incremento dessa presença estrangeira se deveu aos acordos firmados pelo falecido presidente Anwar El Sadat, ratificados pelo seu sucessor Mubarak.

Devido à crise das relações Irã-Estados Unidos que atingiu seu ponto culminante com a pri-



Sadat (à esq., com Kissinger) abriu as portas do país aos Estados Unidos

são de reféns em Teerã na embaixada norte-americana, o presidente James Carter anunciou perto do fim de seu governo, a criação de uma força de intervenção rápida de cem mil homens.

O anúncio foi feito no contexto da exigência de assegurar o acesso norte-americano a zonas essenciais para sua "segurança" e com o objetivo de ajudar "todo país árabe ou islâmico (do Gol-

fo) vítima de uma agressão externa". Derrubado o xá, gendarme do Golfo a serviço dos Estados Unidos, a superpotência sentiu a necessidade de ocupar o vazio, ainda que mediante a ostentação da força militar.

Como o grosso das unidades de intervenção rápida se encontram estacionadas em território norte-americano, sua pronta mobilização requer uma rede de aeroportos e bases. Nesse senti-

do, os acordos Washington-Cairo previram a concessão da base aeronaval de Ras-Banas, que deveria ser adaptada para tão discutível missão.

Essas obras demoraram por outro problema de soberania. O Pentágono, que parece confiar pouco nas forças armadas egípcias, pretende executar diretamente os trabalhos, avaliados em cerca de 500 milhões de dólares.

O governo do Cairo, por seu lado, quer ser o encarregado das obras e nas negociações bilaterais ainda não se chegou a um acordo. Mas depois de um impasse, as discussões foram retomadas e os representantes do Pentágono confiam que chegarão a uma solução.

Quanto aos sistemas *Awaks* com base no Egito, seria interessante conhecer o nível de integração com os que operam na Arábia Saudita, supostamente sob a soberania desse país, mas manejados por pessoal dos Estados Unidos. ●

# BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL  
de difusão  
para o exterior  
da Frente Sandinista  
de Libertação Nacional  
- FSLN



## Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) - Cr\$ 2.500,00  
Semestral (24 nºs) - Cr\$ 5.000,00

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

Estou remetendo  vale postal  cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20241, referente à minha assinatura  trimestral  semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

# Continua o impasse

Israel decide retirar-se para o sul do país, enquanto a Síria e a OLP não conseguem superar o desacordo que quase os levou à ruptura

Mohamed Salem

A meados de julho, o dirigente palestino Yasser Arafat anunciou que possivelmente seria realizada em Amã, capital da Jordânia, a conferência do Conselho Nacional Palestino que "anunciará a posição da OLP sobre os últimos acontecimentos". O Parlamento, como também é designado o Conselho, é a máxima instância de deliberações da

mas semanas as informações em relação à questão palestina, e particularmente tudo vinculado com a fração dissidente da *Al Fatah*, tenham desaparecido das primeiras páginas dos grandes jornais e inclusive que tenham sido totalmente omitidas. Embora as comissões de mediação a diferentes níveis — países árabes e OLP — não tenham obtido resul-

perada. Não só a interna, nas fileiras da *Al Fatah*, como a que confrontou Arafat e Hafez Assad, levando as relações entre a OLP e a Síria a um dos pontos mais tensos dos últimos anos, equiparando-se à brecha que a entrada de tropas sírias na guerra do Líbano causou, em 1975. Nesse ano Damasco — aliado dos falangistas cristãos maronitas — enfrentou as forças libanesas progressistas e os palestinos depois de um cerco cuja expressão mais dramática foi o massacre de Tal-al-Zaatar.

Um exemplo de quão profunda é a indignação nas bases palestinas foi a atitude do grande *mufti* de Jerusalém, xeque Sadeddin Al-Alami, líder espiritual dos muçulmanos palestinos da Cisjordânia e Gaza, que concedeu a *Fatwa*, isto é, a absolvição religiosa, a quem assassinasse o presidente Assad. "Seu sangue é o preço que deve pagar por todos os danos causados aos palestinos e muçulmanos", afirmou o xeque, de 83 anos, ao recompensar com o paraíso aquele que levasse adiante essa ação.

Essa e outras reações maciças de apoio a Arafat permitem prever que uma vez mais, o prestígio, carisma e liderança do presidente da OLP superarão também esse triste episódio. Como ele mesmo definiu: "As doen-



Arafat e Abu Jihad, seu principal comandante militar

Organização para a Libertação da Palestina (OLP), e uma reunião extraordinária como seria a anunciada por Arafat, indica que os fatos acontecidos no Vale de Bekaa e a consequente crise com o regime sírio vão ser analisados ao mais alto nível da organização.

Foi sintomático que nas últi-

tados concretos, é inegável que o peso do grupo fracionista ficou reduzido às proporções que sempre teve e que só o afã sensacionalista de círculos interessados em debilitar a OLP e a liderança de Yasser Arafat fizeram aparecer com um peso maior que o real.

No entanto, a crise não foi su-



ças ajudam a criar anticorpos e, no fim, a pessoa sai fortalecida”.

### Unidade para enfrentar as falanges

Toda a região do Oriente Médio está atravessando um momento crítico. A visita do presidente Amin Gemayel aos Estados Unidos e a substituição do enviado especial do presidente Reagan ao Oriente Médio, Philip Habib, por Robert McFarlane — o assessor da Casa Branca para Assuntos de Segurança Nacional —, indicam mudanças de um e outro lado. Procura-se superar o impasse provocado pelo fracasso do acordo libanês-israelense, implementado por Habib, e pela falta de perspectivas claras de pacificação no Líbano.

Para alguns observadores árabes, a substituição de Habib por McFarlane indicaria que os Estados Unidos não se conformam em aceitar a intransigência síria e têm discretas esperanças de conseguir que Damasco reveja sua posição em relação ao acordo firmado entre Beirute e Telavive, que prevê a retirada de todas as tropas estrangeiras do Líbano.

Como convém lembrar, o presidente Assad se negou a receber Habib, levando sua última missão ao fracasso. Culpava Habib de ter induzido o governo de Gemayel a assinar um acordo com Israel que compromete a relação de forças na região.

Por outro lado, Israel também não parece confiar no acordo. Em fins do mês de julho passado, uma sessão especial do gabinete de Begin aprovou por unanimidade a retirada parcial das tropas israelenses para o sul do Líbano. Trata-se de uma evacuação de aproximadamente 50 quilômetros, segundo alguns observadores, que indicaria que Begin se prepara para permanecer por um longo período na região sul do Líbano (contrariando seu próprio compromisso de retirar-se totalmente). Essa manobra lhe permitiria reorganizar suas tro-



Jumblat: unidade contra Gemayel

pas e se equipar melhor para enfrentar as operações de hostilização e desgaste que o exército ocupante sofre por parte das forças progressistas libanesas. Estas não se conformam em aceitar a presença israelense em seu país e estão em aberta oposição à forma como o governo de Gemayel está conduzindo as negociações com o regime sionista.

Com a decisão unilateral de retirar suas tropas em direção ao sul, o governo de Israel coloca um novo problema a Gemayel: como ocupar esse vazio militar. Os muçulmanos progressistas se opõem a que o exército regular libanês ocupe os espaços vazios, já que o acusam de não estar a serviço do Estado libanês em seu conjunto, e sim dos falangistas, a base política de Gemayel.

Nas últimas semanas, o processo de unidade das forças que se opõem a Gemayel avançou. O líder druso Walid Jumblatt firmou um acordo com o ex-presidente Suleiman Franjeh e com o ex-primeiro-ministro Rashid Karami, ao qual depois se juntou Nabih Berri, o presidente do principal movimento xiíta, *Amal*.

Eles se propõem a unir suas forças para enfrentar os falangistas e o exército israelense. Para isso, fundaram a “Frente de Sal-

vação Nacional”, à qual se incorporaram importantes personalidades cristãs e muçulmanas, tanto sunitas quanto xiítas. A proposta da Frente é estabelecer uma administração paralela à do Estado, no qual não se sentem representados. Numerosos incidentes armados — com considerável quantidade de vítimas — se produziram entre cristãos e muçulmanos nas últimas semanas. Esses confrontos não são outra coisa senão a continuação da ainda não resolvida disputa em relação a um projeto político para o país, que levou o Líbano à guerra civil em 1975. Os falangistas cristãos se inclinam a uma aliança com Israel, na órbita de um acordo com os Estados Unidos, e os muçulmanos progressistas lutam por uma opção autônoma, com um Líbano integrado ao mundo árabe.

Nesse contexto, Damasco reitera suas denúncias sobre planos israelenses de invasão do território sírio, “no próximo outono, quando os norte-americanos já estarão mergulhados em sua campanha eleitoral”.

Para Reagan, o Oriente Médio, se tornou um quebra-cabeças excessivamente complexo, do qual não existem possibilidades de tirar êxitos a curto prazo. Como a campanha eleitoral já está começando a tomar corpo, os observadores da política norte-americana consideram que o presidente — candidato à reeleição, segundo tudo indica — não vai se empenhar demasiadamente em nenhuma iniciativa que possa desgastá-lo perante a opinião pública e o eleitorado judeu. Optaria, assim, por usar o cavale-debatalha do “perigo soviético na América Central” para procurar obter alguma carta de trunfo que possa mostrar às suas potenciais bases eleitorais. E o Líbano e adjacências ficariam assim relegados a um segundo plano, enquanto as tensões continuam corroendo as bases precárias da paz atual. ●



# **TAAAG**

**LINHAS AÉREAS DE ANGOLA**



**ANGOLA AIRLINES**

# Ontem, bonança. Hoje, crise

As previsões de uma lenta saída da recessão econômica pressagiam maiores inquietações sociais

Narinder Koshla

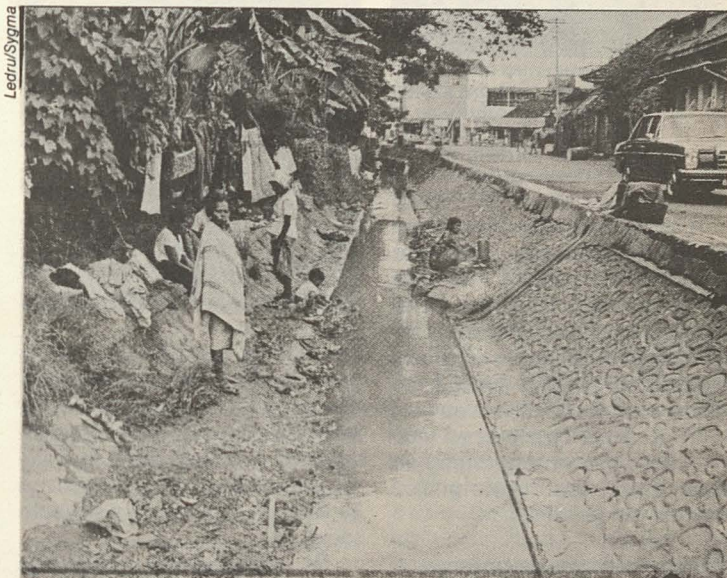
A bonança petrolífera já faz tempo abandonou a Indonésia e do início do ano até agora, o governo, para enfrentar a crise econômica, aplicou cortes drásticos nos planos de desenvolvimento e nos subsídios a produtos de consumo popular.

As cifras são eloquentes. Nas últimas semanas, chegaram a 47 os projetos apoiados pelo Estado que sofreram cortes, adiamentos, e até cancelamentos, totalizando 11 bilhões de dólares que foram economizados dos investimentos inicialmente previstos.

Apesar disso, essas severas medidas de austeridade não foram suficientes para resolver os problemas econômicos e o governo do tenente-general Suharto contraiu para este ano dívidas no valor de 2,2 bilhões de dólares nos Estados Unidos.

Em março passado, a *rúpia* indonésia foi desvalorizada em 28% e a medida que teve maiores consequências sociais foi o corte de subsídios a alimentos de primeira necessidade e aos combustíveis.

A causa imediata desta crise se encontra na queda do preço e do volume do petróleo exportado. No ano passado, a cotação do óleo cru caiu em cinco dólares por barril, enquanto se reduzia consideravelmente a cota exportável. Atualmente, a produção petrolífera da Indonésia é es-



A crise indonésia não difere da de outros países do Terceiro Mundo

timada em 1,3 milhão de barris diários, enquanto que em 1979 era de 1,6 milhão.

Como quase 70% da receita do arquipélago provém do petróleo, a diminuição de divisas foi considerável. Ao mesmo tempo, a recessão mundial se abateu sobre o resto das matérias-primas que o país exporta, causando acentuadas quedas nas cotações de madeira e borracha.

Em consequência, os produtos não-petrolíferos que a Indonésia exporta trouxeram para o país no ano passado quatro bi-

lhões de dólares, o que significou uma perda de 35% em relação aos valores do ano anterior.

À primeira vista, pode parecer que a sorte desse país asiático não difere da de outros exportadores de matérias-primas do Terceiro Mundo. Há, no entanto, características próprias devidas ao tipo de desenvolvimento escolhido pelo autoritário governo do general Suharto, cujas deficiências foram minimizadas pelo *boom* petrolífero. Mas, agora que o *boom* acabou, essas deficiências aparecem à flor da pele.



O modelo econômico implantado por Suharto (ao lado) não dá mostras de solucionar a crise gerada pela queda das exportações de petróleo. Acima, campo petrolífero em Pakambarum



Salvat Yamaguchi/Gamma

A economia indonésia se expandiu rapidamente nos anos passados, a um ritmo médio de oito por cento, uma taxa elevada, obtida graças ao petróleo. No ano passado começou a queda, chegando a três por cento, e enquanto o governo afirma que em 1983 se chegará perto dessa mesma cifra, em outras esferas se pensa que o crescimento poderá ser nulo ou quase isso.

### Graves problemas de emprego

O modelo econômico implantado por Suharto é do tipo capitalista tradicional, apoiado na penetração das empresas transnacionais. Além de ser cara, essa fórmula privilegia os investimentos em projetos de alta participação de capital e baixo emprego de mão-de-obra.

Isso quer dizer que em nada concorre para solucionar (antes agrava) os problemas de emprego do arquipélago, que mostram um quadro difícil. Só 23 dos 155 milhões de indonésios têm emprego assalariado e a cada ano, 1,5 milhão de jovens entram no

mercado de trabalho. É evidente que a diminuição das possibilidades de arranjar emprego devida aos cortes do plano de desenvolvimento e, em um plano mais geral, à recessão, somada aos cortes de subsídios, pioraram a situação social.

Os observadores ocidentais simpáticos ao regime indonésio se consolam desses infortúnios, assegurando que a mão dura de Suharto, que tem neutralizado os opositores, impedirá levantes populares. Os interesses das transnacionais e os empréstimos dos bancos internacionais (em particular de origem norte-americana) estariam, portanto, a salvo. Entretanto, até os maiores defensores do regime de Suharto sabem que durante longo tempo o país estará marcado pela crise.

Uma das características do sistema indonésio consistiu em contrair empréstimos volumosos, imaginando que o *boom* petrolí-

fero continuaria durante os anos 80. Mas não foi isso que aconteceu, e os pagamentos dos juros absorvem boa parte da receita em divisas. E em 1982, se calculou que os pagamentos do serviço (juros mais amortização) da dívida externa captavam 27% das exportações e posteriormente essa pesada porcentagem aumentou.

### Reformular o modelo?

Só com um crescimento constante das vendas ao exterior de petróleo se poderia obter algum alívio, mas o mercado está notoriamente saturado e a retração da demanda prosseguirá nos próximos meses e talvez durante vários anos.

Um estudo do Banco Mundial calcula que, só para compensar os efeitos do aumento do custo de suas importações, a Indonésia deveria aumentar as exportações de seus produtos não-petrolíferos (que contribuem com cerca de 30% das exportações) a um ritmo de nove por cento ao ano. A mesma fonte julga que o país só poderá conseguir uma pequena parte dessa porcentagem.

Poderia se pensar que, frente a estes resultados, as autoridades estariam dedicadas a reformular o modelo, a buscar um tipo de desenvolvimento adequado à realidade do arquipélago e, sobretudo, às necessidades de sua numerosa população. Nada disso. O governo garante e reitera que, passados os efeitos da recessão mundial e da saturação do mercado do petróleo, tudo voltará a ser como antes e o plano de desenvolvimento empreenderá uma marcha impetuosa.

Os prognósticos dos círculos econômicos e financeiros internacionais prevêm, em troca, que a saída da crise será muito lenta e que a recuperação petrolífera, em relação às grandes altas do óleo cru (anos 1973/74 e 1979/80) é apenas uma hipótese pouco provável. ●

# Troca da guarda real

Mesmo com a mudança do primeiro-ministro, a monarquia se vê às voltas com uma séria crise político-institucional

A proibição dos partidos políticos e de toda oposição ao regime não impediu uma crise na administração do Nepal. Esse pequeno país do Himalaia é governado por uma monarquia absolutista, apenas suavizada por um parlamento "sui generis" que, por meio de um voto de desconfiança, destituiu o primeiro-ministro Surya Bahadur Thapa, sob graves acusações: corrupção, incapacidade para manter a segurança dos cidadãos, má administração diante da carestia alimentar e deficiente condução da economia.

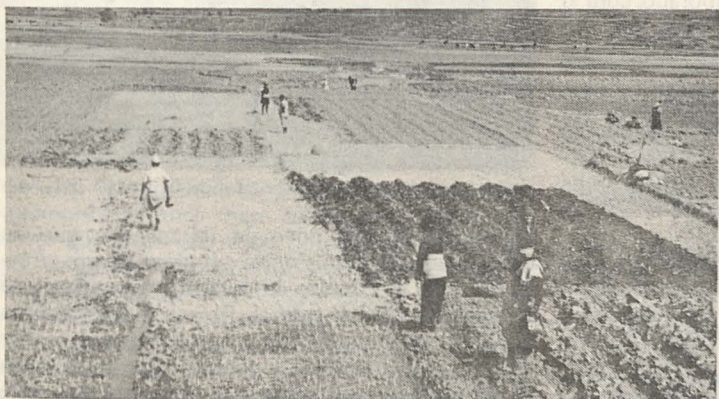
As acusações contra Thapa, designado para o cargo depois de ter sido indicado pelo rei Birendra, foram feitas por seu rival Lokendra Bahadur Chand. O resultado da moção de desconfiança aprovada em 11 de julho passado surpreendeu a maioria dos observadores, que não esperavam



Birendra: volta ao absolutismo

que Thapa ficasse em minoria: 108 votaram contra ele, 12 a favor e houve 11 abstenções.

O ato seguinte consistiu em designar Chand primeiro-ministro, por unanimidade. O cargo de primeiro-ministro corresponde no Nepal ao de chefe do Executivo, mas depende inteiramente das indicações do rei.



As estruturas feudais são a causa principal da crise do país

Depois de uma abertura no sentido de uma monarquia parlamentar, o regime voltou às formas absolutistas de 1961. Desde então, os partidos políticos foram colocados na ilegalidade e os opositores, perseguidos.

Nessas condições, Birendra convocou um plebiscito para que se optasse entre um regime sem partidos ou uma democracia parlamentar. O controle da situação e as dificuldades da oposição favoreceram o governo, que obteve 55% dos votos, enquanto os partidos da alternativa democrática só conseguiram 45%.

A oposição, liderada pelo Partido do Congresso, se absteve de participar de um sistema que a privava de garantias e até do reconhecimento legal; assim, nas eleições para a Assembléia Nacional, só se apresentaram os partidos do regime.

A crise que levou à destituição de Thapa, nomeado em 1979, consistiu por isso em divisões no seio das fileiras do regime, se bem que o triunfo obtido por Chand tenha reduzido o alcance de uma disputa que no começo pareceu que iria dividir a Assembléia em duas partes.

O problema para Chand agora é de outra natureza. Ao descarregar uma série de acusações sobre seu rival, o atual primeiro-ministro tem, de antemão, sua imagem comprometida com uma série de êxitos difíceis de conseguir. Quer dizer, deveria eliminar a corrupção, além de solucionar os problemas específicos, como a falta de alimentos e problemas gerais como o da crise econômica. Mas esses males não se devem apenas aos defeitos pessoais de Thapa, mas também às estruturas feudais do país que Chand não parece pretender modificar e aos efeitos da recessão mundial que em nada podem ser mudados a partir das alturas desse pequeno país. (N. Koshla)



## As raízes profundas da América Latina

O resgate do passado mais autêntico, dos fatos protagonizados pela gente humilde e desconhecida, como um caminho para o reencontro de nossa identidade perdida, é a proposta de "Memória do fogo", uma trilogia do uruguaio Eduardo Galeano

Beatriz Bissio

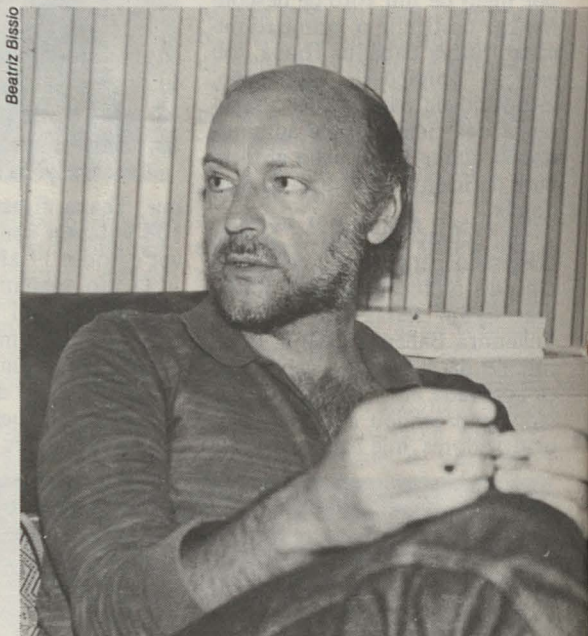
**S**e a América Latina fosse uma mulher e alguém lhe pedisse para contar suas histórias, o que aconteceria? Recolher esses testemunhos vivos da história do continente é o que se propõe o escritor uruguaio Eduardo Galeano na trilogia na qual está trabalhando, à qual chamou de "Memória do Fogo". "O livro fala de tudo", diz o autor. "Das cores, cheiros, sabores, do modo de comer e dos amores da América Latina... É uma tentativa de criação a partir de uma base documental certa, para conseguir que os mitos tenham tanta vida quanto tiveram quando nasceram na boca do povo, que os criou para perpetuar sua memória".

Como o próprio Galeano comenta na entrevista exclusiva que deu a cadernos do terceiro mundo, "de certa forma, este novo livro é um parente do 'As veias abertas da América Latina', embora este, escrito há 13 anos, tenha sido elaborado com o objetivo de ser um livro útil, um manual para começar a abrir as portas do tema latino-americano para as novas gerações".

"A História foi desfigurada, escondida pelos donos do poder. O livro trata de contar o passado de forma a que o leitor o sinta como um tempo presente, para arrancar a história dos museus onde está encerrada a sete chaves e devolvê-la aos cenários da vida".

Galeano conta que sempre o impressionou a leitura de um livro de um antropólogo romano sobre os sacerdotes do Tibet. "Eram os sacerdotes que guardavam a memória coletiva, contando os acontecimentos de seu povo de tal maneira que, ao cabo de um dia e uma noite em torno de um círculo de terra, se falavam de cavalos, conseguiam que as pegadas desses cavalos ficassem marcadas na areia. Ou seja: conseguiam o que qualquer narrador gostaria que acontecesse alguma vez, contar algo de tal maneira que acontecesse enquanto ele o está narrando".

Participaram também desta entrevista, os companheiros Cláudia Neiva e José Carlos Gondim. "Memória do Fogo" (I), foi publicado pela Ed. Paz e Terra, 1983.



Galeano: "A História foi desfigurada"

Levar adiante uma empresa como esta em relação à história da América Latina é o desafio de "Memória do Fogo".

"É uma espécie de romance em três volumes — agora estou terminando o segundo — com milhões de personagens. É também uma espécie de reportagem, como um livro meu anterior, 'Dias e noites de amor e guerra', uma reportagem em cima de minha memória pessoal. 'Memória do Fogo' é também uma entrevista com a memória da América, como se ela fosse uma mulher que pudesse se sentar ao meu lado durante muito tempo, e da qual eu arrancasse segredos, mistérios, perguntando-lhe quais foram as coisas que mais lhe doeram e quais as que lhe deram mais alegria.

"O estilo é muito poético, mas de palavras densas. Não se trata de juntar metáforas, e sim de utilizar as que são imprescindíveis para que o texto ganhe força, brilho, poder de comunicação. A linguagem é um meio de comunicação, se não, não é nada. Também há no livro uma tentativa de recriação da linguagem, despojada e poética, para que tenha vibração, que transmita eletricidade a quem o leia, que cada página sangre quando tenha que sangrar se alguém quiser rasgá-la e que até chore; que o livro seja capaz de fazer rir e de transmitir todos os prazeres possíveis deste mundo..."

**"As pessoas mudam  
e isso prova que estamos vivos"**

Quando perguntamos se os dez anos de exílio o marcaram, o fizeram mudar ou o enriqueceram, Galeano confirma que sim. "Mudei muito; eu mudo o tempo todo. Acredito que a prova de que alguém está vivo é que a pessoa muda. Não no essencial, nos princípios que levam a gente desde criança à aventura da literatura, como um modo de expressão das grandes necessidades coletivas. Isto é, não a literatura como um exercício egoísta de contemplação dos labirintos do próprio umbigo, e sim a literatura como um meio de transformação da realidade."

"Já não escrevo como há dez anos, o que me parece bom, porque significa que não foram dez anos passados dentro de uma redoma de cristal".

Em relação à América Latina, esses anos forçosamente vividos fora da pátria, teriam permitido conhecê-la melhor? "Sem dúvida, por experiências novas que antes não havia tido e também por dispor de tempo para reflexão que antes tampouco havia tido. Minha vida sempre esteve muito comprometida com o corpo-a-corpo, com a realidade mais imediata. Isso às vezes impede de se ter a distância necessária para ver as coisas com uma certa perspectiva crítica".

"Mas, além disso, o exílio foi uma longa lição



Resgatar o que foi menosprezado como "coisa de índios" é o que Galeano propõe

de humildade e de paciência, uma experiência muito positiva".

Galeano considera que seu livro não é uma autoimposição, para uma eventual contribuição ao conhecimento de nosso continente. "Para um escritor que tem a palavra por ofício, dar-se ordens é o pior que pode acontecer".

"Tudo depende da alegria da mão", afirma. "Vai sair muito ruim aquilo que vier ditado por uma ordem da razão, ou seja, quando é a consciência que diz ao cérebro que ele deve mandar a mão escrever tais e tais coisas, porque são úteis aos demais".

"O processo se dá ao contrário", afirma. "Têm que ser coisas saídas do fundo das tripas. Que surjam das entranhas por misteriosos caminhos difíceis de decifrar. Eu às vezes escrevi sem estar realmente sentindo e as coisas ficaram muito mal. A pessoa tem que sentir muito fundo as coisas para que transmita aos demais emoções, convicções, prazer, curiosidade. A literatura de esquerda está cheia de textos chatos que não provocam indignação e sim bocejos, embora tenham sido escritos com a intenção de criar indignação".

**"Descobrir o que a história oficial despreza"**

Para elaborar essa trilogia o escritor uruguaio procurou reler a base documental da história da América, "para descobrir acontecimentos que não chamaram atenção, que a história oficial despreza por terem sido protagonizados por gente comum, ou por serem 'coisa de negros e de índios', ou que tenham sido motivo de atenção, mas que a história oficial desfigurou, torceu ou coagulou".



No testemunho de Michele de Cuneo se retrata o choque das culturas européia e americana

“Não fiz um trabalho erudito com documentos inéditos. Não estive nos arquivos de Sevilha trabalhando meio ano em busca de manuscritos desconhecidos. É um livro de livros, mas há muita ‘queimação de pestanas’ por trás, horas e horas em bibliotecas e casas de amigos, ‘atrás do ouro’. E às vezes navegar nesses mares cansa, porque num livro de 500 páginas tem só uma coisa que pode servir. Mas aí o esforço valeu a pena. Pode parecer um trabalho erudito porque o primeiro livro tem 300 fontes e o segundo, 600. Não são livros que eu li especialmente para este trabalho. Eu já os conhecia há anos. O bichinho da história vem me picando desde há muito tempo”.

Um trabalho precursor? “Há na América, não só na América Latina como também nos Estados Unidos e no Canadá, movimentos muito interessantes de historiadores que não seguem a linha oficial de deturpação da realidade, e estão convertendo a história em um instrumento de revelação da realidade. Em certa medida, eu me apóio nessa nova orientação de historiadores que têm feito um bom trabalho de resgate da verdadeira realidade”.

“Há milhões de exemplos de coisas que estão escritas, mas que dependem dos olhos de quem as lê. Por exemplo: existe um relato, publicado já em várias línguas, de um marinheiro de Savona, Michele de Cuneo, que foi o capitão de uma das caravelas de Colombo em sua segunda ou terceira viagem às Antilhas.

“Os historiadores muitas vezes se basearam nesse documento porque é um testemunho excelente das desventuras daquelas viagens e está cheio de dados muito úteis para os especialistas. No decorrer de seu relato, Cuneo conta uma coisa que a mim interessa. É um fato concreto, que para mim é revelador. Assim como na vida cotidiana acontecem coisas que têm um significado maior do que elas mesmas, na história também.

“Cuneo conta que Colombo lhe deu uma escrava, uma índia caribenha bem jovem, nua. Ele a levou ao camarote e ela resistiu. Ele disse que ela lhe batia e que teve que açoitá-la várias vezes até que ela desmaiou. Quando ela caiu, ele a penetrou. Então ela despertou durante a violentação. Cravou as unhas nas costas dele e começou *ela* a fazer amor com ele. Esta era a primeira vez na vida de Michele de Cuneo — homem do renascimento europeu — que uma mulher tomava a iniciativa na relação. Ficou abestalhado. E a conclusão a que chegou (que a mim me parece muito reveladora) é que ‘estas índias são todas putas’. Penso que para dar uma idéia do choque de culturas que foi esse primeiro encontro da América com a Europa, essa história é mais reveladora que vários ensaios sisudos.”

### O vestido de “poblana”

“Em um livro de memórias de uma escocesa casada com um embaixador da Espanha no México de 1840, descobri outra história reveladora. O embaixador se chamava Calderón de la Barca e foi o primeiro representante da Espanha no México depois da independência. Sua esposa participava muito da vida da alta sociedade mexicana e escrevia muito bem. Tem um livro de memórias estupendo, um dos melhores testemunhos sobre a América Latina do século 19.

“Entre outras coisas, ela conta que em uma determinada ocasião, se organizou um grande baile com a granfinagem da sociedade mexicana — um baile em benefício dos pobres, evidentemente. Aquele tipo de festa em que os pobres ficam sempre devendo — e ela decide usar o vestido que mais gosta, o de *poblana*, ou seja, o da mexicana da cidade de Puebla de los Angeles, que depois se tornou o traje típico do México. É uma mistura da tradição espanhola com algumas peças indígenas, como a faixa multicolorida. O vestido era muito bonito e ela decidiu usá-lo. Quando a notícia se espalhou, se armou o maior escândalo. E até o gabinete se reuniu para considerar o assunto. E isto também é revelador do tipo de assunto que preocupava o governo mexicano da época, enquanto perdia o Texas e estava prestes a perder a metade de seu território... O gabinete enviou dois ministros, o do Interior e o de Relações Exteriores, para falar com o embaixador e lhe advertir que seria muito mal visto que sua mulher aparecesse vestida assim, porque não era digno de uma senhora nobre. Também fizeram pressões através de amigos íntimos do casal. Aconselharam que desistisse dessa louca aventura de aparecer vestida de mexicana em uma festa da alta sociedade, que isso era coisa de plebéias e mulheres de vida fácil.

“A escocesa se cansou de tantas pressões e no final foi vestida de aldeã da Escócia. E quando che-



gou na festa, observou que as roupas das mulheres mexicanas eram imitações dos trajes europeus, que não havia um só vestido mexicano... Porque já naquele período a classe dominante mexicana despezava seu próprio país.

“A estória me parece reveladora, como também uma outra, que aparece no livro de memórias do chileno Vicente Pérez Rosales, escrito lá pelo ano de 1830: Rosales instala no Chile uma fábrica de conhaque e com muita habilidade consegue que lhe façam uns rótulos muito bem impressos, onde se diz ‘conhaque francês’. E começa a vender o conhaque como se fosse francês. E o negócio vai muito bem, ele ganha muito dinheiro como ‘importador de conhaque francês’. Depois de um tempo, ele tem uma crise de consciência. Seu coraçãozinho patriótico lhe diz: ‘Que está fazendo, canalha, se este conhaque não é francês, é chileno?’ E então ele decide contar a verdade. Muda os letreiros de seu escritório e os rótulos das garrafas. Não é mais ‘importador’ e sim fabricante. E as garrafas dizem ‘conhaque chileno’. Ao fim de um mês, vai à falência.

“A história é reveladora porque mostra como a independência da América Latina deu lugar a um gigantesco processo de alienação, no qual as classes dominantes que herdaram o poder que antes havia sido exercido pelos espanhóis e portugueses foram incapazes de articular o desenvolvimento a partir da afirmação nacional. No fundo, sentiam nojo de sua própria realidade.

“A outra história é o oposto. Acontece na Califórnia, com o mesmo personagem do conhaque.



Bibliothèque, Paris

As classes dominantes foram incapazes de conseguir a afirmação nacional

Como muitos chilenos, ele vai para a Califórnia quando há a explosão da febre do ouro, em meados do século passado. Vicente Pérez Rosales conta que começa a trabalhar nas minas, com outros chilenos. Depois tem problemas (houve uma época em que os chilenos eram perseguidos) e resolve então pedir conselhos ao bom deus Mercúrio e se torna mercador. Fica a par de que nas minas de San Francisco estão pagando fortunas por qualquer tipo de comida. Todos os micromundos mineiros da América nasceram sob o signo da fome, como Minas Gerais, por exemplo.”

#### A outra cara da moeda

“Na Califórnia também havia problemas de abastecimento nos primeiros anos. Os alimentos valiam muito dinheiro. O chileno se deu conta de que comprando em San Francisco uns quantos quilinhos de carne seca, umas latas de doce e uma lan-

#### “SEMPRE FUI CIGANO”

☐ “Eu quero voltar ao Uruguai. Sempre fui cigano, andei por muitos caminhos, mas sempre me senti muito uruguaio. Acho que se não tivesse tido a formação política e cultural que o Uruguai me deu — e que algumas pessoas no Uruguai me deram, como o dr. Carlos Quijano (N. R. — diretor da revista *Marcha* da qual Galeano foi secretário de redação) e Vivián Trías (dirigente socialista), que morreu sem conhecer o resultado do plebiscito no qual o povo uruguaio disse NÃO à ditadura, ela não teve essa alegria — se não tivesse tido todas essas coisas e o desenvolvimento de uma consciência latino-americana e antiimperialista no quadro do Partido Socialista uruguaio, depois na *Marcha* e no trabalho na Universidade, no vínculo com a luta sindical e com a luta política, se não tivesse acontecido tudo isso, eu não

seria a pessoa que sou. Sou feito desse barro.

“Por isso, não sinto esse trabalho atual estranho ao Uruguai. Nem incompatível com as necessidades de ressurreição de nosso país. Afinal de contas, eu sempre tive a idéia de que o Uruguai faz parte de outra realidade latino-americana mais ampla, que nada da América lhe é alheio.

“Sinto que não estou fazendo nada diferente do que faria se estivesse na minha pátria. Simplesmente, a experiência do exílio me permitiu emprender coisas de maior envergadura. ‘O vento sopra onde quiser’, diz a Bíblia. Mas para que o vento sopra, a gente tem que deixar a janela aberta. Se estiver fechada, a gente não se dá conta de que o vento está soprando. Acho que se voltar para o Uruguai, vou continuar fazendo o que sempre fiz. Não vou me dar ordens. Tenho certeza da minha identidade e uma prova disso é que duvido dela todos os dias. Essa identidade não depende do meu domicílio. Vivendo em Hong Kong ou em São Paulo, no México ou em Paris, continuarei sendo o que sou...”

cha podia percorrer os acampamentos e ganhar mais dinheiro do que com o ouro. Então compra uma lancha e no momento de embarcar, um guarda lhe aponta o fuzil e lhe diz: 'Alto lá!' O que era? O barquinho não podia navegar por nenhum rio dos Estados Unidos porque não havia sido construído no país e porque o casco não era de madeira norte-americana. E isto acontece nos Estados Unidos de 1849 ou 50! A história é justamente o oposto, porque mostra até que ponto já antes da guerra da secessão — 15 anos antes — e já com George Washington, os Estados Unidos começam a praticar uma política protecionista, de cuidadosa defesa do interesse nacional.

"E uma das razões da guerra de secessão é que os escravagistas do sul queriam comprar roupas inglesas, mais baratas e finas que as das tecelagens do norte. E se queixavam que as tecelagens lhes impunham desde as fraldas do recém-nascido até a mortalha do defunto. Esta foi uma das chaves do desenvolvimento dos Estados Unidos: eles sempre tiveram uma política de proteção e defesa muito estrita do interesse nacional. E continuam com ela, agora que estão à frente da maior parte dos países do mundo. Que teria acontecido se eles tivessem adotado a política que se adotou no sul, no México, de livre comércio e de portas abertas ao ingresso de mercadorias estrangeiras? A indústria nacional não teria se desenvolvido nunca.

"Ou seja, os Estados Unidos inventaram Milton Friedman para dar conselhos *para os outros*. Mas jamais em seu próprio processo de desenvolvimento teriam dado atenção a essas maldições.

"Esse é o tipo de coisa que a trilogia que estou preparando manipula. O risco é que o trabalho se

convirta em um anedotário. Não quero isso porque me parece que esse tipo de literatura causou danos à consciência dos leitores. Ricardo Palma, em 'Tradições Peruanas', faz uma crônica social desse período. E não me parece casual que quando o Peru é derrotado pelo Chile na Guerra do Pacífico, Palma lance a culpa dessa derrota nos índios, essa raça 'abjeta e degradada'. Mas eu não sou cronista social. Não quero essa literatura, digamos oficial, na qual o índio morto sempre é digno de elogio e admiração, mas para a qual, em troca, quando o índio está vivo sempre é incômodo.

"Eu não quero um anedotário, nem uma colcha de retalhos. Tem que ser uma série de histórias significativas com um fio condutor secreto que as ligue por baixo. Aparentemente, não têm nada a ver uma com a outra — uma acontece nos Estados Unidos e outra no Chile — mas no fundo é a história projetada para os tempos atuais com uma outra proposta, de uma América possível."

#### As raízes históricas

E que América possível é esta que Galeano pretende esboçar para seus leitores através desse retrato histórico, das pinceladas que traça da conduta de certas camadas sociais do continente?

A proposta é mergulhar na história para buscar as raízes de nossa identidade. "Esse projeto de realidade possível tem que fazer, a partir das raízes históricas mais profundas, um projeto a serviço do futuro. Porque essas raízes nos pertencem a todos, inclusive aos filhos do mais recente imigrante japonês de São Paulo. No entanto, não as conhecemos, elas foram desfiguradas".

#### "NINGUÉM É MAIS STALINISTA QUE REAGAN"

Nos últimos tempos e por vários motivos, Galeano esteve várias vezes na América Central. "Sinto-me muito ligado à revolução nicaraguense", afirma. É um processo muito importante para a América Latina em muitos sentidos. Existe uma operação montada, implacável, para sufocar a revolução e desfigurá-la, para obrigá-la a deformar-se.

"Ninguém é mais stalinista que Reagan no mundo contemporâneo", acrescenta. Ele tem um projeto claro de expansão do poder imperialista, isso implica operações de hostilização, de bloqueios, de asfixia dos processos revolucionários. No caso da Nicarágua isso é muito claro. Trata-se

de cantarolar aquela antiga melodia cada vez que surge uma experiência revolucionária na América Latina, nascida das necessidades nacionais e com raízes históricas profundas: "Existe aí um segundo violino da Sinfônica de Moscou". Subestima-se a capacidade latino-americana de criação e mudança.

"Aparece então uma experiência como a da Nicarágua e eles alegam que é um assunto de confrontação de blocos, do conflito Leste-Oeste, uma ameaça soviética, como se disse antes na Guatemala, na República Dominicana, Chile, Cuba. É o cavalo de batalha predileto. Eu acho que é exatamente o contrário. Estive várias vezes na Nicarágua e não há o menor vestígio de stalinismo. São os norte-americanos que estão fazendo o possível para que a Nicarágua se stalinize. Quando há uma revolução tão acossada, com sabotagens tão implacáveis como as que a Nicarágua está sofrendo, as necessidades de defesa mili-

Galeano considera importante, por exemplo, nesse contexto, o trabalho de um pequeno grupo de psicanalistas dos Estados Unidos que resgataram documentos dos frades jesuítas franceses. Os manuscritos provam que os índios *hurões* e os *iroqueses* praticavam na América formas de psicanálise muito parecidas com as que a partir de Freud começam a ser praticadas na Europa. O mundo dos sonhos teve muita importância na cultura clássica, e depois ficou submerso durante séculos pelo cristianismo, que teve medo dos sonhos. Até que em Viena reaparece com força, a partir de Freud.

“Mas, nas chamadas culturas primitivas, o mundo dos sonhos nunca deixou de ser importante. E os testemunhos desses jesuítas franceses são apaixonantes. Eles não entendem o que está acontecendo no século 17 em Quebec e discutem se se trata de mera estupidez ou da presença do demônio, que teria metido o rabo entre os índios, carne sempre disposta a cair em tentação. O que acontecia? Os índios tinham intérpretes profissionais dos sonhos. Acreditavam que o sonho falava uma linguagem de símbolos e que a alma se expressa através dos sonhos. A alma tem desejos escondidos. O corpo os ignora. Ela conta ao corpo quais são esses desejos e se ao amanhecer ele não dá importância, a alma se aborrece e faz o corpo ficar doente ou o mata.

“Havia sonhos particulares e sonhos da comunidade. Sonhos que pertenciam ao indivíduo que sonhava, e sonhos que pertenciam a todos. Quando alguém sonhava algo que pertencia a todos, no dia seguinte o compartilhava com todos. E os jesuítas diziam: ‘Como são preguiçosos, deviam estar trabalhando’... Depois os sonhos eram dançados ou



“Buscar as raízes de nossa própria identidade”, é o objetivo de “Memória do Fogo”

cantados por todos. E aí os padres ficavam preocupados. O que vai acontecer, diziam, se eles começam a achar que os sonhos são expressão da voz dos deuses e um dia alguém sonha que estripa um padre? Um deles acalmava os demais: ‘Não se preocupem, isto já ocorreu, e não aconteceu nada. O que se tem que fazer é dar-lhes uma batina rasgada, e eles terminam de rasgá-la’. Ou seja, que os índios faziam uma catarse, uma espécie de terapia simbólica.

tar começam a prevalecer sobre as demais, pois o mais importante é sobreviver. Ao preço que for. Seria o caso então de se militarizar a vida política e cultural. É o que Reagan gostaria. Poder chegar a transformar essa sociedade em um quartel. Para tornar a dizer aquilo que eles dizem sempre dos pobres, que o subdesenvolvimento é um destino histórico, que esses povos estão condenados à opressão desde que nasceram, que só têm o direito de trocar uma ditadura por outra.

“Eles, que têm montada a indústria multinacional das ditaduras, com centros no Panamá e nos Estados Unidos, que fabricam em seus moldes cada um dos ditadores da América Latina, são agora os campeões da democracia e estão fazendo a apologia das urnas. Dá vontade de chorar de emoção...

“O problema da Nicarágua são as enormes dificuldades herdadas pelo governo sandinista, um país arrasado pela guerra e pelo terremoto que sa-

cudiu Manágua. O fato de ser um país pobre tem influência no que está acontecendo. E é preciso destacar alguns elementos: primeiro, que eles atacam as zonas ricas em café e algodão, das quais a Nicarágua depende para obter as divisas imprescindíveis para poder transformar o país. E segundo, que aqueles que atacam essa revolução — supostamente traidora da democracia — são os carrascos perdoados. Não houve na história uma revolução mais generosa que a nicaraguense. Não houve *nunca* uma revolução que não fuzilasse *ninguém*. É a primeira vez que isso acontece. Se os nicaraguenses exageraram em algum sentido foi na generosidade. Foram de uma clemência e uma amplidão inverossímeis. E estão sofrendo agora o ataque dos carrascos de uma ditadura de 40 anos, que querem recuperar o poder. De assassinos profissionais que agem em nome da democracia. Poucas vezes se assistiu na América a semelhante farsa.”

“E a riqueza é enorme. Há tanto material escondido, por resgatar... Com os negros, por exemplo. Os escravos que atravessaram o mar não vieram sozinhos. Vieram acompanhados de seus deuses. E me parece muito importante que os deuses da terra, como os deuses da fecundidade, tenham caído na água. Nenhum deles sobreviveu à travessia. Que interesse podia ter um negro em invocar a fecundidade para que sua mulher parisse mais escravos? Que interesse podia ter um escravo em invocar as forças da fecundidade para que a terra desse mais frutos para o amo, se isso ia implicar mais trabalho para ele? A mim parece de grande dignidade que os escravos só tenham trazido para América seus deuses guerreiros.

“Como me parece igualmente importante reivindicar mil aspectos dessas culturas da África que desconhecemos, porque desse continente só sabemos o que nos ensinou Tarzã, e isso é muito grave.

“Para um trabalho como o que eu estou fazendo são muito importantes as chaves religiosas dos *yorubá* e *nagô*, que acreditavam e acreditam que cada um de nós tem duas memórias. A memória que vai se desintegrar como a cara de barro que usamos no mundo, que morrerá conosco, e aquela outra que, em troca, é imortal, invencível, que é a memória coletiva. Não é isso algo que me ajuda e me guia na hora de resgatar a história da América? Não é isso, no fundo, o que qualquer um quer: vencer a própria morte, incorporando-se ao imenso rio da memória coletiva, que não vai parar de fluir enquanto existir vida?

“Até o título da trilogia vem de um provérbio que os escravos trouxeram para a América. O livro se chama ‘Memória do Fogo’ porque os escravos costumavam dizer que a erva seca incendia a erva úmida.”

### O jornalismo é uma forma de literatura

Durante muitos anos, Galeano exerceu a profissão de jornalista. “Eu escrevia como uma coisa marginal, para mim o central era o jornalismo”, diz, lembrando esses anos. Foi diretor de jornais e de revistas no Uruguai. Aos 24 anos era diretor do se-

manário *Epoca*, de Montevideu, do qual guarda boas recordações: “Além de fazer os editoriais e de dar as mil voltas que tínhamos que dar para conseguir o papel da edição do dia seguinte, tinha o prazer de escrever o horóscopo e de fazer uma ou outra crônica de futebol”.

“Penso que a experiência do jornalismo de todos esses anos foi útil como são úteis as mil curiosidades que uma pessoa traz consigo, que fazem com que alguém possa escutar uma receita de feijoadinha com tanto interesse quanto as últimas notícias do Uruguai ou uma gravação de relatos sobre os mitos dos índios da Bolívia, que algum amigo acaba de enviar. Isso de ser especialista em assuntos gerais não é um defeito. O que é um horror é esse processo de especialização progressiva que faz com que cada pessoa conheça somente um pedacinho do mundo que está autorizado por sua função especializada. Porque isso de perder de vista o bosque para extasiar-se com a arvorezinha, pode gerar monstros.

“Eu escrevi coisas bem narcisistas, como cartas de amor ditas em frente ao espelho, mas digamos que o jornalismo me ajudou a sair dessa etapa e a entender que os demais são mais interessantes como tema que nós mesmos.

“Acredito que o jornalismo é uma forma de literatura. A literatura não consiste só em escrever livros. E foi somente uma concepção elitista da literatura que conseguiu tornar o livro um objeto sagrado, e dar-lhe um caráter de fetiche, categoria de arte. Sem se dar conta que toda mensagem escrita é literatura, tenha a forma que tiver. É que é o conteúdo que define a forma que a mensagem vai ter. Há coisas que obrigam a invadir o espaço de um livro, como o projeto no qual estou agora. Em compensação, há textos que pedem o espaço curto de uma revista ou jornal. Não há contradição entre uma coisa ou outra.

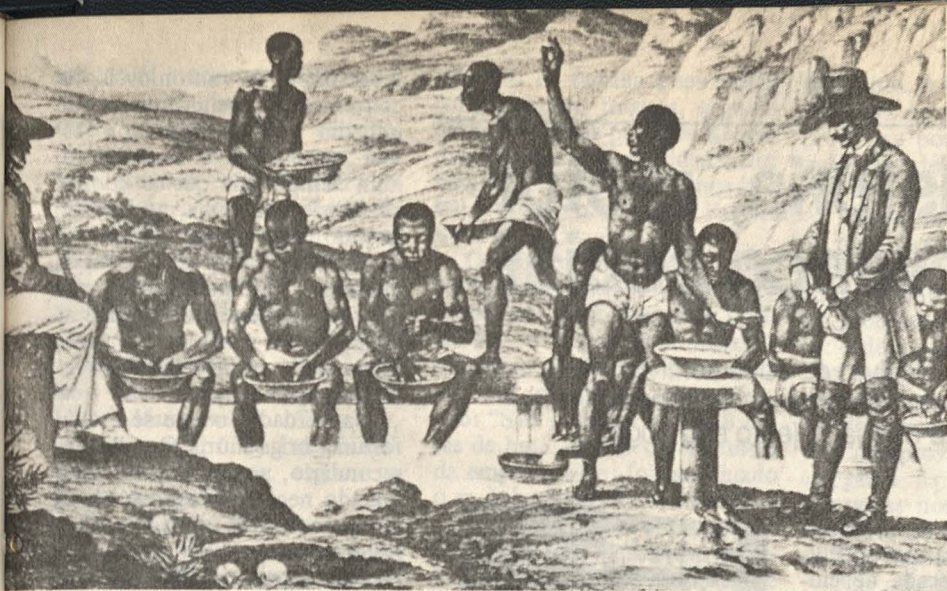
“Foi esse truque que permitiu que o nível de jornalismo seja péssimo, e péssimo com impunidade, porque se diz: ‘Isso não é literatura. Para escrever bem, vamos escrever livros’.

“Há livros excelentes que têm ajudado o homem a se desenredar das cordas que atam suas

### “TIVE MIL PROFISSÕES”

Como se iniciou na literatura? Muitos leitores de “As veias abertas da América Latina”, obra que consagrou Eduardo Galeano a nível internacional, já podem ter se feito essa pergunta.

“Trabalhei em mil profissões” conta Galeano. “O fato de ter trabalhado em mil coisas me colocou em contato com realidades diferentes. Entre outras coisas, trabalhei em um banco, além disso fui operário em uma fábrica de inseticidas, cobrador e taquígrafo. E desde garoto, desde os 14 anos, comeci a fazer jornalismo. A princípio como desenhista/cartunista e depois escrevendo. O jornalismo me fez muito bem. Ensinou-me a escrever com clareza”.



“A História foi feita pelos humilhados, que foram os que sempre tiveram mais mortos nas guerras”

pernas e mãos e a arrancar a mordaca e a venda dos olhos. E há também livros que têm servido de jaulas para que o prisioneiro se sinta à vontade na prisão que ocupa. Pelo fato de ser livro não é bom ou mau em si, como tampouco a televisão tem culpa dos programas que servem para anestesiá-las as pessoas. A culpa do crime é do assassino, nunca da arma.”

#### “Há intelectuais reacionários que querem ser donos da cultura”

O escritor de hoje tem nostalgia do jornalista que ontem editou uma revista como *Crisis*, dedicada à divulgação cultural e que chegou a vender 35 mil exemplares?

“Para mim a tarefa é a mesma”, afirma Galeano. “Escrever esta trilogia é uma forma de conversar com as pessoas. E *Crisis* foi feita para conversar com as pessoas. Qualquer concepção de cultura que parta do princípio de que a cultura é feita por uns poucos — os escolhidos pelo dedo de Deus para difundir as luzes para a massa que vive na escuridão, condenada à ignorância —, tem uma concepção reacionária. E inclusive isso é o que sustenta muita gente de esquerda, que acredita que o sistema capitalista impede que a imensa maioria da população chegue a escutar a mensagem da verdade, que uma minoria seleta tem guardada para ela.

“É uma concepção elitista e messiânica da cultura e o problema nasce de uma espécie de autoadoração do intelectual, que determina sua própria tarefa passando por cima da realidade. O dia em que os meios de produção pertençam à coletividade, a cultura, em troca, continuará sendo o meio de propriedade privada mais cuidadosamente de-

fendido. Porque, no fundo, são mais reacionários os intelectuais que querem continuar sendo os donos da cultura, do que o presidente da *General Motors* que se apega a seu interesse material.

“A revista *Crisis* foi posta a serviço de outra concepção de cultura. Lutávamos para que o direito de criação seja de todos. Não se trata só de lutar pela satisfação das necessidades materiais. Rosa Luxemburgo não se equivocou quando disse que o socialismo não é somente assunto de garfo e faca. Um homem que tem a barriga vazia viverá preso à sua necessidade e provavelmente não se dará conta que havia um Leonardo da Vinci ou um Shakespeare dentro dele. E os demais terão perdido o que dele poderiam ter recebido. Isso não significa que eu pense que um Cervantes, um Leonardo ou um Shakespeare não foram excepcionais. Foram e continuarão sendo excepcionais. Mas se trata de permitir que toda a imensa quantidade de talento criador guardado no íntimo do povo possa se projetar para a sociedade inteira e não seja bloqueada de antemão por concepções racistas e elitistas da cultura.

“Por isso há uma continuidade entre o que eu fiz em *Crisis* e o que faço hoje. Com aquele grupo de companheiros que depois foi engolido pela ditadura — porque uma boa parte deles foram assassinados ou desapareceram na névoa a partir do golpe de estado de 1976 na Argentina —, o que fazíamos era resgatar a história dos que nunca foram consultados, dos verdadeiros protagonistas da História. Porque a História foi feita pelos analfabetos, pelos mortos de fome, pelos humilhados, que foram os que sempre tiveram mais mortos nas guerras. E que quando as guerras terminaram, na hora de repartir, não receberam nem um miserável pedacinho do bolo.” ●

# A História, motor do avanço social

No livro de José Joffily, o retrato de um sistema espoliativo que chega hoje ao seu auge

**N**ão me recordo o momento em que conheci José Joffily. Sei que foi na década de cinquenta, nos dias tensos e por vezes turbulentos que então vivíamos. Joffily era deputado do PSD da Paraíba, amigo de Juscelino, de Alkimin, de Mazili, e não era fácil entender uma presença pessedista no nosso grupo, então marcado pela intolerância e o radicalismo da época.

Mas não tardou muito para que aquele paraibano lógico e prudente nas conversas de gabinete mas firme e valente, quando as decisões se impunham nos plenários ou nas ruas, se destacasse como um líder da nossa bancada superpartidária, que constituía a Frente Parlamentar Nacionalista.

Como Fernando Santana, também do PSD, e Gabriel Passos, da UDN — ambos militantes da primeira linha do movimento nacionalista —, José Joffily se distinguia na nossa área por sua capacidade negociadora e o poder de análise, através do que sabia pinçar, no meio das crises aluviônicas, aqueles fatos que realmente importavam. Tinha — e tem — o dom de saber fazer uma leitura dialética de uma realidade por vezes confusa e quase sempre conturbada.

## Um episódio em Brasília

Recordo-me de um episódio revelador. Quando presidi a Co-



missão de Transferência da Câmara para Brasília, deparei-me com uma — entre tantas — situação difícil: não havia ônibus, nem qualquer transporte que assegurasse a presença dos deputados às sessões. Tentei sensibilizar as empresas automobilísticas — à época com toda a carga de prestígio — a dar facilidades aos parlamentares para a compra de carros no crediário. Como resistissem, reuni a Frente e disse que aquilo me parecia uma sabotagem à inauguração de Brasília na data já determinada. Joffily, a nosso pedido, se incumbiu de falar com os empresários. Alguns dias depois, no Palácio da Alvorada, onde Juscelino reunia, periodicamente, os responsáveis pela mudança, firmamos com o presidente, Mazili e Joffily e os

fabricantes de automóveis, o convênio de financiamento que impediu que os deputados fossem a pé para o Parlamento, num tempo em que o *cooper* ainda não estava na moda. J.K. quando nos viu, a Joffily e a mim, no meio daqueles barões da indústria automobilística, nos disse maliciosamente: “Vejam aí como a nova classe de que vocês falam todos os dias não é tão fechada assim”.

Na verdade, o que se evitou foi uma briga inútil. O episódio, secundário, nos ensinava a usar, quando necessário e possível, os instrumentos da conversa e da negociação.

Quando retornei do exílio, fazíamos com companheiros que aqui ficaram, um balanço dos salvados do incêndio. “E o Joffily?”, perguntamos. “Está no Paraná, fabricando produtos químicos. Rico e afastado da luta”, nos respondeu o informante.

## A história de ontem, a ação de hoje

Mais tarde conheci a verdade: não estava rico nem abandonara a luta. Cassado, foi exercer a única profissão para a qual a ditadura capitalista ainda tinha certa tolerância: a de ser empresário, sem que isso significasse renúncia nem à luta nem aos ideais.

Joffily não mudou de vida. Nem de hábitos. Vive onde sempre viveu, mas conseguiu um elemento importante: alguns recursos para suas pesquisas históricas.

Num país em que as classes dominantes e certa intelectualidade euroianquisada tudo fazem para apagar a memória histórica e impedi-la de funcionar a serviço do avanço social, é importante o trabalho que José Joffily está realizando.

Ele vê a Revolução de 30 com uma ótica diferente da que comumente é apresentada. Nas páginas de seus livros, surgem conexões misteriosas, entre fatos de

um visual inocente e de aparente raízes autóctones, com os interesses estrangeiros e as matrizes distantes de empresas que, embora atuando com controles remotos ou pelos seus testas-de-ferro, nem por isso são menos presentes ou eficazes.

### A história da "Ulen"

No Maranhão, se havia instalado uma dessas empresas, a *Ulen Management Company*, que operava em São Luís os serviços de luz, água, esgotos e prensa de algodão.

Os contratos que levaram essa empresa norte-americana à capital maranhense seguiam o modelo leonino da época — em certo sentido piores hoje — que, na prática, colocavam a capital maranhense sob ocupação da multinacional.

"O Globo" do Rio (20-09-1933) descrevia assim a ação da Ulen: "(...) O Maranhão está preso aos contratos da *Ulen Management Company*, que administra os serviços de água, esgoto e prensas de algodão, contratos feitos para garantir um empréstimo de 1.750 mil dólares. Ora, o empréstimo transformou-se num polvo, que exaure todas as energias dos maranhenses, com os rigores de cláusulas leoninas e com a trama de exigências judaicas. Mais de um-terço da receita pública desaparece no sorvedouro dos juros e amortizações periódicas. O interventor afirma: "Todas as bocas do Maranhão clamam contra a monstruosidade desses contratos, feitos, aliás, com todas as formalidades legais". O que fazer? Sem dúvida alguma a situação é difícil".

Joffily teve a sensibilidade de detectar a importância política da presença da *Ulen* no Maranhão e dar uma interpretação justa a um fato que, à época, parecia de natureza meramente política: o assassinato de um diretor da empresa, chamado John Harold Kennedy (anote-se que foi o

primeiro da família a ser morto em condições trágicas, seguido decênios depois por dois Kennedys ilustres: o ex-presidente dos Estados Unidos, John Kennedy e seu irmão, o senador Robert Kennedy).

O registro da morte do diretor da *Ulen* não teve maior transcendência, salvo em São Luís. No Rio, o "Jornal do Comércio" publicava no dia seguinte (19 de outubro de 1933), este despacho: "São Luís, 30 — Às 18 horas de hoje, dentro do escritório da empresa *Ulen*, foi assassinado o sr. John Kennedy, contador da empresa. O assassino é o indivíduo de nome Mendonça, ex-bilheteador da estação de bondes e que fora despedido na manhã de hoje. Esse crime causou enorme sensação. O criminoso foi preso em flagrante".

Sobre sua importante descoberta histórica, diz o ex-deputado paraibano: "Já tinha eu estudado o papel de empresas imperialistas em setores nacionais de infraestrutura, principalmente o da *American Foreign Power Company* (AMFORP), nos serviços de eletricidade em várias cidades

brasileiras. A *Ulen* era bem representativa do processo de espoliação e seu poderio se refletia na política externa americana aplicada ao nosso país".

"Morte na *Ulen Company* — 50 anos depois"<sup>1</sup> — é uma contribuição importante ao melhor conhecimento de uma constante no processo econômico brasileiro: o domínio do capital espoliativo estrangeiro. E é não só importante como também atual. Os 38 documentos incluídos no livro comprovam a intromissão arrogante da diplomacia norte-americana nos assuntos internos do nosso país, sempre a serviço de suas empresas.

Nos nossos dias, é ilustrativo e didático conhecer a fundo episódios como esse. Na verdade, com as suas investigações, suas análises e seus livros, fica evidente que Joffily não abandonou a política. Faz política e da melhor e mais patriótica. (*Neiva Moreira*) ●

<sup>1</sup>"Morte na *Ulen Company* — Cinquenta anos depois", José Joffily, Editora Record, Rio de Janeiro, 1983.

### ROTEIRO DO LIVRO

1. Entre Nova Iorque e São Luís do Maranhão
2. Desajustamento entre a *Ulen Company* e a população de São Luís
3. O anseio de uma pobre gente sem água e sem luz
4. Conflito de uma adiantada legislação social com os interesses da multinacional
5. Raízes históricas da incompatibilidade e as distorções nacionais
6. Um silêncio de 50 anos
7. Um assassino se transforma em herói popular numa cidade alheia a movimentos de esquerda
8. 1930: esperanças frustradas
9. Como a empresa multinacional recupera trunfos perdidos
10. Um julgamento que se prolongou por 11 anos
11. Três absolvições e a vitória da opinião pública sobre a multinacional e seus poderosos aliados
12. Uma política externa de erros antigos e duradouros
13. A tradicional subserviência do Itamaraty
14. Diplomacia e capital unidos para fortalecer uma hegemonia político-militar
15. Até quando?

## Projeto Feitoria

# Duzentos anos de presença negra

Pela primeira vez no Brasil, o negro - imigrante compulsório - é homenageado oficialmente num projeto que resgata sua história e cultura

Enrique Menezes

De 24 de julho a 20 de novembro está se desenvolvendo o projeto "Feitoria - Mais de 200 anos do negro no Rio Grande do Sul", que constará de palestras, debates, shows e exposições de fotografias, sobre o negro no Brasil. Durante a realização do projeto será dado um curso de 40 horas, no Centro de Professores do Rio Grande do Sul, onde serão tratados, entre outros, os temas: As sociedades negras na África pré-colonial; O contato com o europeu; O tráfico de escravos: características, intensidade e consequências; O papel do tráfico no processo colonizador; O escravo negro e o processo econômico no Brasil; O negro e a cultura brasileira; O negro e a sociedade de classes; Movimentos negros de libertação, Brasil e África; O negro no Rio Grande do Sul etc.

A comissão organizadora está presidida pelo compositor e autor Gilberto Amaro do Nascimento (Gibagiba) e a coordenação geral está a cargo de Maria Betânia do Nascimento, sua companheira. Ângela Baldino é a coordenadora de produção.

Gibagiba assinala que o projeto nasceu a partir de sua experiência pessoal, quando foi convidado a participar do Festival Teuto-Riograndense, em Taqua-



Giba: resgatar as raízes negras

ra, no interior do Rio Grande do Sul, zona de colonização alemã. "Como artista negro fiquei honrado com o convite - afirma - e quis saber o que tinha a ver o negro com a colonização alemã. Fomos descendo na história e encontramos a Feitoria do Linho Cãnhamo, que foi a primeira entrada oficial dos negros no Rio Grande do Sul, em 1783. Essa feitoria durou 40 anos. Com a chegada dos imigrantes alemães, os negros tiveram que sair de lá, pois eles tinham um código que lhes proibia ter escravos. Então os negros foram deslocados para as charqueadas, em Pelotas. E esse foi o trabalho mais penoso, talvez, de todos os escravos do Brasil. A vida útil de cada escravo era ali de 4 a 5 anos. Foi isso que sustentou a economia do

Rio Grande do Sul, durante muito tempo".

"O Projeto Feitoria é importante porque o estado do Rio Grande do Sul vinha homenageando sempre os seus imigrantes: o centenário da imigração italiana, o sesquicentenário da imigração alemã etc. Há três anos, quando a gente fez a música 'Feitoria', consultamos mais de 20 órgãos, ficamos meses na biblioteca, para a fundamentação histórica do projeto. Todos os dados coincidiam com a mesma data: 1783. Consequentemente 1983 é o bicentenário da Real Feitoria do Linho Cãnhamo, mais de 200 anos de presença negra no Rio Grande do Sul. Esta data é um marco para reflexão."

## Conscientizar o negro

Os antecedentes do trabalho de pesquisas realizado por Gibagiba e Maria Betânia estão no seu próprio trabalho na coleta de subsídios ao texto da Missa dos Quilombos - escrito por d. Pedro Casaldáliga e musicado por Milton Nascimento -, que foi encenada em Minas Gerais.

"O projeto Feitoria - acrescenta Gibagiba - teve apoio multipartidário e foi aprovado por unanimidade pela Câmara dos Vereadores de Porto Alegre.

"A grande importância desse projeto é a conscientização do próprio negro. Tanto histórica como sociologicamente o que ocorre é que o negro não tem consciência da sua própria cultura", afirma Ângela Baldino, coordenadora da produção do projeto Feitoria. "Como o negro pode reivindicar algo que ele mesmo desconhece? Outro aspecto importante é que se trata da primeira manifestação oficial que se faz no Brasil ao imigrante compulsório que foi o negro". Dia 20 de novembro se realizará em Porto Alegre a grande festa de encerramento, com a participação de importantes nomes da arte e da cultura negras. ●



### Nicarágua: feira de ourivesaria

Acostumado a trabalhar a maior parte das vezes de maneira solitária e a vender o produto de seu esforço em um mercado inteiramente comercial, os ourives da Nicarágua tiveram recentemente a oportunidade de ver suas obras em exposição em uma feira que pretendeu resgatar a tradição artística popular. Realizada no departamento ocidental de Chinandega, a feira — conclusão de um concurso patrocinado pelo ministério da Cultura sob o nome de "Teucuetlapitzque", em homenagem a um grande ourives indígena — reúne em uma exposição 84 peças consideradas pelo jurado como as melhores. Jóias de ouro, prata, *carey* e outros materiais fazem parte da exposição inaugurada em 15 de julho passado pelo ministro da Cultura, Ernesto Cardenal. Em uma breve intervenção Cardenal afirmou "que com o concurso e a exposição não estamos tratando de supervalorizar o ouro como metal, e sim reconhecendo o trabalho de nossos criadores neste setor".

O ministro da Cultura enfatizou que não se trata somente de resgatar o trabalho silencioso e isolado dos ourives atuais, mas também de fazê-lo como "uma das antigas tradições de nossa cultura indígena pré-colombiana". As 84 peças expostas têm em seu conjunto um valor calculado em 500 mil dólares, mas, como disse Cardenal, "não se trata de um valor real, já que por trás delas há um trabalho artístico e artesanal, que significa algo mais: resgatar um patrimônio cultural". (*Arqueles Morales*)

### África: plano regional contra o analfabetismo

Um programa para a eliminação do analfabetismo na África será lançado a partir de 1984, declarou o diretor-geral da Unesco, Amadou M'Bow.

O programa, do qual 31 Estados africanos estão interessados em participar, já é objeto de preparativos bem avançados. M'Bow indicou neste sentido que equipes multidisciplinares, encarregadas de elaborar estratégias nacionais e esboçar os elementos de um programa regional, já visitaram 28 países. O Escritório Regional da Unesco para a Educação na África (Breda) estuda atualmente os documentos preparatórios deste programa regional, que tem despertado vivo interesse.

### Cuba: filme ganha prêmio na Polônia

O filme cubano "Crônica de uma infâmia" do realizador Miguel Torres obteve o "Dragão de Prata" no 20º Festival Internacional de Curta-Metragens da Cracóvia, no sul da Polônia. O filme foi um dos 99, procedentes de 33 países, apresentados durante os cinco dias do festival. Cuba apresentou, além desse, "O jívaro", de Daniel Díaz, e "Havana velha", de Oscar Valdéz. "Crônica de uma infâmia" reconstrói o acontecimento histórico do ano de 1949, quando vários marinheiros norte-americanos profanaram a estátua do herói nacional cubano, José Martí, no Parque Central de Havana. O filme mostra esse vergonhoso fato, assim como o protesto dos estudantes universitários, entre os quais figuram o hoje dirigente máximo cubano, Fidel Castro, além de Baudilio Castellano e Alfredo Guevara. O grande prêmio do festival foi dado a um filme polonês.

### Peru: Unesco apoiará academia de língua quêchua

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) prestará apoio econômico para a edição de um dicionário e um livro de gramática em língua quêchua.

O quêchua foi o idioma oficial do império incaico, cujo centro cultural foi Cuzco, e que se estendeu por todo o território atual do Peru, a zona altiplana da Bolívia, Equador, o norte do Chile, as serras do norte da Argentina, e pelo sul da Colômbia e da Venezuela.

O quêchua ainda é o idioma materno de 60% da população peruana, embora o idioma oficial e burocrático seja o espanhol, depois de um curto período — durante o governo do general Velasco Alvarado —, no qual foi implantado oficialmente o regime bilíngue.

A Academia Quêchua do Peru está há anos preparando o dicionário e a gramática quêchuas, com valor normativo e integral, para as 39 variações dialetais existentes nesse idioma. "O problema principal da Academia é o aspecto econômico. Agora, graças ao apoio da Unesco, será possível concretizar esta obra de transcendental importância para Cuzco e o mundo andino de fala quêchua", afirmou o presidente da Academia, Segundo Villasante.

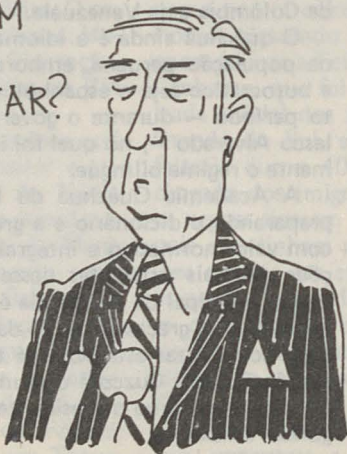
A ÚNICA FORMA DAS  
NAÇÕES DO TERCEIRO MUNDO  
PODEREM ENFRENTAR O  
PROBLEMA DE SUAS  
DÍVIDAS...



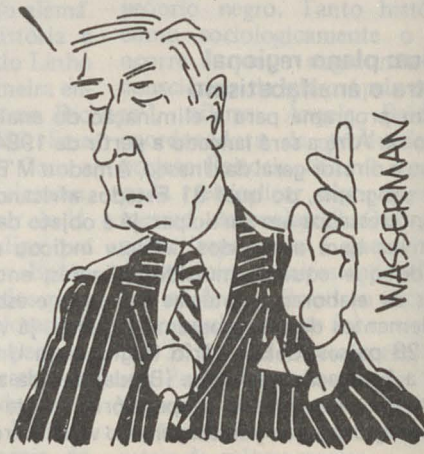
É CORTANDO AS  
IMPORTAÇÕES E  
AUMENTANDO AS  
EXPORTAÇÕES



COMO ESSES PAÍSES  
PODEM AUMENTAR  
AS EXPORTAÇÕES SE  
NENHUM  
DELES  
IMPORTAR?



NÃO É NOSSA FUNÇÃO  
FAZER RECOMENDAÇÕES  
SOBRE POLÍTICAS  
ESPECÍFICAS...



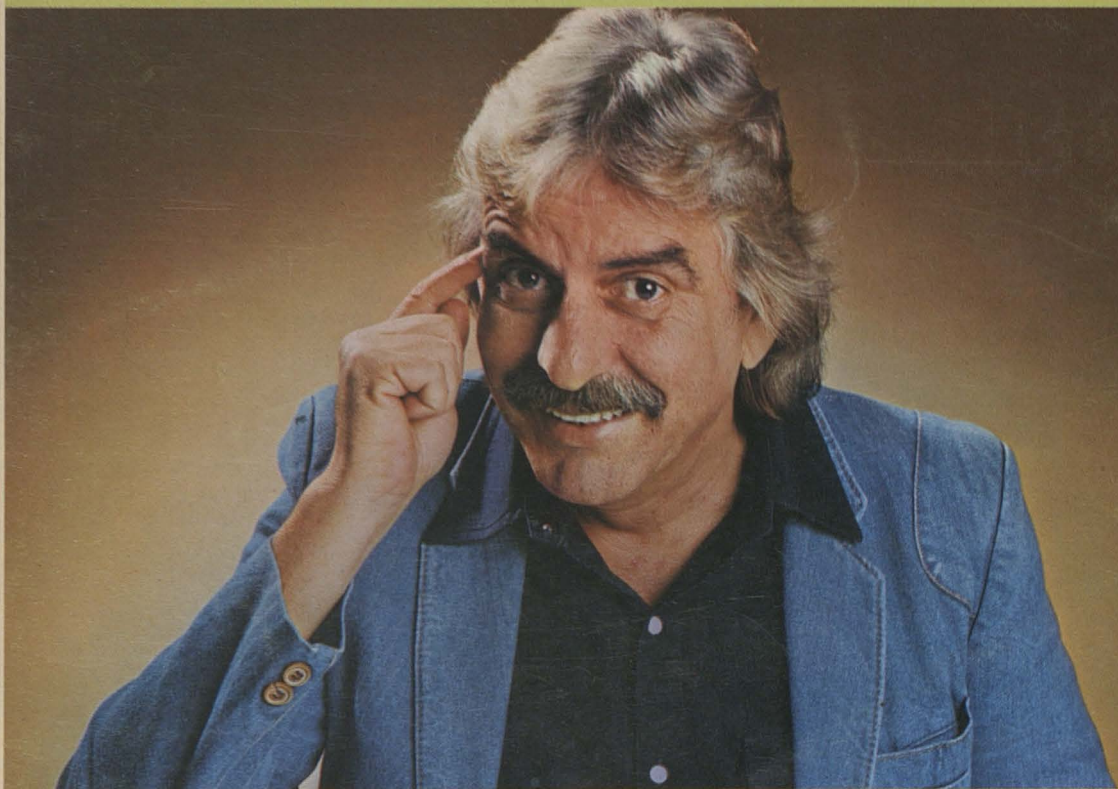
# ANGOLA

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants with ripe, dark coffee cherries.

**Café de Angola**  
um  
gosto  
a  
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.

# AS COISAS ESTÃO MUDANDO.



## CADERNETA BANERJ

GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL,  
DO GOVERNO ESTADUAL E DO BANERJ.

